



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu*
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PPGADR

ROSECLEIA BUREI PRESA

INTERCOOPERAÇÃO COOPERATIVA OU RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO?
ESTUDO DAS RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO

LARANJEIRAS DO SUL/PARANÁ

2019

ROSECLEIA BUREI PRESA

**INTERCOOPERAÇÃO COOPERATIVA OU RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO?
ESTUDO DAS RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul/PR Como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

**LARANJEIRAS DO SUL/PARANÁ
2019**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Presa, Rosecleia Burei
INTERCOOPERAÇÃO COOPERATIVA OU RELAÇÃO DE
SUBORDINAÇÃO? ESTUDO DAS RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO /
Rosecleia Burei Presa. -- 2019.
136 f.

Orientador: Dr.Pedro Ivan Christoffoli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,
Laranjeiras do Sul, PR, 2019.

1. Cooperativismo Brasileiro. 2. Crédito Rural. 3.
Modelo Cooperativo. I. Christoffoli, Pedro Ivan,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

ROSECLEIA BUREI PRESA

**INTERCOOPERAÇÃO COOPERATIVA OU RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO?
ESTUDO DAS RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

13, 12, 2019

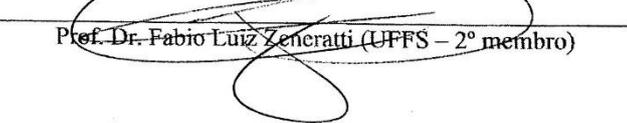
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli (UFFS – presidente / orientador)



Prof. Dr. Sergio Roberto Martins (UFFS – 1º membro)


Prof. Dr. Fabio Luiz Zeneratti (UFFS – 2º membro)


Prof.^a Dra. Josimeire Aparecida Leandrini (UFFS – suplente)

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus Pais, Ambrosio e Maria, e aos meus filhos, Isadora e Vinicius, amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de energia e vida, esperança e porto seguro para os momentos difíceis.

A família que constituí, ao esposo Valmir e aos meus filhos, Isadora e Vinicius, perdão pela ausência e distanciamento neste período. Agradecimento pelo apoio e por me fazerem acreditar que era possível.

Aos meus pais, Ambrosio e Maria, pela vida! Pelas orações e apoio.

Aos meus irmãos que tanto amo, Luiz e Cleber, agradeço por estarem sempre comigo!

Ao meu sobrinho e afilhado Gustavo, amo-te!

A Universidade Federal da Fronteira Sul pela disponibilidade de um mestrado de qualidade e instigante, que nos oferece formação para vislumbrar um horizonte melhor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e aos professores do programa, por oportunizar o conhecimento, a formação do pensamento crítico e por lançar a semente de que é possível sim, um desenvolvimento que vai além do econômico.

Ao professor orientador, Pedro Ivan Christoffoli, por todo o conhecimento compartilhado desde a orientação na especialização e durante o mestrado, lapidando a construção deste. Pelas críticas construtivas e por me instigar a buscar novos conhecimentos e investigar realidades.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, pelo tempo dispensado na leitura e análise e, pelas valiosas contribuições na elaboração deste trabalho.

Ao Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da UFFS Laranjeiras do Sul, no qual tive a oportunidade de trabalhar, conhecer melhor a região e ampliar meu conhecimento. Aos membros deste núcleo, que compartilhamos momentos de aprendizado e de desafios, agradeço. Cada um marcou de maneira particular esta minha caminhada.

Aos colegas do mestrado, pelos momentos compartilhados e conhecimentos adquiridos. Parabéns a todos pela titulação conquistada. De maneira especial, aqueles que espero levar para vida, amigos que o mestrado trouxe e aqueles que foram fortalecidos.

Ao pesquisador, Raoni Fernandes Azerêdo, pelo desprendimento em compartilhar comigo o conhecimento adquirido em sua pesquisa de mestrado, me incentivando na construção deste estudo.

Agradeço aquela que conheci no início desta jornada como professora e agora tenho como amiga, Josimeire A. Leandrini, pelo apoio em momentos difíceis.

A amiga Hosana Maria Maciel Velani, por me incentivar e me fazer acreditar que os momentos de desesperança e falta de força podem sim ser superados. Para mim, você é um exemplo disso! Obrigada pelas contribuições no texto.

Agradeço a todos os que contribuíram para esta pesquisa. De maneira especial, aqueles que dispensaram seu tempo, compartilhando comigo seu conhecimento, suas experiências e me possibilitaram construir este estudo. Associados, Funcionários, ex-funcionários, diretores, pessoas que possuem vínculo ativo ou inativo com a maior Cooperativa Agropecuária da América Latina e de sua Cooperativa de Crédito, Coamo e Credicoamo, respectivamente.

Gratidão a todos e a tudo!

“As cooperativas desempenham um papel importante em muitas sociedades. Acreditamos que elas possam dar contribuições significativas para o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em termos de geração de emprego, erradicação da pobreza, redução da fome e da desigualdade. É preciso que os governos criem um ambiente propício para que as cooperativas prosperem e cresçam. Vamos aproveitar o poder das cooperativas para atingirmos os ODSs e criarmos um mundo de dignidade e oportunidade para todos” (Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, 2016).

RESUMO

O cooperativismo que, emergiu como uma forma organizativa de resistência ao capitalismo, vai ao longo da história se moldando e se adaptando como forma de sobrevivência ao mercado. O modelo cooperativo, que tem como princípios a organização e participação do quadro social nas suas decisões, acaba por incorporar estratégias capitalistas. Entre meio a essas alterações de ordem econômica e social, muitas estratégias adotadas evidenciam um distanciamento por parte de algumas cooperativas, de seu surgimento histórico enquanto organização social, de ajuda mútua e participação igualitária. Neste novo contexto organizativo, que alia a disseminação do capital financeiro na agricultura através da promoção e incentivo ao modelo produtivo do agronegócio, que fomenta a concentração e centralização de posses e renda, apresentam-se alguns agrupamentos cooperativos. A prática da intercooperação entre cooperativas oferece relevantes vantagens organizativas, fortalecendo-as, minimizando ou suprindo deficiências entre as participantes. Ocorre, porém que, alguns aspectos caracterizantes da intercooperação não convergem com a lógica capitalista de atuação no mercado, se assemelhando mais a conglomeração que por vezes, podem se constituir em conglomeração do tipo de capital financeiro. Neste contexto, este estudo objetiva identificar os tipos de relações fundantes desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária Mourãoense – Coamo, a qual atualmente é denominada Coamo Agroindustrial Cooperativa e sua Cooperativa de Crédito, a Credicoamo. O Objetivo geral deste estudo foi o de investigar como se fundamenta o modelo cooperativo desenvolvido e operacionalizado pela Credicoamo - Crédito Rural Cooperativa e a Coamo - Agroindustrial Cooperativa, visando identificar se as práticas que prevalecem se assemelham mais ao princípio da intercooperação ou à da conglomeração do tipo de capital financeiro. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, da realização de 16 entrevistas semiestruturadas e de 05 questionários com escalas do tipo Likert, esta pesquisa compreendeu seu estudo no período de março de 2018 a novembro de 2019. A coleta, análise e construção do contexto vivenciado e construído pelas cooperativas, foi realizado através do método do materialismo histórico dialético. Assim sendo, a Coamo é percebida enquanto materialização das ações do Estado em prol da modernização da agricultura brasileira, fundada em 1970. Anos mais tarde, constitui a sua cooperativa de crédito, a Credicoamo. Esta emerge enquanto parte integrante de um projeto de ressurgimento do cooperativismo financeiro, que integra a cooperativa de crédito à cooperativa agropecuária. Neste modelo interligado, as ações são convergentes e se somam ao fomento do agronegócio brasileiro, através do repasse de recursos públicos agrícola e pecuário subsidiados pelo Estado. Dentre as estratégias de sobrevivência estão a adoção de medidas administrativas que visam a eficiência técnica e econômica. Nesse entrelace de ações emergem outras empresas, que somadas as cooperativas, constituem um agrupamento cooperativo, que, frente a necessidade de sobrevivência, adotam uma postura mais aproximada à gestão empresarial de expansão com vistas à lucratividade, se afastando dos princípios do cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativismo Brasileiro. Crédito Rural. Modelo Cooperativo.

ABSTRACT

Cooperativism emerged as an organizational form of resistance to capitalism, has been molding and adapting itself as a way of survival to the market throughout history. The cooperative model, which has as principles the organization and participation of the staff in its decisions, ends up incorporating capitalist strategies. Between these economic and social changes, many strategies adopted show us a distance by some cooperatives, their historical emergence as a social organization, mutual aid and equal participation. In this new organizational context, which combines the dissemination of financial capital in agriculture through the promotion and incentive of the agribusiness production model, which fosters the concentration and centralization of possessions and income, some cooperative groups are presented. The practice of intercooperation between cooperatives offers relevant organizational advantages, strengthening them, minimizing or supplying deficiencies among the participants. It happens, however, some aspects that characterize intercooperation do not converge with the capitalist logic of acting in the market, being more similar to the conglomeration that sometimes can constitute a conglomeration kind of financial capital. In this context, this study aims to identify the types of founding relationships developed by Cooperativa Agropecuária Mourãoense - Coamo, which is currently called Coamo Agroindustrial Cooperativa and its Credit Cooperative, Credicoamo. The main goal of this study was to investigate how the cooperative model developed and operated by Credicoamo - Crédito Rural Cooperativa and Coamo - Agroindustrial Cooperativa is founded, aiming to identify whether the prevailing practices are more similar to the principle of intercooperation or to the conglomeration of the type of financial capital. Using bibliographic and documentary research, 16 semi-structured interviews and 5 questionnaires through Likert-type scales, this research comprised its study from March 2018 to November 2019. The gathering, analysis and construction of the experienced context and built by the cooperatives, it was carried out through the method of dialectical historical materialism. Therefore, Coamo is known as materializing the actions of the State in favor of modernizing Brazilian agriculture, founded in 1970. Years later, it constitutes its credit cooperative, Credicoamo. This emerges as an integral part of a project for the resurgence of financial cooperatives, which integrates the credit cooperative with the agricultural cooperative. In this interconnected model, the actions are convergent and add to themselves to the promotion of Brazilian agribusiness, through the transfer of public agricultural and livestock resources subsidized by the State. Among the survival strategies are the adoption of administrative measures aimed at technical and economic efficiency. In this intertwining of actions, other companies emerge, which, added to the cooperatives, constitute a cooperative group, which, facing the need for survival, adopt a posture closer to the expansion business management with a view to profitability, moving away from the principles of cooperativism.

Keywords: Brazilian Cooperativism. Rural Credit. Cooperative Model.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Composição do valor do financiamento agrícola de custeio na Credicoamo e sua indicação de destinação.101.....101
- Figura 2 - Fluxo Interno de procedimentos operacionais e administrativos no processo de contratação e liberação do custeio agrícola na Credicoamo. Desde a contratação do pacote agrícola até a liquidação do saldo devedor na Coamo.1033
- Figura 3 - Fluxo da liquidação de custeio agrícola na Credicoamo, contemplando fluxo desde o depósito da produção nos armazéns Coamo.1088
- Figura 4 - Compartilhamento sistêmico conforme diagnóstico.11111
- Figura 5 - Cooperativas, empresas e entidades integrantes do conglomerado cooperativo Coamo.1177
- Figura 6 - Cooperativas, empresas e entidades integrantes do conglomerado Cooperativo Coamo.12121

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Evolução do Ativo Patrimonial: ativo total, ativo circulante, estoques, saldo investimento mais imobilizado. Período 2013 a 2018.....	42
Gráfico 2 - Composição do Patrimônio Líquido: capital social em comparação aos Fundos de Reserva. Ano 2018.	43
Gráfico 3 - Sobras a distribuir “ad referendum” da A.G.O. Período 2013 a 2018.....	44
Gráfico 4- Composição do Patrimônio Líquido e sua evolução no período 1994 a 1999.....	63
Gráfico 5 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito a vista, depósito sob aviso prévio e a prazo para o período 1994-1999.....	64
Gráfico 6 - Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período 1994-1999.....	65
Gráfico 7 - Composição do Patrimônio Líquido e sua evolução no período 2000 a 2010....	67
Gráfico 8 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito à vista e a prazo para o período de 2000 a 2010.....	67
Gráfico 9- Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período 2000-2010.....	68
Gráfico 10 - Composição do Patrimônio Líquido e sua evolução no período 2011 a 2018..	71
Gráfico 11 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito a vista e a prazo para o período 2011-2018.....	72
Gráfico 12 - Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período 2011-2018.....	73
Gráfico 13 - Número de municípios atendidos pela Credicoamo no período 1999 a 2012..	80
Gráfico 14 - Evolução da área cultivada e da produção histórica nacional da lavoura de soja. Período 1995 a 2015. Em 1.000 toneladas e 1.000 Hectares.....	82
Gráfico 15 - Operações cadastradas junto ao SNC para a Credicoamo no período 2013 a 2018, contemplando as finalidades de custeio, investimento e comercialização, para as atividades agrícola e pecuária. Valores em reais.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Inaugurações e ampliações de indústrias e Fábricas - Coamo Agroindustrial Cooperativa. Período de 1981 a 2015.....	41
Tabela 2 - Coamo - Investimentos em cooperativas. Montante e participação percentual 2010 e 2018.....	49
Tabela 3 - Coamo - Investimentos na empresa Controlada Coamo International A.V.V. Montante e participação percentual 2010 e 2018.....	50
Tabela 4 - Coamo - Investimentos na empresa Controlada Via Sollus Corretora de Seguros Ltda. Montante e participação percentual 2010 e 2018.....	52
Tabela 5 - Expansão Credicoamo desde sua constituição até final da década de 1990. Conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.....	62
Tabela 6 - Expansão Credicoamo na primeira década dos anos 2000. Conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.....	66
Tabela 7 - Cooperados por Cooperativa - BACEN. Período janeiro 2016 a agosto de 2019..	69
Tabela 8 - Expansão Credicoamo 2011-2019. Conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.....	70
Tabela 9 - Carteira de empréstimos e financiamentos e suas modalidades disponibilizada pela Credicoamo.....	76
Tabela 10- Resumo da Receita global da Credicoamo em 2018.....	76
Tabela 11 - Classificação dos produtores rurais conforme enquadramento. Taxas praticadas no plano safra 2017/2018. Taxa especial Credicoamo 2018/2019 e taxa plano safra 2018/2019 oficial Estado.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição do Conselho Administrativo das Cooperativas Coamo e Credicoamo para o mandato 2016/2020.....	92
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
AC	Ativo Circulante
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACR	Abertura de Crédito Rotativo
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ANS	Agência Nacional de Saúde
ARCAM	Associação Recreativa dos Funcionários da Coamo
AT	Ativo Total
BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEO	<i>Chief Executive Officer</i> , que significa Diretor Executivo em Português
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLD	Crédito de Liquidação Duvidosa
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
COCECRER	Cooperativa Central de Crédito Rural
COOCENTRAL	Cooperativa Central de Pesquisa Agropecuária
COODETEC	Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda.
CREDI	Cooperativa de Crédito Rural Regional
CREDICOAMO	Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda.
DIR	Depósito Interfinanceiro Rural
DOC	Documento de Crédito
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FECOTRIGO	Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul

FR	Fundo de Reserva
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
FUPS	Fundo de Proteção à Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
JUCEPAR	Junta Comercial do Paraná
MATOPIBA	Designa uma extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCR	Manual de Crédito Rural
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	Organização Sindical das Cooperativas do Estado do Paraná
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PL	Patrimônio Líquido
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
RBA	Renda Bruta Agropecuária
SICREDI	Sistema de Crédito Rural Cooperativo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TED	Transferência Eletrônica Disponível
UNASCO	União das Associações Comunitárias
VBC	Valor Básico Custeio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUA (IM)POSSIBILIDADE PRÁTICA NA ERA DO CAPITAL FINANCEIRO.....	24
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITAL FINANCEIRO.....	24
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	28
3	A COOPERATIVA COAMO COMO EXPRESSÃO DO MODELO PRODUTIVO DO AGRONEGÓCIO ERIGIDO PELO ESTADO DESDE OS ANOS 1960.....	31
3.1	BREVE DO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO.....	31
3.2	O MODELO AGRÍCOLA IMPLANTADO NO BRASIL E O FOMENTO AO COOPERATIVISMO PELO ESTADO.....	35
3.3.	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA: UM MODELO MOLDADO PELO ESTADO.....	40
3.3.1	A Materialização e Evolução Histórica da Coamo Agroindustrial Cooperativa.....	40
3.3.2	A Organização Estrutural e de Atuação do Agrupamento Coamo.....	47
3.3.2.1	Surgimento do Complexo Agroindustrial da Coamo.....	47
3.3.2.2	Investimento Societário em Cooperativas.....	48
3.3.2.3	Empresas Controladas pela Coamo.....	49
3.3.2.3.1	<i>Coamo Internacional A.V.V.....</i>	<i>49</i>
3.3.2.3.2	<i>Via Sollus Corretora de Seguros Ltda.....</i>	<i>51</i>
3.3.2.4	Entidades Mantidas e Patrocinadas pela Coamo.....	53
4	RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO - INTEGRAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO?.....	54
4.1	RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL... 54	54
4.1.1	O Cooperativismo de Crédito no Paraná.....	57
4.2	CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA COAMO.....	59
4.2.1	Evolução Econômica da Credicoamo.....	61
4.2.1.1	O Desempenho na Primeira Década de Atuação – Período de 1990 a 1999.....	61
4.2.1.2	Desempenho na Segunda Década de Atuação – Período de 2000 a 2010.....	65
4.2.1.3	O Desempenho no Terceiro Período Pesquisado – Período de 2011 a 2018 - A terceira década em andamento.....	69
4.4	INTERCOOPERAÇÃO.....	87

4.4.1	Intercooperação ou Integração Prevista em Estatuto: A Estratégia de Alavancagem no Capital Social na Credicoamo Ligado ao Faturamento da Coamo.....	89
5	CONFORMAÇÃO DO CONGLOMERADO EMPRESARIAL COOPERATIVO DA COAMO.....	91
5.1	ELEMENTOS INICIAIS DA CONFORMAÇÃO DO CONGLOMERADO.....	91
5.2	SELETIVIDADE DO QUADRO SOCIAL: A COAMO ENQUANTO DIRECIONADORA DO PROCESSO ASSOCIATIVO PARA AS DUAS COOPERATIVAS.....	96
5.3	UMA INTEGRAÇÃO QUE SE UTILIZA DE RECURSOS PÚBLICOS SUBSIDIADOS: O CUSTEIO AGRÍCOLA.....	99
5.3.1	Controle e Regramento do Quadro Social: Procedimentos de eliminação e exclusão.....	110
6	DISCUSSÕES E CONCLUSÕES.....	113
6.1	O MODELO DE DESENVOLVIMENTO MOLDADO PELO GRUPO COAMO.....	113
6.2	GRUPO COAMO: CONGLOMERADO COOPERATIVO OU EMBRIÃO DE UM CONGLOMERADO DE CAPITAL FINANCEIRO?.....	116
6.3	RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA.....	124
	REFERÊNCIAS.....	125
	ANEXOS.....	132
	ANEXO 1 - Foto 1 – Fundadores da Credicoamo. Foto divulgada por ocasião da homenagem aos 30 anos de constituição.....	131
	ANEXO 2 - Documento Coamo formalizado com associado. Contrato Particular de Fornecimento de Insumos.....	133
	ANEXO 3 - Documento Coamo formalizado com associado. Planejamento de Insumos.....	135

APRESENTAÇÃO

O cooperativismo é um assunto que tem acompanhado minha vida há mais de 16 anos, posso dizer dessa forma, que este tema faz parte de minha formação profissional. Atuei em duas cooperativas de crédito na região de Laranjeiras do Sul/PR, das quais herdei a paixão pelo cooperativismo. Foi na conclusão da especialização propiciada por uma delas, que fui instigada pelo orientador a aprofundar meus estudos e a ingressar numa formação em nível de mestrado.

A escolha do tema pesquisado conta com um acúmulo realizado pelo Núcleo de Estudo em Cooperação (NECOOP) UFFS Campus de Laranjeiras do Sul, que através de projetos de pesquisa relacionados ao cooperativismo, busca entender o contexto brasileiro deste setor bem como seu desenrolar histórico.

A escolha das entidades pesquisadas dera-se em virtude de pesquisa realizada anteriormente por outro mestrando, o qual investigou a cooperativa agroindustrial Coamo (AZERÊDO, 2016), a qual apresenta uma ligação intrínseca com a Credicoamo – Crédito Rural Cooperativa.

Sendo assim, minha trajetória pessoal e profissional somados aos aspectos acima descritos, me impulsionaram ao desafio da pesquisa aqui proposta: investigar o modelo cooperativo agropecuário/agroindustrial e de crédito, estruturado e operacionalizado pela maior Cooperativa Agropecuária da América Latina.

1 INTRODUÇÃO

O setor cooperativo tem-se constituído na atualidade em um importante modelo organizativo e econômico no Brasil. Este modelo tem galgado importantes posições de destaque a nível nacional. De maneira particular, o cooperativismo agropecuário e agroindustrial tem-se revelado como importante ferramenta organizativa entre o produtor rural e o mercado.

No cenário do cooperativismo financeiro, ainda que, com participação modesta junto ao Sistema Financeiro Nacional, as cooperativas de crédito têm, aos poucos, conquistado espaço. Destaca-se que sua representatividade é menos vultuosa que o cooperativismo agropecuário e agroindustrial. As cooperativas de crédito têm alcançado representatividade no repasse de recursos financeiros subsidiados destinados ao crédito rural.

Regidas pela Lei 5.764/1971, as cooperativas têm sua definição no Art. 4 do capítulo II, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. O que distingue uma cooperativa das demais sociedades são as seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 2019).

Enquanto modelo de exploração primário produtiva, o agronegócio, fomentado nacionalmente, ganha vulto incorporando tecnologias produtivas e inovações de cultivares. Se propaga incorporando facilidades tecnológicas no manejo, impulsionando a produção e a produtividade em escala. Este modelo produtivo rende ao Brasil o *status* de grande exportador de *commodities* agrícolas, especialmente, a soja.

Nessa estruturação entre o modelo organizativo do cooperativismo e o fomento ao agronegócio, o grupo Coamo tem conquistado destaque no estado do Paraná. A Coamo Agroindustrial Cooperativa, fundada em 1970, em Campo Mourão é a maior cooperativa agrícola da América Latina, a trigésima quinta maior empresa do Brasil, e a maior do Estado do Paraná. Considerada campeã na categoria Cooperativa pela revista Globo Rural 2019, contabiliza um ativo total de R\$ 8,7 bilhões, recebeu em 2018 o volume de 7,20 milhões de toneladas de grãos, correspondente a 3,2% de toda a produção brasileira, ela é a materialização de um modelo organizativo e produtivo fomentado pelo Estado desde os anos de 1960 (COAMO, 2019).

Interligada umbilicalmente, a Coamo possui uma cooperativa de crédito exclusiva para seus associados. A Credicoamo Crédito Rural Cooperativa emergiu no final da década de 1980 enquanto integrante de um projeto de ressurgimento do cooperativismo de crédito no Brasil, também dentro de um modelo orientado de abrangência nacional. Este modelo concebia inicialmente a cooperativa de crédito enquanto parte integrante à agropecuária, almejando um fortalecimento com posterior remodelação.

Durante sua atuação a Coamo vai se estruturando e incorporando ações empresariais em suas práticas de sobrevivência ao mercado. O cenário político econômico desfavorável na década de 1990 faz emergir medidas, que vão se moldando com o tempo e alterando também o modelo de atuação cooperativo. Assim, surgem empresas controladas pela Coamo, que visam a consolidação e o fortalecimento desta. Nessa forma de atuação estrutural conformam um grupo ou conglomerado cooperativo fechado e convergente.

Este estudo, que inicialmente pretendia realizar investigações somente entre a cooperativa agroindustrial e a cooperativa de crédito, necessitou ser ampliado. Durante o processo de construção deste trabalho científico percebeu-se que a interligação não se realiza somente entre as duas cooperativas e sim, num conjunto que abarca, principalmente, cooperativas, corretora e trading. Este fato norteou a fundamentação e ampliou a abrangência das entidades e empresas envolvidas com a pretensão de entender melhor a dinâmica de

desenvolvimento e evolução deste grupo, que constitui e fomenta a maior cooperativa agropecuária do Brasil e da América Latina, a Coamo Agroindustrial Cooperativa. Desta forma, um estudo acerca desta, revela uma importância ímpar na busca pelo entendimento (considerando as limitações deste), do desenvolvimento do cooperativismo no Paraná e no Brasil.

O Objetivo geral perseguido neste estudo foi o de investigar como se fundamenta o modelo cooperativo desenvolvido e operacionalizado pela Credicoamo - Crédito Rural Cooperativa e a Coamo - Agroindustrial Cooperativa, visando identificar se as práticas que prevalecem se assemelham mais ao princípio da intercooperação ou conglomeração do tipo de capital financeiro.

No desdobramento do objetivo geral deste, foram realizadas investigações visando contemplar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Contextualizar a Credicoamo - Crédito Rural Cooperativa, frente ao cenário nacional enquanto repassadora de crédito rural subsidiado vinculado às políticas públicas conforme as diretrizes do Estado, visando identificar o modelo de desenvolvimento rural incentivado e fomentado pela cooperativa com embasamento nas linhas e finalidades de crédito ofertadas.
- 2) Investigar as relações da Credicoamo enquanto organização cooperativa com a Coamo, buscando compreender a dinâmica de atuação conjunta, visando identificar se existe autonomia ou subordinação em suas estratégias organizacionais e de expansão territorial.
- 3) Investigar a fundamentação embasadora da relação Credicoamo e Coamo a fim de revelar, se as estratégias são pautadas preponderantemente em Intercooperação ou em forma de conglomeração, do tipo capital financeiro.

Utilizando-se do método do materialismo histórico dialético, buscou-se relacionar a realidade vivida e construída historicamente pela Coamo, sua cooperativa de crédito e as empresas das quais é controladora, com aspectos teóricos observados na realidade brasileira, apoiados na práxis. Dessa forma, buscou-se a construção teórica deste trabalho através da metodologia descritiva e qualitativa, a partir da observação, coleta de dados e informações, com posterior reflexão, relacionando com o processo histórico construído, num ciclo contínuo e evolutivo.

Para a coleta de informações a campo foram utilizados, basicamente, formulário de entrevista semiestruturada, guiando a coleta de informações, mas, permitindo que novos elementos pudessem emergir conforme a realidade observada no momento. Também foram

utilizados questionário com escalas do tipo Likert, na tratativa de qualificação das relações de integração/interligação entre as duas cooperativas, com vistas a identificar princípios de intercooperação ou ações de conglomeração. A amostragem não aleatória que contribuiu para esta pesquisa foi composta por: 7 associados, 4 funcionários, 4 ex-funcionários, 1 diretor, aplicados no período de fevereiro a novembro de 2019. Para preservar a liberdade de expressão garantindo o sigilo e a confidencialidade, foram suprimidos os nomes e outros itens que poderiam identificar o entrevistado. A correlação da informação diagnosticada com o entrevistado foi realizada pela descrição de sua relação (ativa ou inativa) para com o grupo cooperativo Coamo, seguida de um numeral que indica a ordem durante o processo de coleta de informação e/ou entrevista.

A exposição dos resultados desta pesquisa compreende, no capítulo 2, uma conceitualização acerca do desenvolvimento sustentável e do capital financeiro na agricultura. Realizou-se uma contextualização sobre a (im)possibilidade de prática do desenvolvimento sustentável na era do capital financeiro, apontando a assimetria existente entre ambas.

A expressão do modelo produtivo do agronegócio erigido pelo Estado a partir dos anos de 1960 na constituição da cooperativa Coamo, encontra-se no capítulo 3. Este, traz um pouco do histórico do cooperativismo a nível mundial e brasileiro, fazendo um aporte ao modelo cooperativo fomentado pelo Estado. A materialização e evolução histórica do modelo cooperativo e da organização estrutural e de atuação da Coamo, encerram este capítulo, apresentando a diversidade na composição do agrupamento Coamo.

O capítulo 4 trata sobre o braço financeiro da Coamo, desde sua constituição e sua relação de integração ou subordinação com a cooperativa originária. No aporte teórico apresentou-se o projeto de ressurgimento do cooperativismo financeiro no Brasil, o qual conecta a cooperativa de crédito para “dentro” da cooperativa agropecuária. A evolução histórica da Credicoamo e seu desempenho são parte integrante deste capítulo. Ainda neste, trata-se sobre a intercooperação na tentativa de elucidar questões alusivas à interligação destas cooperativas.

Os elementos coletados durante a pesquisa que indicaram uma conformação de conglomerado cooperativo foram expostos no capítulo 5. Neste, foram apontadas questões alusivas ao quadro social, sua seletividade, controle e regramento, aspectos que configuram a Coamo enquanto direcionadora do modelo produtivo financiado pela Credicoamo através de recursos subsidiados.

As discussões e conclusões sobre o modelo de desenvolvimento fomentado pelo grupo Coamo e sua conformação constitutiva de conglomerado cooperativo ou de capital financeiro,

são apresentadas no capítulo 6. Este capítulo traz reflexões acerca dos dados coletados e das inquietações que não foram passíveis de conclusão neste estágio da pesquisa. As entrevistas realizadas a campo se constituíram numa importante ferramenta, que foi essencial na condução e construção da pesquisa ora apresentada.

As figuras, tabelas e gráficos que integram esta pesquisa foram construídas a partir das entrevistas e questionários elaborados e aplicados, coleta de dados e informações em sites e documentos. Desta forma, a elaboração, exposição e análise, são de responsabilidade da autora deste estudo, assim como as deficiências ou insuficiências.

Ao final deste, deixa-se aos pesquisadores e interessados por este assunto e seus desdobramentos, uma sugestão de pesquisa futura.

2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUA (IM)POSSIBILIDADE PRÁTICA NA ERA DO CAPITAL FINANCEIRO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITAL FINANCEIRO

As evoluções tecnológicas, da ciência e as novas descobertas em meados do século XIX, promoveram grandes avanços orientando uma nova visão de dominância e poder do ser humano sobre a natureza e o mundo. No desenrolar do sistema capitalista de produção, pós Revolução Industrial, um novo orquestramento de valores e princípios passou a tomar forma, orientado por novas lógicas de organização estrutural e de logística (McNEILL, 2011). Essa dinâmica organizativa oriunda desse processo de transformação, alterou também a percepção das pessoas sobre seus interesses e necessidades. Suscitou também novas demandas mercantis e o tempo de resposta a estas passou a ter outra dimensão.

Essa lógica capitalista de organização disseminada pela globalização, expressa uma nova fase de dominação do capital sobre o processo produtivo. Historicamente, a emergência da dominação do capital financeiro sobre a economia se dá na Europa, a partir do final do século XIX. Esse aspecto foi estudado entre outros, por Hobson em 1906, Hilferding em 1910 e Lênin em 1917. A conglomeração dos grandes *trustes* monopolistas nos países centrais e sua ânsia por expansão e acumulação ilimitada irão originar o imperialismo, forma de dominação ainda atual em que os países ricos buscam expandir sua riqueza mediante controle econômico e territorial de colônias e, mais tarde, de neocolônias.

Hilferding (1985), reflete sobre a dimensão econômica que leva o dinheiro, utilizado como meio de facilitação das trocas mercantis, a se tornar o instrumento de dominação essencial pelo capital financeiro. Analisa inicialmente o processo cíclico que o dinheiro percorre até se transformar em capital. Desde sua entrada no sistema enquanto dinheiro, e, suas mutações conforme demanda mercantil, passando pela transformação de significado, quando o dinheiro tem seu valor monetário alterado para capital. Isso ocorre no momento em que passa a objetivar/buscar a geração e apropriação de mais-valia, através do seu emprego na produção, pagando a matéria prima e mão de obra. Segundo o autor, esse processo complexo, se decompõe em dois estágios de circulação $D - M$ e $M^1 - D^1$, e num de produção¹.

¹ Observando o processo cíclico do capital observa-se que a primeira manifestação deste é em forma de capital monetário (dinheiro) D. “Na qualidade de dinheiro destinado a atuar como capital, ele se transforma em mercadorias (M) de uma espécie determinada, em meio de produção (Mp) e em força de trabalho (T)”. Na sequência do processo de produção (P), com a força de trabalho há alteração/agregação de valor, transformando-se em (M¹), acrescido de mais-valia. Após isso, com a venda da mercadoria produzida, ela se transforma novamente

Na circulação, ele se apresenta como capital monetário e capital mercantil; na produção, como capital produtivo; o capital que percorre todas essas formas constitui o capital industrial. O capital monetário, o capital mercantil e o capital industrial não definem aqui, por conseguinte, espécies distintas de capital, mas formas especiais de funções do capital industrial. Daí resulta, pois, o seguinte esquema: $D - M - P \dots M^1 - D^1$. A forma original de qualquer novo capital é a de capital monetário. O dinheiro por si só não aparenta ser capital (HILFERDING, 1985, p.72-73).

Da dinâmica, $D - M - D^1$, onde a necessidade inicial era que ciclo completasse todas as fases para que o capitalista iniciasse a produção de novo lote de mercadoria, verificou-se com o tempo, que poderia haver ociosidade em alguma etapa deste ciclo, ou por excesso de matéria prima ou de mão de obra. Mas poderia haver falta monetária, acarretando em *déficit* de matéria prima ou mão de obra. Aos poucos o dinheiro, papel moeda de curso forçado, começa a perder espaço por documentos privados que representam “promessas de pagamento” que, a princípio, são baseadas em compromissos verbais, mas aos poucos vão assumindo a forma de papel moeda fictício. Surge então o papel fiduciário (nota promissória) e o crédito, que dispensam o término de um ciclo, $D - M - D$, para iniciar novo processo produtivo. A entrega da mercadoria não mais necessita se encontrar temporalmente com o trânsito do papel moeda-dinheiro, ela baseia-se na promessa de pagamento. O crédito vem para extinguir/reduzir a ociosidade dentro do processo produtivo (HILFERDING, 1985).

O capitalista passa a trabalhar com esse novo ciclo produtivo e, por sua vez, passa a obter matéria prima baseado nas promessas de pagamento que possui, baseado num crédito a receber. O dinheiro deixa de possuir a característica necessária de existência real, em forma de papel moeda, em alguns processos deste ciclo. Isso é fruto do novo processo organizativo da sociedade, derivado também, das inovações e das novas relações de dominância e poder (HILFERDING, 1985).

Como desdobramentos da conjuntura acima, surge a especulação financeira oriunda da necessidade de mobilização de capital, para que o capitalista realize o ciclo produtivo. O capital fictício emerge a partir das instituições bancárias que captam depósitos e depois reemprestam, cobrando juros, aumentando assim o capital de forma especulativa (HILFERDING, 1985).

O mercado especulativo ganha espaço, as bolsas de valores começam a dinamizar ainda mais a especulação financeira. Neste espaço a compra e venda realizada não é a de mercadoria, e sim, a de ações e títulos. Juros, dividendos e a valorização das ações, ganham vulto e

em dinheiro (D^1) (HILFERDING, 1985, p. 72). Parte de D^1 retorna ao ciclo enquanto dinheiro para iniciar novo processo de produção.

atratividade. O capital fictício passa a dominar grande parte das movimentações financeiras. “A esfera da verdadeira atividade da bolsa é o mercado de títulos de juro ou do capital fictício” (HILFERDING, 1985, p. 138). Hilferding considera que o capital financeiro, é fruto de um sistema monopolista e de dominação, no qual as instituições bancárias exercem o poder da propriedade sobre o dinheiro.

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos (HILFERDING, 1985, p.283).

O autor traz também que, essa associação monopolista, suprime a livre concorrência do capitalista individual, modificando também, a “relação da classe capitalista com o poder do Estado”. Compartilhando de uma visão mais contemporânea acerca do capital financeiro, Sabadini (2015), reflete sobre as contribuições de Pinto (1994; 1997),

O capitalismo financeiro impôs novos parâmetros à dinâmica da acumulação privada, já que a materialização da riqueza sob a forma de títulos altera os critérios de alocação dos recursos, diferente da fase industrial. No processo de transformação da forma de riqueza, do controle da propriedade sob a forma de ativos fixos para as ações, é a posse e a manipulação dos títulos que permitem acesso aos direitos de gestão sobre a atividade produtiva. Então, [...], a riqueza privada se dissocia dos meios de produção (SABADINI, 2015, p.79).

Sabadini (2015), apoia-se em duas obras de Guillén (2011a, 2011b), trazendo aspectos importantes da dinâmica acumulativa e especulativa, que remetem a um significado mais profundo à categoria do capital financeiro, refletindo em dois elementos centrais:

primeiro, que o capital financeiro é o resultado do processo de concentração e centralização do capital e do surgimento das sociedades anônimas e, segundo, que estas implicam não somente a separação da propriedade e o controle da empresa mas, mais importante, [...] o controle por parte do capital financeiro da emissão e propriedade do capital fictício, quer dizer aquele capital em forma de ações, debêntures e qualquer tipo de títulos financeiros que como brilhantemente havia intuído Marx duplica o capital real investido na produção (SABADINI, 2015, p. 81).

Nessa dinâmica do capital monetário - dinheiro, empregado na produção para a geração de mais-valia ao capitalista, após venda do produto final e dedução dos custos e despesas, parte se tornará novamente capital produtivo. Esse capital, lucro do processo produtivo anterior, pode ser direcionado para a linha de produção retomando o ciclo de movimento do capital e fazendo emergir outro capital, multiplicando-se através da nova cadeia produtiva fruto da incorporação de mais-valia. Ou ainda, o capital - lucro, pode ser investido em ações ou títulos vindo a se

constituir em capital especulativo na lógica empregada pelo capital financeiro (HARVEY, 2018; HILFERDING, 1985).

Ao passo que a imaterialidade incorporada na mercadoria através da força de trabalho agregada ao produto, gera mais ganho de capital ao capitalista, detentor dos meios de produção e explorador da força de trabalho, o ciclo do movimento do capital passa a ter uma dimensão mais agressiva. Aliado a isso, a emergência de novas formas de manifestação do capital, que não necessariamente mais precisa existir fisicamente enquanto papel moeda-dinheiro, no momento da troca de mercadoria e transações mercantis, amplia possibilidades de novas formas de exploração e de práticas mercantis (HARVEY, 2018; HILFERDING, 1985).

A integração de mercados através de novas lógicas organizativas, com o desenvolvimento de ferramentas inovadoras, facilita e promove a integração entre sociedades, em nível mundial. Essa abertura de mercados modifica relações e conceitos, fazendo emergir novas demandas, tanto de serviços quanto de mercadoria-produto. O conhecimento de novas realidades desperta o interesse dos capitalistas em suprir demandas externas, conjugando cada vez mais a relação entre capital, força de trabalho e geração de mais-valia.

A lógica capitalista de produção passa a ser cada vez mais imperativa e o desenvolvimento passa a ser visualizado/percebido a partir da expansão/evolução do viés econômico. A sociedade passa a caminhar cada vez mais orientada pelo atendimento a demandas externas², tanto de produção quanto de serviços.

Nesse ciclo organizativo da sociedade desencadeado pela lógica capitalista de produção, no qual o capital monetário se integra ao capital industrial, se evidencia cada vez mais a concentração e centralização de riqueza, renda e poder político e econômico (SABADINI, 2015; GONÇALVES, 1999). Nesse ambiente hostil não há espaço para questões sociais, de bem-estar e de valorização dos detentores da força de trabalho.

O desenvolvimento do capital financeiro coloca para as organizações que atuam nos mercados, a necessidade de um estreito financiamento da produção, de modo a poder alavancar o processo de extração e realização da mais valia. Essa também é uma questão para as cooperativas, como será analisado mais adiante.

² Faz-se uma reflexão de que externo compreende não somente a nível mundial, mas também de territórios, comunidades e unidade de produção. Numa dinâmica de perda de valoração dos insumos e riquezas endógenas, em detrimento a demandas externas orientadas pela lógica capitalista de produção e geração de excedentes (mais-valia).

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A percepção equivocada de que o desenvolvimento de uma sociedade perpassa somente pelo viés econômico, mensurável quantitativamente, deixa as questões alusivas à sustentabilidade necessariamente em segundo plano. O desenvolvimento sustentável é concebido por englobar questões subjetivas e imateriais, por vezes classificadas como utópicas, de valor ético e social, que podem não ser mensuráveis quantitativamente (FAVARETTO, 2006). Preza pela qualidade, cuidado e valorização endógena, tanto dos indivíduos quanto do meio.

Para Martins (2004), “a expressão desenvolvimento sustentável pressupõe considerar as dimensões econômica, social e ambiental”. Não se pode dizer que há desenvolvimento sustentável sem pressupor uma preocupação e cuidado com os recursos naturais, os quais, se constituem em fonte primária para toda e qualquer atividade humana. Favaretto (2006), apoia-se no relatório da Comissão Brundtland de 1987, compartilhando que o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que é “capaz de preservar os recursos necessários às gerações vindouras” (FAVARETTO, 2006). Sendo assim, nem todo tipo de desenvolvimento reflete uma melhoria ou progresso.

O desenvolvimento só é progresso quando não se limita a negar ou suprimir, mas quando também conserva; é progresso quando, ao lado do que existe e merece desaparecer, também encontra o que existe e merece ser conservado. Nesse sentido o progresso consiste num acúmulo de conquistas das fases anteriores do desenvolvimento (KAUTSKY, 1986, prólogo).

De forma análoga, as questões sociais, de sobrevivência e convivência do indivíduo na sociedade não devem desconsiderar sua individualidade, qualidade de vida e inclusão social. O viés econômico é de relevante importância, mas por si só, não garante um desenvolvimento no sentido pleno, e de forma equitativa para a sociedade. Ao contrário, o que tem se observado na sociedade é que a concentração e centralização de renda e poder tem distanciado cada vez mais e mais as classes sociais³ (PIKETTY, 2013).

Considerando os aspectos que caracterizam uma sociedade capitalista, na qual a geração e acumulação de mais-valia é o principal objetivo a ser alcançado, independente das condições

³ O estudo “Desigualdade social: Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que metade da população mais pobre”, realizado pela Oxfam (2017), e publicado eletronicamente no El País, traduz a realidade brasileira sob a visão econômica, explicitando a concentração nas mãos de poucos e a desigualdade social, de gênero e raça. El País, 25 de setembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html>. Acesso em 2018.

que serão praticadas para isso, cabe apontar que a direção dominante neste modelo é a econômica. O capital financeiro oriundo do sistema produtivo e especulativo capitalista, tem como objetivo a ser perseguido a ampliação do capital através de seu movimento cíclico (HARVEY, 2018). Retroalimentando-se ao final de cada ciclo.

Diante dos apontamentos acerca do modelo atual desenvolvido pela economia a nível mundial, que apresenta como base a exploração produtiva e a especulação financeira que o detentor de capital realiza, e, considerando estudos que evidenciam que o distanciamento das classes sociais só tem aumentado nesse modelo, não se visualiza afinidades entre o capital financeiro e o desenvolvimento sustentável. Ao contrário, a prática exclusivamente voltada a exploração do viés econômico, proporciona ao detentor do capital um crescimento pujante na acumulação de poder e renda. Ao passo que, desacredita da necessidade de equilíbrio e do progresso equitativo entre o econômico, o social e o ambiental, uma vez que não são considerados parâmetros ligados às questões de bem-estar das populações/sociedades.

A reflexão consciente de que o modo de produção capitalista traz consequências destrutivas ao meio ambiente é parte integrante dos estudos realizados por Marx e Engels em *O capital*. Existe uma contradição intrínseca entre a dinâmica capitalista de acumulação de capital e lucro e a preservação do meio ambiente conjugado aos aspectos sociais. Esse debate gera muitas tensões e contradições (LÖWY, 2009; FOSTER, 2012).

Os debates que levam em consideração a conscientização das questões de meio ambiente, ou ecológica, possuem uma relevância ímpar. Elas se constituem relevantes pois embasam questões acerca da “perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países”. Torna-se necessário neste contexto, a realização de debates aprofundados que visualizem “uma crítica renovada do capitalismo que vincularia, de forma indissociável, a exploração dos dominados pelos possuidores de riqueza e a destruição da natureza e da biosfera” (CHESNAIS e SERFATI, p. 39-40, 2003).

O modo avançado de exploração capitalista invasivo ao meio ambiente e destruturante à sociedade, desencadeia um desequilíbrio social e ambiental. “A “crise ecológica” é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro” (CHESNAIS e SERFATI, 2003).

Dessa forma, a lógica de dominância exercida pelo modelo capitalista de produção, e sua reprodução nas relações de poder intensificando a subordinação ao capital rentista, sufoca as relações sociais, e promove a exploração contínua dos recursos naturais. O que se preza neste modelo é o acúmulo individual, independente das condições em que foi gerado. A apropriação

e exploração dos recursos naturais na busca incessável pela produtividade e lucro, subordina as riquezas naturais ao ciclo do capital rentista, de forma insustentável ao meio, e de consequências nocivas ainda não mensuráveis de forma sistemática.

Diante dessa tendência global de desenvolvimento e sobrevivência pautado na exploração em escala crescente, o modelo executado pelo cooperativismo segue aos mesmos preceitos do modelo capitalista de produção e acumulação. Dessa forma, o sistema cooperativo que emergiu numa contraposição à exploração do modelo capitalista, acaba por reproduzi-lo. Assim sendo, o cooperativismo praticado na atualidade, mostra-se ainda deficiente nas questões primordiais relativas à sustentabilidade, que considere os aspectos ambientais e sociais somados ao financeiro.

3 A COOPERATIVA COMO EXPRESSÃO DO MODELO PRODUTIVO DO AGRONEGÓCIO ERIGIDO PELO ESTADO DESDE OS ANOS 1960

3.1 BREVE DO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Muito antes do Cooperativismo aparecer como opção organizativa de se trabalhar em conjunto, o homem já se agrupava de diferentes formas para facilitar o desempenho de suas atividades, num formato de ajuda mútua. Estudos descrevem que os povos da pré-história só conseguiram evoluir, através das ações e das atividades desenvolvidas em conjunto e do convívio em comunidades (McNEILL, 2011; MAZOYER & ROUDART, 2009; CHRISTOFFOLI, 2000).

Os registros apontam o surgimento do cooperativismo no modelo Rochdaleano em plena Revolução Industrial, quando o capitalismo se enraizou e passou a determinar as lógicas de consumo e produção, evidenciando-se no distanciamento entre as classes sociais. Nesse ambiente hostil, o cooperativismo surge como forma de repensar o sistema exploratório, especialmente da mão de obra operária que se via obrigada a trabalhar com carga horária excessiva, condições desumanas, elevada morbidade e mortalidade, além do trabalho infantil exploratório (SINGER, 2002).

Christoffoli (2000, p. 10), apoia-se em Singer (1999), trazendo que “O cooperativismo (na forma como hoje é conhecido) surge a partir das ações de resistência da classe operária inglesa à introdução do capitalismo que desestruturava as antigas corporações de artesãos de ofícios”. Inicialmente como forma organizativa de resistência e posteriormente como forma organizativa para acesso a produtos e serviços, como forma de inclusão social em busca de uma melhor visibilidade junto à sociedade.

Como marco histórico do cooperativismo tem-se o ano de 1844, quando, num bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, registrou-se a primeira iniciativa cooperativista, que serviria como propagadora do modelo. Uma cooperativa de consumo foi fundada por 28 tecelões (PINHEIRO, 2008, p.23).

No modelo produtivo orientado pelo capitalismo, no qual o principal objetivo é a geração de excedentes através da apropriação de mais-valia pelo capitalista usufruindo da alienação da mão de obra do trabalhador assalariado (MARX, 1980), emerge a mutação do dinheiro enquanto papel moeda. Como já foi visto, a produção capitalista não se desenvolve plenamente sem o desenvolvimento em paralelo de um poderoso sistema de crédito que contribua para agilizar a velocidade de circulação das mercadorias e, por conseguinte, da

reprodução ampliada do capital. A presença física e material do dinheiro no curso da produção e venda de mercadoria, passa a ser substituída por papéis privados que representam promessas de pagamento, que por sua vez transforma-se gradualmente no crédito fiduciário (HILFERDING, 1985).

No campo da cooperação, dessa necessidade por dinheiro como subsídio à expansão da produção, tanto industrial quanto na agricultura, surge a primeira iniciativa do modelo cooperativista de crédito em 1847 na Alemanha (PINHEIRO, 2008). No setor de produção rural, o idealizador dessa opção de fomento ao crédito foi “Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural”. Esta serviria como a primeira cooperativa do modelo “Raiffeisen”, como ficou conhecida, fundada em 1864. O método organizacional adotado, o ROSCA⁴, permitia um crédito rotativo de pequeno valor e prazo não superior a 6 meses aos associados, foi o que deu origem, mais tarde, ao Capital Social das cooperativas de crédito (PINHEIRO, 2008; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2018). As primeiras cooperativas de crédito rural eram denominadas de Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf.

As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos (PINHEIRO, 2008, p. 23).

Entre meio a essa iniciativa cooperativista rural, no ano de 1856, Herman Schulze fundou na cidade de Delitzsch na Alemanha, uma “associação de dinheiro antecipado”. As “cooperativas do tipo Schulze Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares”, tipicamente urbanas, não faziam diferenciação classista. “Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, com área de atuação não-restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados” (PINHEIRO, 2008, p. 23).

No ano de 1865, em Milão na Itália, Luigi Luzzatti se fundamenta nas ideias de Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Herman Schulze para constituir a primeira cooperativa, com

⁴ ROSCA (Rotating Savings and Credit Association) ou Associação de Crédito Rotativo e Economias que tinha sua dinâmica muito semelhante ao atual produto “Consórcio”, onde mensalmente todos contribuem com um valor igual de forma que um dos membros do grupo pudesse utilizar a totalidade dos recursos arrecadados. O grupo tinha vida útil reduzida, não superior a 6 meses, o que diminuía em muito o risco de inadimplência (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Disponível em: <<https://www.cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/sistema-raiffeisen/>>. Acesso em nov. 2019.

características próprias, conhecidas como modelo Luzzatti - Bancos Populares. Além das quotas de capital serem de “pequeno valor” e da “responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito”, possuíam como características principais “a não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes”. Esse modelo cooperativo é conhecido atualmente no Brasil como de livre admissão (PINHEIRO, 2008, p. 23).

Na América, no ano de 1900, Alphonse Desjardins, constitui uma cooperativa distinta das anteriores, mas que teve como base de estudos para sua constituição, os modelos “Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti”. Esse modelo cooperativo é conhecido atualmente no Brasil, como cooperativa de crédito mútuo (PINHEIRO, 2008, p. 23-24).

Enquanto registro histórico das iniciativas cooperativistas no Brasil, têm-se o registro de organizações comunitárias, com algum tipo de assistência monetária, registradas ainda no século XIX. Constituída como uma Cooperativa de consumo em 27 de outubro de 1889, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, registrava em seu estatuto “o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”” (PINHEIRO, 2008, p. 27). Segundo o autor, se assemelham com as cooperativas mistas, constituídas a partir de 1900. Outro registro data de 1885, onde pautado em documentos da Ocemg (1997), que dispõe sobre a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, relata a iniciativa de ajuda mútua que prestava serviços/auxílios na saúde, educação e seguridade (PINHEIRO, 2008).

Os princípios do cooperativismo, coordenados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), foram revisados em 1995, sendo os seguintes: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2019b).

O modelo cooperativo no Brasil, que surgiu inicialmente à mercê de legislação específica, passou a crescer a partir do momento em que passou a ser utilizado enquanto ferramenta de política pública por parte do Estado. O fomento e projeção deste setor pelo Estado foi executado enquanto estratégia de um modelo orientado, com propósito específico. Do surgimento deste modelo enquanto resistência ao capitalismo, observa-se atualmente que, com o passar dos anos o mesmo se molda ao capitalismo, passando a atuar com estratégias

empresariais, face à necessidade de alcançar competitividade e à necessidade de sobrevivência, bem como à sua composição policlassista⁵.

⁵ Muitas cooperativas atualmente (acredita-se que a grande a maioria no Brasil), são conformadas por pessoas oriundas de classes sociais distintas (camponeses sem terra ou com pouca terra, junto a latifundiários, por exemplo). Logo, nessas cooperativas a contradição entre as classes se expressa em seu interior, na composição do quadro social.

3.2 O MODELO AGRÍCOLA IMPLANTADO NO BRASIL E O FOMENTO AO COOPERATIVISMO PELO ESTADO

Historicamente observa-se no Brasil, desde seu descobrimento e período colonial, uma ausência de interesse pelo desenvolvimento pleno e igualitário de seu povo. Se contemplam períodos exploratórios coloniais, escravistas e, posteriormente, de dominância e concentração de riqueza, tanto rural quanto urbana, pelas classes patrimonialistas. Em todos eles a marca da desigualdade, da exploração e violência, e da concentração de renda e riqueza nas mãos de uma minoria.

Observou-se por outro lado, por um longo período, a ausência de um projeto de conjunto para o País. Tanto no passado como no presente, o fomento ao setor agrícola de produção, ligado às classes rurais dominantes, pauta-se no incentivo à monocultura, antes cana e café, agora estas e outras *commodities*, especialmente a soja. A aposta nestes fomentos gera uma dependência pelas exportações, em maior parte *in natura* (PRADO JR, 2011).

A primeira tentativa de um projeto nacional foi realizada, sem muita eficácia, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Nos anos de 1930 a 1954 se fomentou uma diversificação na produção primária exportadora, com a implantação de Políticas por Produto, com a criação de comissões e institutos para fomentar e organizar os setores do café, cana-de-açúcar, cacau, posteriormente seringueira e trigo (DELGADO, 1985; 2012). Essa diversificação não muito ampla, não durou muito tempo. Ainda assim, respondia a acordos regionais com as elites latifundiárias, tendo em vista a manutenção do governo de Getúlio, que também se ancorava no trabalhismo urbano.

Da constituição das primeiras cooperativas que surgiram no Brasil, alheias à legislação, a evolução legislativa se apresenta lenta. O primeiro registro legislativo acerca das cooperativas foi na década de 1920, quando o Ministério da Agricultura, recebeu a incumbência de fiscalizar as cooperativas de crédito. Tal função passou anos mais tarde, na década de 1940, a ser de responsabilidade de um órgão especialmente criado no Ministério da Fazenda – a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Em 1943, o decreto Lei 5.893⁶ de 19 de outubro de 1943 institui a criação da Caixa de Crédito Cooperativo, destinada ao financiamento e fomento do cooperativismo no território nacional (PINHEIRO, 2008).

⁶ Decreto Lei na íntegra vide: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5893-19-outubro-1943-415859-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Em 1951, a Lei nº 1.412⁷ transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), “com objetivo de promover assistência e amparo às cooperativas”. O mesmo teve sua extinção decretada em 1990⁸, e completa dissolução e extinção em 1995 (PINHEIRO, 2008).

A ampla reforma bancária ocorrida no regime militar, especificamente no ano de 1964, passou a incumbência da fiscalização e autorização para funcionamento das cooperativas de crédito ao Banco Central do Brasil⁹ (PINHEIRO, 2008; PINHO, 2006). Tal responsabilidade perdura até os dias atuais.

A nível nacional, o cooperativismo apresentava duas entidades representativas, o que gerava alguns entraves ao setor. Em 1969 é criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fruto da junção impositiva por parte do governo ditatorial, da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e da União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) A obrigatoriedade de filiação a OCB foi regulamentada quando da instituição da Lei 5.764 de 1971- Lei Geral do Cooperativismo brasileiro. Esta lei permanece vigente regulamentando o cooperativismo brasileiro, ainda que a obrigatoriedade de filiação tenha caducado, em vista dos novos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A Lei 5764/1971¹⁰ traz, em seu Art. 4º, a definição de cooperativa, regulamentando que: “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituída para prestar serviços aos associados”. Além de outras especificações, traz uma alusiva às cooperativas de crédito, onde veda a utilização da expressão banco no nome das mesmas.

A partir do regime militar, em especial a partir de 1965, com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, políticas públicas de crédito direcionadas pelo Estado buscam reorganizar o setor agrícola. Ao fomento de recursos públicos subsidiados somam-se as orientações técnicas e direcionamento da produção agrícola, para a tecnificação da produção,

⁷ Lei 1412, de 13 de agosto de 1951. Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1412-13-agosto-1951-361901-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

⁸ Lei 8029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm>.

⁸ Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>.

⁹ Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>.

¹⁰ Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm>.

utilização de insumos sintéticos conduzindo a monoculturas de *commodities* agora com elevada produtividade e aumento da capacidade exportadora (DELGADO, 1985; 2012).

O Ministério da Agricultura se converte no grande incentivador para que o extensionismo rural se tornasse, nacionalmente, a ponta de lança de penetração do capital no campo, de forma a concretizar materialmente os projetos políticos-ideológicos da época, em favor da classe industrial e latifundiária dominante (AZERÊDO, 2016, p. 21). Somam-se neste contexto os interesses advindos através da adoção dos métodos extensionistas dos Estados Unidos, e da incorporação de novas tecnologias, insumos e agroquímicos agrícolas que adentram ao país. Além das pesquisas agrícolas por empresas estatais.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, fomentando o repasse de crédito rural subsidiado, institucionalizou o Plano Safra Anual que normatiza e regulamenta o sistema produtivo agrícola.

Com a tecnificação da agricultura fomentada pelo movimento de mudanças no sistema de cultivo que ficou conhecido como revolução verde, a substituição das práticas camponesas por insumos modernos industriais leva a um processo de modernização conservadora¹¹, que determinou um novo padrão para o rural brasileiro. Este processo também incentivou a implantação no país de subsidiárias das indústrias multinacionais, visando nicho de mercado para a mecanização agrícola, quimificação e produção de sementes geneticamente melhoradas. O cultivo diversificado para o consumo de subsistência, até então predominante, passa a ser substituído pela monocultura de *commodities* fomentado por uma tecnificação no cultivo, numa escala progressiva.

O meio século de industrialização e urbanização acelerada pelo qual passou a economia brasileira desde 1930 forjou condições para a transformação técnico-econômica da agricultura. Esta de fato ocorreu principalmente no período de 1965 a 1980, caracterizado como auge da “modernização conservadora”. O papel diretor da política econômica e social do governo federal nesse processo foi crucial, e indissociável de outros processos coetâneos: centralização política do Estado, construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações, etc (DELGADO, 2012, p. 19).

Essa tecnificação e mudança no processo produtivo foram fomentadas em pleno regime da ditadura militar, pelo Estado, quando ocorreu uma “reorientação das políticas agrícolas dos

¹¹ O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975), para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Entre os pensadores nacionais, o trabalho inaugural que apresentou o conceito de modernização conservadora é de autoria de Alberto Passos Guimarães (1977), observando a vertente econômica do processo de modernização conservadora, caracterizando o processo como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola (PIRES E RAMOS, 2009).

institutos por produto”, bem como uma nova estruturação fomentadora “da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor”. Destaca, que o ciclo da ““modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária” (DELGADO, 2012, p. 13 e 19).

Esse modelo de política agrícola e agrária, viabilizou o mercado de terras e a tecnificação agrícola, oportunizando a acumulação de capital na agricultura, fomentado pelo Estado através de políticas de crédito. Fomentou também, a instalação de Complexos Agroindustriais através da institucionalização do SNCR (DELGADO, 2012). Os recursos destinados pelo Estado beneficiaram principalmente os detentores/exploradores mais capitalizados e estruturados e as cooperativas agropecuárias, que recebiam recursos para repasse aos associados e também para a execução de seus investimentos.

Como historicamente a estratégia de capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados - de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais; e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica (DELGADO, 2012, p. 92).

O conceito de capital financeiro agrícola, considera que este é fruto de “uma relação social abstrata e geral, sob comando das instituições controladoras da liquidez e dos meios de financiamentos como um todo, que envolve crescente organização monopolista dos mercados”. Esse processo de centralização e concentração de capital, para o setor agrário, passa por “relações interindustriais do tipo insumo-produto” (DELGADO, 1985, p. 130-134).

Essa conceituação para o setor agrícola, contém traços do conceito de integração de capitais realizados sob diferentes formas, entre agricultores e indústrias, sob a mediação do Estado. Por sua vez, o Estado, exerce ações influentes nos processos de integração técnica, de formação dos complexos agroindustriais e da industrialização da agricultura, que, por conseguinte reforça a dominância do capitalismo (DELGADO, 1985, p. 134-137). Sendo assim, o Estado conduz por meio do direcionamento de recursos públicos subsidiados o modelo a que se pretende implantar. Direciona também o público que será beneficiado, através dos regramentos e normas de acesso, condições de pagamento, laudos de fiscalização e documentos comprobatórios.

Nesta época as diretrizes do Estado eram voltadas a doutrinação e disseminação da modernização da agricultura. O padrão adotado pelos extensionistas contratados tinha como base o modelo estadunidense e dentre outros aspectos, visava transformar a zona rural

objetivando um aumento na produção agrícola, através da implantação/adoção de tecnologias e insumos sintéticos (OLIVEIRA, 2013; AZERÊDO, 2016). O cooperativismo foi um dos instrumentos fomentados para cumprir com a função de prover insumos e coletar a produção agrícola, nos rincões remotos do Brasil.

Sobre os ciclos observados na ruralidade brasileira Delgado (2012), descreve que, além do observado acima, ocorreram mais 2 ciclos históricos: dos anos 1986 a 1990 chamado de transição, e o último deles, que está em pleno curso, dos anos 2000-atual.

O ciclo de transição encerra o ciclo da “modernização conservadora”, no sentido de desmontar um projeto da era militar, sem, porém, constituir um novo modelo estratégico ou projeto de economia política. Deste período, destacam-se a grave crise cambial de 1982, que forçou a tomada de medida conjunturais de ajustes econômicos, e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que alterou os regramentos políticos e jurídicos embaixadores do fomento às políticas agrárias e agrícolas da era 1965-1980 (DELGADO, 2012). A década de 1980 é percebida por alguns autores como, a década perdida, pelo desgaste que o descompasso político-econômico causou.

Esse período turbulento de desconstrução “do modelo anterior” que ocasionou várias reformas além de uma retração na capitalização da agricultura, que observou uma queda no preço das *commodities*, teve seu encerramento marcado pela crise cambial de 1999. O plano real, lançado em 1994, não suportou aos ataques especulativos no final de 1998 e início de 1999, comprometendo novamente a economia brasileira à dependência de recursos externos. Essa foi a porta de entrada para um novo modelo de acumulação capitalista na agricultura: o agronegócio (DELGADO, 2012).

Serra (1995), descreve que, se apropriando positivamente dos aspectos políticos e econômicos vivenciados nos anos 70, algumas cooperativas foram concebidas e se beneficiaram, aproveitando do período de substituição do cultivo de café, por exemplo, por trigo e soja. Nesse contexto, uma das cooperativas formadas por indução do Estado, no Paraná, foi a Cooperativa Agropecuária Mourãoense, objeto do presente estudo.

3.3. COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA: UM MODELO MOLDADO PELO ESTADO

3.3.1 A Materialização e Evolução Histórica da Coamo Agroindustrial Cooperativa

Constituída em plena ditadura militar, por 79 agricultores, em 28 de novembro de 1970, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. – COAMO, que hoje possui a razão social COAMO Agroindustrial Cooperativa, teve como objetivo fundacional, oportunizar local apropriado para armazenamento e comercialização da cultura do trigo que começava a se expandir na região (COAMO, 2018; AZERÊDO, 2016).

A Coamo surge enquanto ação prática extensionista da antiga ACARPA¹² - atual Emater/PR¹³. O idealizador, então Extensionista Rural da ACARPA e atual presidente da Coamo desde 1975, José Aroldo Gallassini, tornou-se o elo do projeto idealizado pelo Estado e a materialização de uma iniciativa cooperativa que assumiria gradualmente um viés capitalista.

O crescimento e sua estratégia de expansão se mostraram presentes nas ações da cooperativa desde seus primeiros anos de atuação. Do início de suas atividades numa estrutura de 50 m², a cooperativa foi ampliando seu quadro social e buscando constantemente a expansão. Ao findar seu primeiro ano de atuação apresentou sobras no final do exercício, e em 1972, deram-se os primeiros encaminhamentos para a construção de seu primeiro armazém. No ano de 1974, surgem os dois primeiros entrepostos de atendimento cooperativo, dando pontapé inicial em sua estratégia de expansão horizontal (COAMO, 2018).

A política de expansão territorial da cooperativa se mostra constante. Por vezes, inaugurando novas unidades e, em outras, aproveitando cenários financeiros desfavoráveis à outras cooperativas ou empresas do setor agropecuário, realizando incorporações e/ou aquisições. Na década de 1970 foram inaugurados e/ou adquiridos 12 entrepostos, na década de 1980 foram 17 novas unidades, 15 entrepostos na década de 1990, nos anos 2000 foram 14

¹² No início, em 1956, os extensionistas eram funcionários do ETA -Escritório Técnico de Agricultura, cujos propósitos e métodos eram espelhados no sistema de extensão, implantado nos Estados Unidos da América. Posteriormente com vistas a aprimorar os programas de crédito rural, às atividades dos extensionistas foram incorporadas responsabilidades de orientação técnica aos tomadores de financiamentos. A partir daí, em 1959, as funções do ETA foram assumidas por uma organização de utilidade pública denominada ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>. Acesso em jul. 2018.

¹³ Nos anos setenta, em 1977 é criada a EMATER - Paraná, empresa pública de direito privado, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>. Acesso em jul. 2018.

entrepostos, e os demais, após 2010, devem-se, em especial, a abertura na expansão territorial para o estado do Mato Grosso do Sul (AZERÊDO, 2016; COAMO, 2018; 2019).

Nos anos 1980 os investimentos também se realizam no setor agroindustrial, com inaugurações de indústrias e de fábricas a partir dos anos 2000. Na tabela 1, pode-se observar a evolução neste setor:

Tabela 1 - Inaugurações e ampliações de indústrias e fábricas - Coamo Agroindustrial Cooperativa. Período de 1981 a 2015.

Ano	Fato	Município/PR
1981	Início operações da indústria de esmagamento de Soja	Campo Mourão
1986	Início operações da fiação de algodão	Campo Mourão
1990	Início operações do terminal portuário e indústria de esmagamento de soja	Paranaguá
1996	Início operações da refinaria de óleo de soja	Campo Mourão
1999	Início operações da hidrogenação	Campo Mourão
2000	Início operações da fábrica de margarinas	Campo Mourão
2001	Início produção da margarina Primê	Campo Mourão
2007	Início operações da indústria de envase de óleo de soja em pet	Campo Mourão
2009	Início das operações da Fiação de Algodão	Goioerê
2009	Início das operações da Torrefação e Moagem de Café	Campo Mourão
2010	Ampliação da Indústria de Esmagamento de Soja	Campo Mourão
2010	Ampliação da Refinaria de Óleo de Soja	Campo Mourão
2010	Ampliação do envase de Óleo de Soja Coamo em embalagens PET	Campo Mourão
2012	Início de Produção de Fios <i>Open End</i> e Fios <i>Flame - Algodão</i>	Campo Mourão
2013	Investimentos em tecnologia na Torrefação de Café;	Campo Mourão
2013	Ampliação da Indústria de hidrogenação de gorduras;	Campo Mourão
2015	Início das operações do novo Moinho de Trigo	Campo Mourão

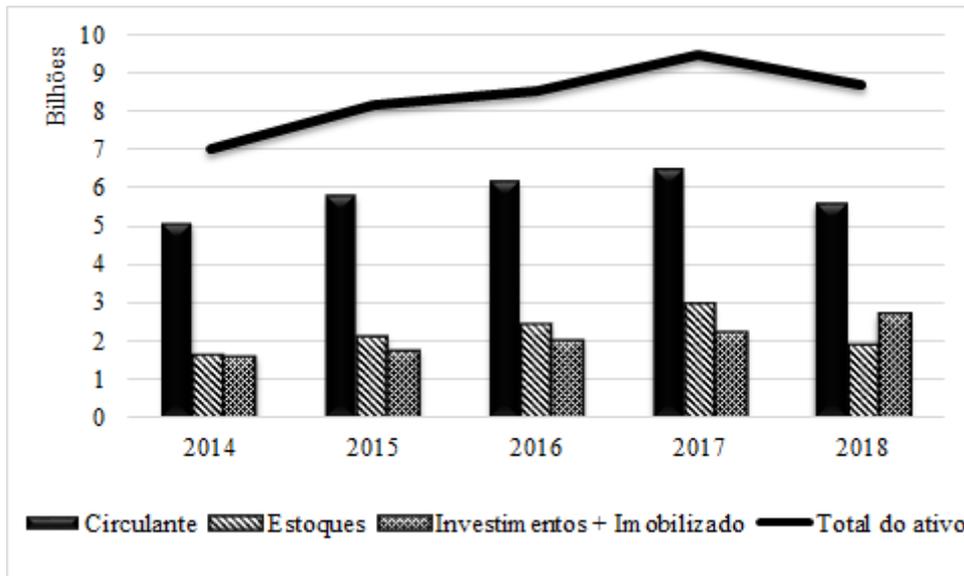
Fonte: COAMO, 2018. Elaborado pela autora, 2018.

A cooperativa está entre as maiores empresas do país, sendo a maior cooperativa agrícola do Brasil e da América Latina. Com o faturamento de R\$ 14,2 bilhões e ativo total de R\$ 8,7 bilhões, contabilizando em sobras líquidas o valor de R\$ 800 milhões no ano de 2018. Deste montante das sobras, realizou rateios aos cooperados conforme critérios que consideram a fidelidade do quadro social, na ordem de R\$ 358 milhões (COAMO, 2019).

Para compor este resultado pujante, no ano de 2018, recebeu 7,20 milhões de toneladas de produtos respondendo por 3,2% do recebimento e comercialização da produção brasileira de grãos, de seus mais de 28 mil associados, através de 112 unidades distribuídas em 71 municípios. A exportação contabilizou faturamento na ordem de US\$ 1,80 bilhão. Esse volume a classificou como a maior exportadora do Paraná e uma das maiores do Brasil (COAMO, 2019).

A evolução patrimonial da Coamo, no ativo patrimonial, para o período de 2013 a 2018 foi demonstrada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução do Ativo Patrimonial: ativo total, ativo circulante, estoques, saldo investimento mais imobilizado. Período de 2013 a 2018.



Fonte: Coamo, 2019. Elaborado pela autora, 2019

A evolução do Ativo Total apresentou crescimento de 24,42% no período acima, saindo de R\$ 6,99 bilhões em 2014 para R\$ 8,7 bilhões em 2018. O ativo circulante evoluiu 11%. A conta que mais apresentou crescimento foi a do imobilizado com 69,76%, somada a de investimento 68,66%. Isoladamente, a conta de investimento apresentou redução de 26,74%.

Considerando o ano de 2018, a composição do Ativo está distribuída em Ativo Circulante (AC) representando 64,06% do Ativo Total (AT). Sendo que na composição do AC, a conta estoques representa 33,53%. A maior parcela na composição do AC é contabilizada na conta de Créditos representando 45,05%. Isso significa que a cooperativa tem mais recursos líquidos disponíveis, que podem ser convertidos em dinheiro no curto prazo, do que investimentos que demandam mais tempo para conversão em moeda. A rubrica contábil de investimento somada a do Imobilizado representam 30,58% do AT, e 85,10% do ativo não circulante.

Na conta do Patrimônio Líquido (PL) da Coamo, além das contas de reserva obrigatórias, observa-se a utilização de contas de fundo de reservas adicionais. As contas pertencentes ao fundo de reservas são constituídas com finalidades específicas conforme Art. 28º da Lei 5764/1971, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. Estes fundos de

reserva são indivisíveis aos associados e se constituem enquanto fonte de financiamento das atividades para a cooperativa.

Gráfico 2 - Composição do Patrimônio Líquido: capital social em comparação aos Fundos de Reserva. Ano 2018.



Fonte: Coamo, 2019 - Balanço patrimonial 2018. Elaborado pela autora, 2019

No período de 2013 a 2018 a evolução apresentada na conta de Patrimônio Líquido foi de 24,42%. O capital social dos cooperados evoluiu 48,11% enquanto que as contas constituídas por fundos de reservas apresentaram o incremento de 63,56%.

A composição do PL da Coamo no encerrando contábil de 2018 perfaz o montante de R\$ 8,7 bilhões, sendo que deste, somente 5,94% é representado pelo capital social dos cooperados. Em 2014, o montante do PL era de R\$ 3,1 bilhões, composto por 6,52% em quota-capital dos sócios e 93,48% em fundos de reserva. O restante do patrimônio líquido está distribuído em contas de Fundo de Reservas, quais sejam: Reserva Legal, Reserva FATES¹⁴, Reserva de desenvolvimento, Reserva de incentivos fiscais, Reserva para cobertura de riscos e auto seguro, Reserva para manutenção do capital de giro próprio, Ajuste de avaliação patrimonial (COAMO, 2019).

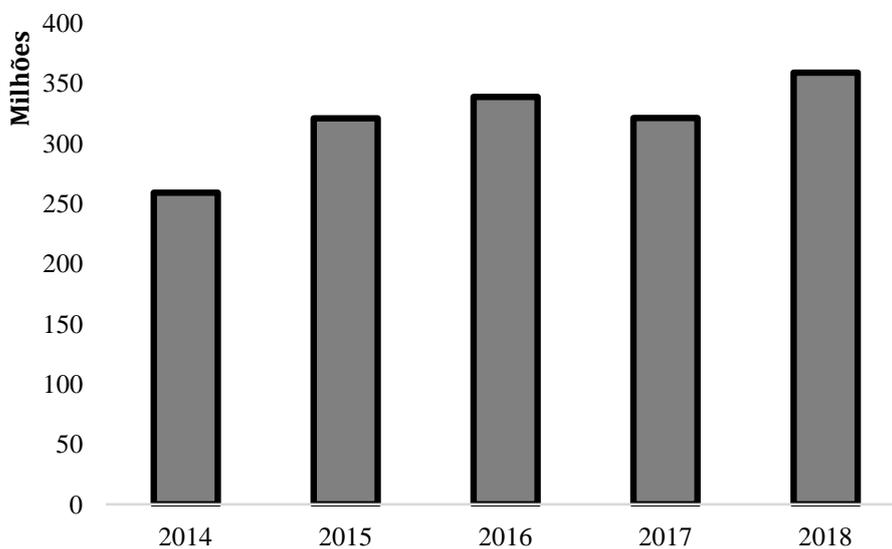
Do resultado do exercício anual, o percentual previsto no Estatuto de destinação aos fundos de reserva é de 50% (10% ao Fundo de Reserva Legal, 5% ao FATES, 35% ao Fundo

¹⁴ FATES é o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado estatutariamente a prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, que apresenta no Art. 62 – II, a obrigatoriedade de destinação de no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas anualmente (ESTATUTO SOCIAL CREDICOAMO, p. 48).

de desenvolvimento), mais os percentuais a serem definidos pelo conselho de administração para as demais rubricas contábeis classificadas enquanto fundos indivisíveis. Isso demonstra a forte atuação em estratégias de internalização das sobras oriunda da movimentação do quadro social e do trabalho executado por seus funcionários. O investimento nestes fundos indivisíveis apresenta estratégia voltada a alavancagem da cooperativa em detrimento à benefícios de seu quadro social.

No período de 2013 a 2018 o montante de sobras distribuídas aos associados em assembleia se comportou conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Sobras a distribuir “*ad referendum*” da A.G.O. Período de 2013 a 2018.



Fonte: Coamo, 2019 - Relatório Demonstração Sobras e Perdas. Elaborado pela autora, 2019.

O montante distribuído através de rateio aos cooperados, somados para o período de 2013 a 2018, contabilizou R\$ 1.596.396.607,00. Para o ano de 2013 o valor de rateio foi de R\$ 258.773.000,00 evoluindo para R\$ 358.382.875,00. Em termos relativos apresentou evolução de 38,49% no valor de rateio de 2014 para 2018.

Do resultado do exercício apurado em 2018 de R\$ 800 milhões de sobras, o maior percentual foi para o rateio dos sócios (44,78%), seguido para a reserva de desenvolvimento (35,23%), Fates (10,09%) e Reserva Legal (9,02), o restante foi dividido entre o fundo de incentivos fiscais e cobertura de riscos e auto seguro. Neste ano houve uma estratégia de aplicação maior no Fates (COAMO, 2019).

O rateio das sobras aos associados é realizado duas vezes ao ano: uma parte é distribuída em dezembro, o que pelos sócios entrevistados é percebido como positivo, devido ao fato de ser período em que não há renda oriunda do cultivo agrícola, refletindo positivamente como

incremento ao período natalino. O restante das sobras proporcional a fidelidade do sócio junto à cooperativa, é realizada entre o mês de fevereiro/início de março. O valor do rateio é realizado através de crédito em conta na Credicoamo ou ainda, pode ser realizado através de cheque (SÓCIOS 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7, 2019).

Além das sobras, anualmente há ainda, um retorno relacionado ao volume da produção depositada na cooperativa. O retorno por saca depositada é diferenciado por produto - soja, milho, trigo e apresentou-se variável a cada ano. O valor referente a este retorno pode ser creditado em conta na Credicoamo, cheque, ou ainda, pode ser utilizado para abatimento em compras na Coamo (SÓCIOS 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7, 2019).

No modelo administrativo executado pela Coamo que visa o auto fortalecimento da cooperativa, parece não haver protagonismo para pequenos. A “eficiência técnica e administrativa” observada por Azerêdo (2016), aponta para a exclusão e eliminação do quadro social da cooperativa, de agricultores que exploravam pequenas áreas de terras. Muitos não tiveram a oportunidade de restituição do capital social investido, ou seja, simplesmente foram informados que a Coamo não se interessava pelo negócio desenvolvido por eles, por não apresentar escala.

O mesmo autor pondera ainda que, “com o objetivo nítido de reproduzir relações sociais capitalistas e um modelo de produção típico da “modernização conservadora da agricultura”, se consolidou através de seu projeto estratégico de expansão territorial. Essa ampliação na área de atuação, expande e “reforça a dimensão da competitividade”, empoderando-a enquanto agente político e econômico (AZERÊDO, 2016, p.52-56). Demonstrando uma estratégia de negócios agressiva com vistas a fomentar o modelo de exploração pautado no agronegócio.

Conforme exposto anteriormente, a década de 1990, foi denominada como um período turbulento, com alterações de plano monetário no Brasil, crises cambiais e de desconstrução de um modelo anterior, mesmo assim, a Coamo conseguiu transpor este período sem a necessidade de se beneficiar de medidas governamentais específicas de recuperação. O Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (RECOOP), foi uma medida emergencial e de socorro para muitas cooperativas agropecuárias do país.

A Coamo não necessitou acessar o RECOOP nos anos 1990. Uma das razões pode ter sido a diversificação nas áreas de atuação e sua postura inovadora mais alinhada com os princípios empresariais do que exclusivamente aos cooperativistas.

Observou-se uma diversidade nos investimentos realizados pela Coamo. Aliado ao cenário político, em que pôde usufruir positivamente. Azerêdo (2016), evidenciou em seu estudo, que a gestão da cooperativa adota estratégias de expansão e territorialização agressivas

na região onde atua, sempre prospectando avanço em novas regiões. Outro ponto destacado pelo autor, é que a estratégia empresarial tem um embasamento econômico, possibilitando uma ampliação de seu poderio capitalista. No quesito social, o controle sobre a produção e produtividade de seus sócios, é amparado pelo quadro técnico que orienta, acompanha e fiscaliza de perto a produção e a produtividade.

Esse tipo de estratégia também foi apontado por Pedrozo (1991, p. 257), em seu estudo, ao descrever que, a Coamo atua no desenvolvimento de “programas técnico/comerciais visando oferecer condições ao associado de melhorar a sua produtividade, resultando em maior volume de vendas pela Cooperativa”¹⁵, aumentando também o volume de produtos recebidos. O autor pondera ainda que, “como fruto de sua eficiência técnico/administrativa, a Coamo alcançou reconhecimento nacional pelo seu desempenho”. Observou-se que o desempenho apresentado pela cooperativa, segue orientado pela lógica capitalista de exploração de *commodities*, destinadas à exportação.

A cooperativa faz uso também de programas que objetivam a fidelização dos cooperados. Um exemplo é o programa Fideliza, que atribui pontos de forma automática em cada aquisição de bens de fornecimento na cooperativa. Os pontos poderão ser trocados por produtos ou serviços, conforme estabelecidos previamente nas regras do programa. Os pontos serão gerados ou calculados apenas após a emissão da nota fiscal de retirada do produto (COAMO, 2019).

A imponente dos números galgados pela Coamo tem rendido reconhecimento a nível nacional. Dentre os prêmios e destaques alcançados devido aos números construídos, o mais recente é entendido como o “Oscar do Agronegócio”, elaborado pela Globo Rural. “Na classificação geral, a cooperativa se destacou como a 3ª maior empresa do país com capital nacional, 2ª maior empresa do Sul, e a maior do Paraná” (PARANÁ COOPERATIVO, 2019).

Nesta busca por solidez e consolidação, visando seu fortalecimento frente a competitividade, pactuando com uma visão mais empresarial, e também como demonstração de seu poderio para aglutinar forças, em especial as advindas do setor produtivo agrícola, a Coamo utiliza-se de estratégias do tipo de conglomeração ou agrupamento de entidades empresariais e cooperativas. Os quais trataremos nos itens a seguir.

¹⁵ O primeiro programa criado pela Coamo com este objetivo foi no ano de 1994, chamado na Ponta do Lápis. Era em versão de cartilha. Posteriormente foi remodelado para planilha em Excel, e agora conta com a versão em software. Os últimos dez anos tem se investido muito neste tipo de trabalho. Para que haja uma boa gestão na cooperativa, precisa iniciar pelo sócio. Em 2017, lançou o programa Gestor Rural com o objetivo de auxiliar a gerir a atividade, fornecendo o histórico de produtividade, de custo de produção e rentabilidade (FUNCIONÁRIO 2, 2019). Isso demonstra parte do controle realizado pela Coamo junto ao quadro social, ofertado na visão de benefício ao sócio.

3.3.2 A Organização Estrutural e de Atuação do Agrupamento Coamo

O Conglomerado Coamo apresenta diversidade na atuação, não atuando exclusivamente no setor cooperativo. Compõem os diversos campos de atuação: o setor cooperativo; a corretagem de seguros; o comércio internacional – *Trading*; plano de saúde; e a associação com finalidades recreativas.

Na sequência serão realizados alguns apontamentos para cada organização/entidade integrantes da organização estrutural e de atuação da Coamo.

3.3.2.1 Surgimento do Complexo Agroindustrial da Coamo

A Coamo que se constituiu inicialmente enquanto Cooperativa Agropecuária, foi ao longo dos anos expandindo e incorporando novas unidades de recepção de cereais, e inovando em seus modelos de atuação junto ao quadro social e nas práticas empresariais e mercantis. Conforme já apontado neste estudo, suas práticas industriais se iniciaram em 1981, com a implantação da indústria de esmagamento de soja. Atualmente seu parque industrial apresenta a composição conforme abaixo.

Duas indústrias de esmagamento de soja, cujas capacidades de produção somadas é de 5 mil toneladas/dia; uma refinaria de óleo de soja com capacidade de 660 toneladas/dia; uma fábrica de gordura hidrogenada com capacidade de 100 toneladas/dia; uma indústria de margarina com capacidade para 180 toneladas/dia; duas fiações de algodão com capacidade para 30 toneladas de fio/dia; uma torrefação e moagem de café com capacidade para 15 toneladas/dia e um moinho de trigo com capacidade para 200 toneladas/dia (COAMO, 2019).

Anualmente a capacidade de transformação deste complexo industrial é de 1,7 milhões de toneladas de produtos. Além dos produtos transformados, as *commodities* agrícolas também são escoadas através deste, ao mercado interno, mas principalmente ao mercado externo (COAMO, 2019). A estratégia industrial faz parte da filosofia do idealizador da Coamo e atual presidente.

Eu digo que cooperativa que não tem indústria é uma grande cerealista: armazena, guarda, comercializa. É o que faz qualquer um. Comparando, acho que quem tem indústria está melhor, porque agrega valor. Mas tem momentos que não é bom também. Tem momentos em que a soja em grão vale mais do que o farelo, óleo, margarina. Mas quem tem indústria tem vantagem, tem mais opção de mercado (GALLASSINI, 2019).

É com este pensamento que a Coamo vem a cada ano ampliando seus investimentos. Para conquistar sua expansão a nível de industrialização, fábricas e instalação de novas unidades de recebimento e armazenagem, a Coamo busca apoio financeiro através de recursos subsidiados pelo Governo. O montante acessado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período 2002 a agosto de 2019, para instalações, modernizações e ampliações contabilizou R\$ 1.083.157.257,00 (BNDES, 2019). Destaca-se que, deste montante, parte foi utilizado para ampliação de seu complexo industrial e parte para instalações de novas unidades.

A expansão e territorialização da Coamo enquanto cooperativa agroindustrial, com perfil de atuação na exploração primário produtiva de *commodities* visando especialmente o mercado consumidor externo, conta com as benesses das políticas públicas com recursos subsidiados¹⁶. Isso ocorre tanto na ampliação e reforma das estruturas já existentes¹⁷, quanto na construção de novas unidades. Dessa forma, o Estado continua a fomentar o modelo produtivo implantado e disseminado para “modernização conservadora” no Brasil.

3.3.2.2 Investimento Societário em Cooperativas

As notas explicativas referentes ao exercício de 2018, demonstram que a Coamo encerrou o ano com os investimentos em outras cooperativas na ordem de R\$ 9.154.623,00. A tabela 2, traz a descrição conforme esta se apresenta nas referidas notas explicativas.

¹⁶ Os contratos efetivados apresentam variações nas taxas conforme particularidades enquadramento de cada programa. A título de informação os contratos efetivados em 2017 e 2015 apresentam como fonte de recursos os recursos livres do tesouro. Em ambos os anos foram contratados operações enquadradas no Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) e no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). As taxas apresentaram variações conforme plano safra, sendo, para o PRODECOOP praticado no momento da contratação em 2015 a taxa de 6,5% a.a. e, em 2017, foi de 9,50% a.a.. Para as contratações no PCA foram, em 2015 taxa de 4,0% a.a., e em 2017, taxa foi de 8,5% a.a..(BNDES, 2019).

¹⁷ Que podem ter sido objeto de financiamento anterior destinado à sua implantação. Este diagnóstico não foi possível de ser executado durante o período de elaboração do presente trabalho.

Tabela 2 - Coamo - Investimentos em cooperativas. Montante e participação percentual nos os anos de 2010 e 2018.

	2010		2018	
	Participação No capital %	Montante R\$	Participação No capital %	Montante R\$
Cooperativas				
Credicoamo Crédito Rural Cooperativa	1,18	616.000,00	0,44%	831.234,00
COOCENTRAL - Coop. Central de Pesquisa Agropecuária	15,43	378.000,00	13,65%	8.103.334,00
	–	5.000,00	–	220.055,00
Total Cooperativas		999.000,00		9.154.623,00

Fonte: Coamo - Notas explicativas, 2010; 2018. Elaboração: Coamo, adaptado pela autora, 2019.

A Cooperativa Central de Pesquisa Agropecuária (COOCENTRAL), é a antiga COODETEC - Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda., sediada no município de Cascavel/Paraná (FAEP, 2019). Constituída em 1995, a COODETEC, absorveu o acervo genético desenvolvido em 21 anos pelo departamento de pesquisa da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). A COODETEC era formada por 32 cooperativas agropecuárias do país, desenvolvendo novas variedades de soja, trigo e híbridos de milho (FAEP, 2019).

3.3.2.3 Empresas Controladas pela Coamo

3.3.2.3.1 Coamo Internacional A.V.V.

Constituída em 1994, a Coamo Internacional A.V.V.¹⁸ foi concebida pela cooperativa Coamo “para adequar-se às características do mercado internacional”, visando sua consolidação “no mercado internacional de grãos, óleo bruto e farelo”. Essa ação foi derivada da necessidade de “agilidade na venda CIF¹⁹, com contratação de navios pela própria cooperativa, com operações na bolsa de Chicago, Londres e Nova York e com corretor na Europa” (SETTI, 2010, p. 140).

¹⁸ A Coamo Internacional A.V.V. “tem a missão de operacionalizar as negociações de exportação, com respeito a: *hedge* de preços, como, por exemplo, na bolsa de futuros de Chicago; contratação de fretes marítimos; contratação de terminais portuários em outros países e contratação de serviços pagos em moeda estrangeira”. As notas explicativas de 2010, trazem a participação da *Trading* da Coamo em seus negócios, informando que, “das exportações da Coamo 96,26% foram através da A.V.V. correspondente a 977,47 mil toneladas de farelo de soja, 108,47 mil toneladas de óleo de soja bruto e 751,59 mil toneladas de soja *in natura*” (COAMO, 2019).

¹⁹ CIF- *cost, insurance and freight* - "custo, seguro e frete". “A venda CIF permite realizar negócios por demanda, programando a entrega dos produtos de acordo com sua disponibilidade” (SETTI, 2010, p.145). No CIF o frete é pago pelo fornecedor.

Caracterizada por Setti (2010), enquanto “braço externo” dos associados Coamo, a constituição da *Trading* passou pela aprovação dos associados e cumprimento das regras legais do Banco Central do Brasil. Com sede em Aruba²⁰, no mar do Caribe, a empresa controlada 100% pela Coamo, tem importante papel na realização dos negócios internacionais, permitindo a agilidade exigida neste setor de mercado. A tabela 3 revela a evolução deste investimento da Coamo para os anos de 2010 e 2018.

Tabela 3 - Coamo - Investimentos na empresa Controlada Coamo International A.V.V. Montante e participação percentual para os anos de 2010 e 2018.

	2010		2018	
	Participação no capital %	Montante R\$	Participação no capital %	Montante R\$
Controlada				
Coamo International A.V.V.	100%	66.000,00	100,00%	718.806,00
Total Controladas		1.100.000,00		1.794.971,00

Fonte: Coamo - Notas explicativas, 2010; 2018. Elaboração: Coamo, adaptado pela autora, 2019.

A evolução no montante investido nesta Controlada, no período de 2010 a 2018, foi na ordem de 989%, sendo que no total das Controladas apresentou-se 63,18%²¹. O grande filão de mercado da Coamo é o mercado exportador de *commodities*, se concentrando na soja e seus derivados. Outro fator que confirma tal preferência são os financiamentos agrícolas de custeio, tratados anteriormente, e que recebem a maior parte das destinações de recursos repassados, subsidiados pelo Estado. As exportações contabilizaram 4.584.474 toneladas, representando US\$ 1.803.839.412,00 no exercício de 2018 (COAMO, 2019).

O encerramento contábil do exercício de 2018, informado nas notas explicativas da Coamo, notifica que o Patrimônio Líquido resultou no montante de US\$ 185.507,75 e R\$ 718.805,43, enquanto que o capital social totalizou US\$ 10.000,00 e R\$ 38.748,00 e equivalência patrimonial de R\$ 128.237,62.

A seguir, é apresentada outra empresa controlada pela Coamo, a Via Sollus Corretora de Seguros, constituída para realizar a corretagem dos seguros comercializados pelo agrupamento Coamo.

²⁰ Este país, parte do Reino da Holanda, está naturalmente ligado à Europa, mesmo que geograficamente se localiza na América Latina.

²¹ Ver evolução da Corretora Via Sollus na sequência.

3.3.2.3.2 *Via Sollus Corretora de Seguros Ltda.*

A Via Sollus Corretora de Seguros Ltda., é uma empresa constituída pela Coamo. Fundada em 05 de maio de 2008, iniciou suas operações na corretagem de seguros no mesmo mês. A Via Sollus presta serviços em todos os ramos de seguros disponíveis no mercado, a cooperados da Coamo e Credicoamo, e também a comunidade em geral que queira contratar através desta corretora²², pessoa física ou jurídica (VIA SOLLUS, 2019).

Com a evolução patrimonial da Coamo em seus próprios empreendimentos e através das estratégias de diversificação na atuação junto ao quadro social, e na expansão do mercado externo, calcado pelo rigoroso controle administrativo, verificou-se o alto custo da carteira de seguros. Segundo Setti (2010), este foi o principal impulsionador para a constituição da corretora. “Tem um parque industrial considerável, o terminal portuário, os armazéns, escritórios e lojas de insumos. E tem o seguro de veículos e de máquinas dos cooperados e funcionários, o seguro agrícola” (SETTI, 2010, p. 137).

Conforme o autor, considerando todos os itens acima descritos, o ponto forte e impulsionador, é o seguro agrícola. E na intenção de expansão na atuação, visando “toda a área de ação da Coamo, a Via Sollus utiliza-se das estruturas físicas e humanas da Coamo e da Credicoamo” para atingir um maior número de segurados (SETTI, 2010, p. 137). “Em 2017 foram comercializadas 4.000 apólices de seguro agrícola com atendimento de uma área de 400 mil hectares” (PARANÁ COOPERATIVO, 2019b).

Essa integração na atuação também é realizada nas negociações com as seguradoras. Segundo o entrevistado Funcionário 1 (2019), “a parte negocial com as seguradoras é a gerência de produção da Credicoamo que realiza: as taxas, percentuais de cobertura, valores das subvenções, e outros”. A participação da gerência da Via Sollus nessas negociações é pontual.

Já o Funcionário 2 (2019) afirma que, o seguro agrícola é estimulado pela Coamo como medida de segurança tanto para o associado como para a cooperativa, não como fonte de ganhos. Relata que o presidente incentiva fazer o seguro como um insumo necessário. Nas contratações de custeio agrícola mencionadas anteriormente, relatou que, todos são contratados com seguro, que pode ser Proagro ou seguro agrícola. Durante a entrevista, foi observado um direcionamento ressaltado para o seguro agrícola ao invés do seguro governamental do Proagro.

A tabela 4 demonstra o comportamento deste investimento realizado pela Coamo.

²² No *site* da empresa descreve-se a opção dos funcionários do grupo Coamo poderem realizar suas contratações através da Via Sollus, o que para os mesmos, em relação à sua participação com atividades na Coamo e Credicoamo, não é possível.

Tabela 4 - Coamo - Investimentos na empresa Controlada Via Sollus Corretora de Seguros Ltda. Montante e participação percentual para os anos de 2010 e 2018.

	2010		2018	
	Participação no capital %	Montante R\$	Participação no capital %	Montante R\$
Controlada				
Via Sollus Corretora de Seguros Ltda.	99%	1.034.000,00	99,998%	1.076.165,00
Total Controladas		1.100.000,00		1.794.971,00

Fonte: Coamo - Notas explicativas, 2010; 2018. Elaboração: Coamo, adaptado pela autora, 2019.

Observa-se no ano de 2018 em comparação a 2010, que a evolução no montante de investimento é de somente 4,08%. Observa-se ainda que, no encerramento ano de 2017, o montante de investimento nesta controlada era de R\$ 1.526.287,00, ou seja, em 2017 realizou-se uma redução no montante investido nesta controlada. O fator e/ou fatores que embasaram tal redução não foram passíveis de identificação no período de elaboração do presente trabalho.

Do total de capital investido nesta empresa, 99,998% é de propriedade da Coamo. O restante da participação societária, conforme dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertence ao Sócio Administrador Ricardo Accioly Calderari, diretor executivo da Coamo.

No encerramento contábil do exercício de 2018, conforme notas explicativas da Coamo, o Patrimônio Líquido da corretora contabilizou R\$ 1.076.086,93, e o resultado apurado foi de R\$ 7.072.891,81. O montante de capital social de R\$ 50.000,00, composto por quotas de R\$ 1,00 cada, e equivalência patrimonial de R\$ 7.072.750,35.

A Via Sollus possui outras atividades além da corretagem de seguros. Atua também com a locação de veículos, mas em regiões que estão fora da área de atuação da Coamo, encontrando-se em: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Niterói e Porto Alegre. Além disso, comercializa consórcio - de imóveis e de carros e previdência privada (VIA SOLLUS, 2019).

Nos investimentos realizados em controladas, observou-se que do total investido, com base no encerramento de 2018, o percentual de 40,05% foi destinado à *Trading* e 59,95% destinado a Via Sollus Corretora de Seguros Ltda.

A seguir foram descritas outras duas entidades que compõem o agrupamento Coamo, mas que, neste momento da presente pesquisa, não atendem as características gerais delimitadas pelo objetivo geral deste trabalho. Tratam-se do Fundo de Proteção à Saúde e da Associação Recreativa dos Funcionários da Coamo.

3.3.2.4 Entidades Mantidas e Patrocinadas pela Coamo

Num primeiro olhar, considerando a abrangência e o entrelace das ações corporativas sob um olhar financeiro e de dependência, essas entidades compõem o grupo Coamo, mas não se constituem enquanto agentes centrais para os objetivos desta pesquisa. Foram constituídas para a prestação de serviços específicos ao público que se destinam, quais sejam, pessoas que possuem alguma ligação com o grupo Coamo. Sendo assim, faz-se uma descrição das mesmas de forma breve, a título de informação, para uma visualização geral da estruturação da Coamo e complementação de seu leque diversificado de atuação.

A Associação Recreativa dos Funcionários da Coamo (ARCAM) é uma entidade mantida pela Coamo. Foi constituída a partir da percepção que, “quando buscava novos profissionais em outros centros para suprir suas necessidades, a Coamo percebeu que algumas famílias relutavam em mudar-se para Campo Mourão por causa das poucas opções de lazer oferecidas pela cidade”. Devido a isso, a associação foi constituída em 13 de julho de 1974 (SETTI, 2010, p. 68)

Se constituindo enquanto espaço de “lazer, confraternização, prática de esportes, eventos culturais e esportivos”, a ARCAM acompanha a expansão da Coamo em sua área de atuação. Em 2010, possuía 44 unidades regionais instaladas, juntamente com os entrepostos Coamo. Dos 39 fundadores de 1974, no ano de 2014, contabilizavam 5.800 associados (SETTI, 2010, p. 68; COAMO, 2019).

O Fundo de Proteção à Saúde (FUPS), foi constituído em 1993, por funcionários da Coamo, Credicoamo e Arcam. Esse fundo caracteriza-se como um plano de saúde de autogestão, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) (FUPS, 2019).

Conforme o Art. 2º. do Estatuto Social, o FUPS tem “como objetivo social criar, regulamentar, registrar, operar e administrar planos privados de assistência à saúde, na modalidade de autogestão mantida, para atender as necessidades dos associados e da legislação”. Conforme regulamentado no Art. 3º. “o quadro de Associados será composto exclusivamente, pelos diretores e funcionários da Coamo, Credicoamo, Via Sollus, ARCAM; FUPS e dependentes”. O Art. 14 - § 1º., traz que a Associação terá como mantenedora e patrocinadora a Coamo; e no § 2º. informa que Credicoamo, Via Sollus e a ARCAM, participam enquanto patrocinadoras. Atualmente conta com 7.908 titulares mais os familiares e dependentes dos associados. Este fundo de proteção à saúde comercializa o plano de saúde no sistema co-participativo (FUPS, 2019).

4 RELAÇÕES COAMO E CREDICOAMO - INTEGRAÇÃO OU SUBORDINAÇÃO?

4.1 RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O Cooperativismo de Crédito, “um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no passado”, foi “brutalmente esfacelado desde meados dos anos 60 e durante toda a década de 70”, no período da Ditadura Militar, com edições de leis e decretos restritivos e excludentes ao seu funcionamento. Dentre as restrições impostas estava a desabilitação/impedimento de captar recursos em depósito a prazo (aplicações) e seus empréstimos tinham taxas de juros controladas²³ (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2019). Acrescenta-se a este cenário hostil, a promulgação do Decreto Lei 1.503 de 1962, restringindo ainda mais a atuação das cooperativas de crédito, reformulado posteriormente através da Lei 4.595/64 (MEINEN e PORT, 2014, p. 84).

Ao fim de 1961, existiam no Brasil 511 cooperativas de crédito, com 547.854 associados. O Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, sobrestou as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito. Após essa data, verificou-se um declínio no número de instituições, que somente seria revertido cerca de vinte anos depois (PINHEIRO, 2008, p.35).

Com o cenário de volume de recursos subsidiados destinados ao crédito rural a nível nacional decrescendo nos anos de 1980 a 1990, as cooperativas agropecuárias, amplamente apoiadas e fomentadas pelo Estado, principalmente durante a ditadura militar, começaram a vivenciar períodos menos propícios. Como ilustração deste período, foi observado que, o volume total de repasse de recursos subsidiados destinados ao crédito rural a nível nacional em 1969²⁴, crescente constantemente na primeira década, começou a declinar a partir de 1980. O montante repassado no ano de 1990 foi inferior ao montante do ano de 1970 (BACEN, 1970; 1980; 1990).

Este cenário desfavorável a nível nacional, fez emergir junto às cooperativas agropecuárias a necessidade de buscar alternativas para este declínio de recursos subsidiados. Algumas lideranças cooperativistas passaram a articular agendas em prol de um encaminhamento/solução, uma vez que perceberam a fragilidade e dependência do setor

²³ “O crédito rural podia ter como taxa máxima 13% ao ano devendo 80% da carteira de crédito ser alocada neste segmento e o crédito geral podia ser emprestado a 24% ao ano podendo emprestar os 20% restante”. Ocorre que a inflação da época era alta, em 1964 foi de 91,8%, em 1968 foi de 22% (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2019).

²⁴ O SNCR surge em 1965, mas, 1969 é o primeiro ano em que há um relatório referente ao crédito rural subsidiado disponibilizado pelo Governo Federal.

cooperativo agropecuário das políticas do Estado²⁵ e mudanças governamentais (PESAVENTO, 2010).

Na região Sul do Brasil, a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrig) foi a principal liderança neste “movimento de reestruturação das cooperativas de crédito”. O objetivo que orientou as ações era “construir uma estrutura privada para financiar o agronegócio”, diante disso, perceberam que as ações careciam de domínio além do conhecimento técnico, necessitavam de articulação e influência política. Neste entrelace de interesses, está Mário Krueel Guimarães, assessor do ministro do Planejamento Delfim Netto e vice-presidente da Fecotrig (PESAVENTO, 2010, p. 9-10).

Percebido enquanto alternativa para este cenário de insustentabilidade no financiamento vivenciado no país, a retomada do cooperativismo de crédito, ocorre a partir do Rio do Grande do Sul. Neste estado foi constituída, em 1980, a Cooperativa Central de Crédito Rural (COCECRER RS)²⁶ (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014; PESAVENTO, 2010).

O processo de retomada ou ressurgimento do cooperativismo de crédito no Brasil, emerge a partir do projeto denominado “Sistema de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul - Sicredi-RS” em conjunto com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Este projeto, denominado Sicredi-BR, teve como objetivo ampliar a abrangência do primeiro para o nível nacional (GUIMARÃES, 2010, p. 121).

O Sicredi será o instrumento inicial de autodeterminação financeira do Movimento Cooperativista Brasileiro e sua implantação visa ao estabelecimento de um Sistema Nacional de Crédito Cooperativo que, a médio e longo prazos, explore todas as possibilidades do Cooperativismo de Crédito (GUIMARÃES, 2010, p.122).

Desde seu início a OCB propôs um sistema único de cooperativas de crédito, integradas nacionalmente.

O Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo - Sicredi é o conjunto de cooperativas de crédito rural do País, integradas, horizontalmente, com as cooperativas de produtores agropecuários e, verticalmente, em cooperativas centrais de crédito rural, de nível estadual ou supraestadual e em uma instituição financeira, a

²⁵ Não que este cenário tenha sido vencido na atualidade, apenas essa percepção foi a mola propulsora para a retomada do cooperativismo de crédito. O modelo cooperativo no Brasil é amplamente dependente dos subsídios e das políticas Estaduais. A atuação de bancadas parlamentares como a FRENCOOP e a RURALISTA, são exemplos da atuação político parlamentar do segmento para obter benesses públicas e atender seus interesses de classe.

²⁶ Cooperativa de Crédito Rural Agudo Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Cerro Largo Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Crissiumal Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Guarani das Missões Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Horizontina Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Panambi Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Rolante Ltda; Cooperativa de Crédito Rural Taquara Ltda. A denominação à época era de Caixa Rural (PESAVENTO, 2010, p. 13).

nível nacional, adotando nomenclatura e procedimentos padronizados, ainda que respeitadas as peculiaridades locais (GUIMARÃES, 2010, p.122).

Na estrutura do sistema apontava a nível nacional, o “Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC”, a “nível estadual a Cooperativa Central de Crédito - COCECRER”, e a “nível local a Cooperativa de Crédito Rural Regional - CREDI, com área de ação paralela à Cooperativa de Produção a que estiver integrada” (GUIMARÃES, 2010, p. 123).

A integração seria tanto a nível vertical quanto horizontal. A integração vertical compreende a composição sistêmica organizada por cooperativas singulares e postos de atendimento cooperativo em primeiro nível; cooperativas centrais e federações constituindo o segundo nível; os bancos e as confederações constituindo o terceiro nível (GUIMARÃES, 2010).

Na integração horizontal, entendida como fundamental no projeto inicial, visava uma interação com os demais tipos de cooperativas rurais, as quais teriam na cooperativa de crédito o acesso aos serviços bancários, tanto para a pessoa jurídica quanto para os associados. Dessa forma o “projeto tinha como objetivo a criação das CREDIs (cooperativas singulares de crédito) junto às cooperativas de produção, com administrações interligadas e com razão social indicativa dessa situação” (GUIMARÃES, 2010, p. 129-130).

A razão socioeconômica desse procedimento é muito fácil de entender. As cooperativas agropecuárias recebem a produção dos associados, armazenam-na e, aos poucos, a vendem para terceiros. Esses recursos eram movimentados no sistema bancário tradicional, formando, nas épocas de safra, montantes significativos que os bancos usavam e multiplicavam em seu benefício. Naquela época, os depósitos compulsórios recolhidos ao Banco Central, de parte desses valores, giravam em torno de 20% e, do remanescente, apenas 15%, por força da Resolução nº 69 daquele Banco, eram obrigatoriamente aplicados em financiamentos rurais (GUIMARÃES, 2010, p. 130-131).

Este projeto de ressurgimento do cooperativismo financeiro no Brasil, prevê uma integração entre as cooperativas agropecuárias, que já contavam com uma base social articulada, e a necessidade destas, e de seus cooperados, de acesso a recursos financeiros. Sendo assim desenhado a articulação da produção dos cooperados depositado no armazém da cooperativa agropecuária e o depósito do faturamento da produção na cooperativa de crédito.

Neste processo de retomada do cooperativismo de crédito sua estruturação inicial²⁷ foi percebida como uma extensão da cooperativa agropecuária, por vezes dentro do departamento

²⁷ A Fecotriço RS desempenhou papel direcionador na retomada do cooperativismo de crédito, apoiando na publicação de um livro intitulado “Painel sobre cooperativismo rural” de autoria de Mário Kruehl Guimarães, o qual trazia perguntas e respostas, orientações com roteiros e modelos.

de crédito desta, que mais tarde se transformou em cooperativa de crédito. Além do espaço físico, a cooperativa agropecuária também cedia funcionários e assegurava o seu controle através da nomeação de dirigentes (PESAVENTO, 2010).

Desta forma, subordinado à cooperativa agropecuária ressurgiu o cooperativismo de crédito no Brasil a partir da década de 1980. Este formato organizacional que alia o cooperativismo agropecuário ao de crédito permite, no primeiro momento, uma maior solidez ao ressurgimento das cooperativas de crédito. Com o tempo, as estratégias vão se ampliando e acompanhando o movimento mundial de globalização e integração comercial, conduzindo a um modelo diferente do cooperativismo originário²⁸.

Na década de 1990 o ressurgimento do segmento do cooperativismo de crédito ganhou vulto, apresentando um crescimento de 24,06% entre dezembro de 93 e dezembro de 98 (BACEN, 2018). Nesta década também houve a consolidação da etapa do projeto Sicredi-Br que previa a constituição de um Banco Cooperativo, o Bansicredi. Com isso, se alargou a cadeia operacional das cooperativas de crédito, passando a administrar as reservas que até então estavam sob tutela e gestão da COCECRER-RS²⁹ (PESAVENTO, 2010).

4.1.1 O Cooperativismo de Crédito no Paraná

No Paraná, no início dos anos 80, Ocepar, Emater, cooperativas centrais e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), definem pela instituição de um Comitê pró-constituição das Cooperativas de Crédito visando a formulação de estratégias e fomento organizativo ao cooperativismo de crédito no estado. Três cooperativas de crédito foram constituídas em 1981, quais sejam: Cooperativa de Crédito Rural Vale do Tibagi Ltda. (Credival), em Londrina; Cooperativa de Crédito Agropecuário do Oeste Ltda. (Credipagro), no município de Toledo; e a Cooperativa de Crédito Rural Cascavel Ltda. (Credivel), em Cascavel. As três se posicionando estrategicamente ao lado, agindo conjuntamente, com as cooperativas agropecuárias (PARANÁ COOPERATIVO, 2002; FUNDAÇÃO SICREDI, 2014).

²⁸ A diferença aqui expressa se refere aos princípios de Rochdale quando do surgimento do cooperativismo, ao que tudo indica atualmente, muito mais para sobreviver economicamente, as cooperativas se adaptaram, e passaram a ter uma postura mais empresarial e competitiva.

²⁹ As cooperativas “auto decidiram transferir parte significativa de seus depósitos para serem geridos pela COCECRER-RS, da qual eram associadas, por uma simples questão de técnica financeiro-administrativa”. Um percentual deste valor poderia ser repassado à filiações (GUIMARÃES, 2010, p. 135).

O estudo avançou e a prospecção positiva da cooperativa agropecuária “ter seu braço de crédito” desperta o interesse em outras do setor. A evolução dessa dinâmica de cooperativa agropecuária fomentada por um braço seu atuante no ramo do crédito se expandiu e, em 1985, viabilizou a constituição de uma central no estado tal qual existia no Rio Grande do Sul. A COCECRER PR foi constituída em 1985³⁰ e aprovada pelo Banco Central em 1987³¹. Esta Central, mais tarde se transforma na Sicredi Central PR/SP (PARANÁ COOPERATIVO, 2002; PESAVENTO, 2010; FUNDAÇÃO SICREDI, 2014).

Na avaliação do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, o desenvolvimento do agronegócio do Paraná se deve, em grande parte, aos resultados desse trabalho de estruturação das cooperativas de crédito junto às agropecuárias. “As cooperativas agropecuárias do Paraná têm uma participação de 70% na economia agrícola do Estado. O trabalho conjunto das cooperativas agropecuárias e de crédito possibilitou o fortalecimento das ações do que viria a ser o Sicredi, e nós entendemos que essa integração deve ser mantida” (FUNDAÇÃO SICREDI, p. 48-49, 2014).

A particularidade de “os sócios da cooperativa de crédito eram os mesmos da cooperativa agropecuária” (FUNDAÇÃO SICREDI, p. 50, 2014), caracteriza a cooperativa de crédito enquanto braço de financeiro para a agropecuária. A instalação da cooperativa de crédito conjuntamente com a agropecuária formata um viés duplo no relacionamento e controle, objetivando a priori, o atendimento as necessidades do cooperado.

Assegurada o direito de existir equiparadas às demais instituições financeiras pela Constituição Federal de 1988, as cooperativas de crédito conquistaram confiança e ganharam espaço, usufruindo da base social já articulada pelas cooperativas agropecuárias. Destaca-se que este processo fez parte do planejamento inicial do projeto Sicredi-BR, conforme Guimarães (2010) descrito anteriormente.

Nessa arquitetura cooperativista fomentada pela Ocepar e Cocecrer, com apoio da Acarpa - atual Emater PR, articulando o cooperativismo de crédito em torno das cooperativas de produção agropecuária, a Coamo - cooperativa de produção, constitui em 1989 uma cooperativa de crédito rural para atender seus associados e também se beneficiar deste viés duplo cooperativo.

³⁰ Em 29 de janeiro de 1985, três centrais de cooperativas de produção e dez cooperativas singulares de crédito se uniram e constituíram a Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná (COCECRER-PR), atual Central Sicredi PR/SP (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014, p.49).

³¹ Do ponto de vista operacional, a organização centralizada eliminou um dos principais limitantes do crescimento das cooperativas: a falta de um código para a compensação dos cheques, que até então era feita por intermédio de convênio com o Banco do Brasil (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014, p.50).

4.2 CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA COAMO

Visando a constituição de uma cooperativa de crédito, a cooperativa agropecuária Coamo constituiu um grupo de estudos conforme orientado pelo movimento pró-ressurgimento de cooperativas de crédito à nível estadual. Conforme ata de constituição da Credicoamo, a comissão organizadora foi composta pelos associados da Coamo: José Aroldo Gallassini; Sergio Luiz Panceri; Ricardo Accioly Calderari; os quais integraram a primeira diretoria executiva da Credicoamo³² (PERES, 2019).

Em consequência ao planejamento realizado no dia 17 de novembro de 1989, um grupo de 29 agropecuaristas constituem a cooperativa de crédito da Coamo (ANEXO 1). Com a denominação de Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda. (Credicoamo), com sede em Campo Mourão/Paraná, nasce o braço financeiro da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. (Coamo). Atualmente a Cooperativa apresenta a denominação social Credicoamo Crédito Rural Cooperativa, alterada estatutariamente no ano de 2003 (CREDICOAMO, 2019; PERES, 2019).

O quadro social fundador da cooperativa de crédito que encerrou 2018 com ativo total de R\$ 2,39 bilhões, foi constituído, por um grupo seletivo de cooperados Coamo. Dentre os 29 fundadores, 2 eram engenheiros agrônomos e 27 agricultores; destes, apenas 17,24% apresentaram na ata de constituição endereço de residência e domicílio na zona rural; 2 cooperados residentes e domiciliados em distritos classificados como zona rural; e, a grande maioria, 75,86%, à época, eram residentes e domiciliados na zona urbana (PERES, 2019; CREDICOAMO, 2019). O fato da maioria dos sócios fundadores possuírem residência urbana indica que a cooperativa de crédito era dirigida ao segmento mais capitalizado, detentor de matrícula rural e urbana.

Dentre outras determinações relatadas na ata constitutiva, tem-se a renúncia, no primeiro período de gestão, à cédula de presença e qualquer tipo de honorários por parte dos Conselhos. De certa maneira isso justifica-se por ser uma cooperativa da Coamo e apresentar os mesmos membros na diretoria executiva, sendo assim, a remuneração pelos serviços prestados a esta, são indiretamente ressarcidos quando pagos os honorários e cédula de presença pela cooperativa originária.

Consta na Ata também, a aprovação à filiação à Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná (COCECRER-PR). A Credicoamo trabalhou enquanto cooperativa filiada a esse

³² Essa composição da diretoria executiva esteve à frente da Credicoamo até o mandato 2004/2007, quando então foi substituído apenas um de seus membros.

sistema até o ano de 1995/1996 quando a COCECRER-PR se integrou ao sistema Sicredi. A partir de 1996 a Credicoamo passou a atuar enquanto cooperativa independente.

O objeto social que norteou a constituição e as primeiras ações da Credicoamo, exposto em sua ata de constituição, é descrito conforme a seguir:

Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade rural, bem como sua circulação, industrialização e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo através da ajuda mútua, de economia sistemática e do uso adequado do crédito (PERES, 2019, p. 02).

Com o passar dos anos, seu objetivo principal foi redefinido para “propiciar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados visando o fomento da produção, da produtividade e o repasse de crédito rural” (SETTI, 2010, p. 134).

Com a extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) pelo governo federal, dificultando o acesso ao serviço de compensação bancária, a Credicoamo realizou convênio com o Banco do Brasil para realização dos serviços. Este convênio permaneceu ativo para as contas integração do associado até a implantação de sua compensação própria, iniciado em 2013 (SETTI, 2010, p. 134; CREDICOAMO, 2018).

O apoio da Coamo foi fundamental para a superação de problemas e também para seu desenvolvimento crescente, visto ser considerada “o banco dos associados da Coamo”. Enquanto área de atuação a estratégia adotada pela Credicoamo prevê em seu Estatuto Social a abrangência por microrregião geográfica³³. Dessa forma, a abrangência social fica ampliada.

Concebida enquanto cooperativa de crédito rural, a Credicoamo mantém-se firme neste ramo, sem alterar o público a que se destina. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2016), a segmentação apresenta algumas vantagens, dentre as quais destaca a oferta de produtos e serviços “adequados à realidade do quadro social”, sem abandonar o DNA cooperativista³⁴.

Na avaliação do grupo de prospecção de boas práticas, um dos diferenciais bem explorados por parte da Credicoamo é o profundo conhecimento do seu associado. A entidade realmente identifica as exatas necessidades de cada cliente, buscando atendê-los da forma mais completa possível. Um exemplo disso é a customização das operações de crédito, cujos prazos são estabelecidos em conformidade com o ciclo de produção e o fluxo de caixa dos tomadores (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO, 2016, p. 130).

³³ As microrregiões e os municípios que as compõem são estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³⁴ Pondera-se, porém, que alguns dos princípios podem não estar sendo observados na íntegra. No decorrer deste estudo alguns fatos evidenciam tal perda de identidade.

Além do crédito rural, atua também com empréstimos com recursos próprios, crédito para reforma de residências - meio rural ou urbano, intermediação de seguros - através de empresa controlada pela Coamo, e operações de *hedge* nos mercados de *commodities* - operacionalizadas por outra controlada da Coamo (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO, 2016; COAMO, 2018).

4.2.1 Evolução Econômica da Credicoamo

4.2.1.1 O Desempenho na Primeira Década de Atuação – Período de 1990 a 1999

A Credicoamo iniciou suas atividades de atendimento ao quadro social em 1º de março de 1990. Ao encerramento de seu primeiro ano de atuação contou com 235 cooperados, e em 1997 apresentava 2.378 cooperados (CADERNOS EMATER, 1991; 1998), apresentando evolução de 912% no quadro social. Encerrou 2018, contabilizando 19.529 cooperados (CREDICOAMO, 2019).

No quadro de pessoal não houve registro de funcionários em seu primeiro ano de atuação. As pessoas que atuavam em sua administração e atendimento eram funcionários da Coamo. Característica já observada por Pesavento (2010), enquanto estratégia para o ressurgimento do cooperativismo de crédito (CADERNOS EMATER, 1991). Até o ano de 2017, o gerente da Coamo era quem gerenciava também a Credicoamo.

As primeiras unidades de atendimento cooperativo ou posto de atendimento cooperativo (PAC) foram possíveis apenas após a promulgação da Resolução 2.099³⁵ de 17/08/1994, que voltou a permitir este formato de atendimento Cooperativo. A tabela 5 reflete o comportamento de expansão para a Credicoamo.

³⁵ Resolução na íntegra, vide: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/43270/Res_2099_v25_P.pdf>.

Tabela 5 - Expansão Credicoamo desde sua constituição até final da década de 1990, apresentado conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.

Município	UF	Início das Atividades
Campo Mourão	PR	01/03/1990
Mamborê	PR	16/11/1994
Eng. Beltrão	PR	16/11/1994
Juranda	PR	17/11/1994
Boa Esperança	PR	17/11/1994
Manoel Ribas	PR	15/05/1996
Mangueirinha	PR	04/06/1996
Abelardo Luz	SC	23/01/1998
Tupãssi	PR	04/02/1999
Toledo	PR	05/02/1999

Fonte: PERES, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

No ano de 1995, após a divulgação da Resolução nº 2.193 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de bancos comerciais, com a participação exclusiva de cooperativas de crédito, se constituiu o primeiro banco cooperativo do Brasil, o Bansicredi³⁶. Neste mesmo ano, houve a integração da COCECRER- PR ao Sicredi (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014), abandonando-se a ideia de cooperativas de crédito subsidiárias, ou estreitamente vinculadas às cooperativas agropecuárias. A partir de então, a grande maioria das cooperativas de crédito existentes passaram a adotar um modelo independente e autônomo, descolando-se das cooperativas agropecuárias.

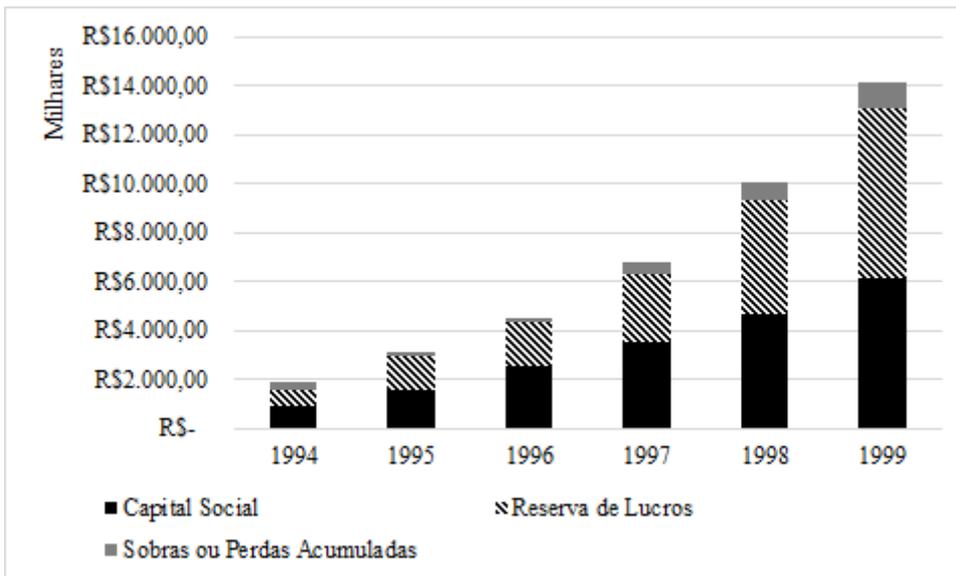
Contrariando essa lógica, não se integrando ao sistema Sicredi, no ano 1996 a Credicoamo³⁷ passou a atuar como cooperativa de crédito independente (no que toca ao sistema financeiro), mas continuando fortemente integrada à Coamo (CREDICOAMO, 2018a). Dessa maneira, a Credicoamo se desligou do grupo que elaborou o projeto no início dos anos 1980, e manteve a lógica organizativa que fomentou o ressurgimento do cooperativismo financeiro, com estreitos laços à Cooperativa agropecuária.

³⁶ Segundo Guimarães (2010), posteriormente a criação do Bansicredi, por circunstâncias diversas, o modelo de integração sofreu alterações e, ao invés de um sistema nacional único, surgiram outros modelos. O Banco Central mudou o posicionamento para as autorizações de abertura e autorização de funcionamento e, em pouco tempo, passou a autorizar abertura de cooperativas de livre admissão. Autorizou também a constituição de outros sistemas, “em lugar de um único, forte e coeso, como planejado: o Sicredi, o Sicoob, o Cresol e o Unicred”. “O projeto se bipartiu com a formação de dois sistemas”, e “outros dois modelos vieram a ser criados” (GUIMARÃES, 2010, p. 148-151).

³⁷ Outro caso de não adesão a esse movimento de autonomização do setor crédito em relação às cooperativas de produção é da Coopavel/Credicoopavel, vinculada à Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, situada na região de Cascavel, oeste do Paraná.

Mesmo com o cenário macroeconômico hostil refletindo diretamente no setor cooperativo³⁸, a Credicoamo na sua primeira década de atuação apresentou crescimento de 117,36% no patrimônio líquido. O capital social apresentou evolução de 91,10%, e nas sobras e perdas acumuladas, a evolução foi de 277,52%.

Gráfico 4 – Composição do Patrimônio Líquido da Credicoamo e sua evolução no período de 1994 a 1999.



Fonte: BACEN. Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

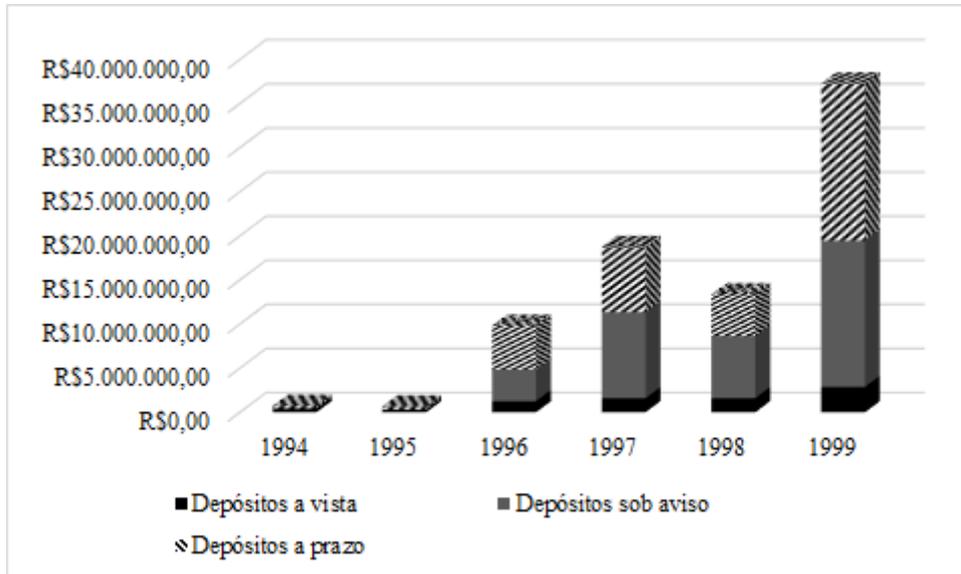
A evolução da conta Patrimônio Líquido, em apenas 6 anos, foi de 755,51%. Deste agrupamento contábil, a conta Reserva de Lucros foi a que apresentou maior percentual evolutivo, sendo de 1.053,19%, seguida pelo Capital Social com 692,13%, e pela de Sobras ou Perdas Acumuladas³⁹ 335,14%.

A evolução apresentada na captação de recursos apresentou-se positiva. A conta contábil Depósitos evoluiu 5.147,47%, alavancada principalmente pelo Depósito a prazo. Esse crescimento em termos relativo alto, deve-se ao fato de que o montante captado nos anos de 1994 e 1995 eram pouco expressivos. O gráfico 5 reflete esse crescimento exponencial no volume de recursos captados pela cooperativa de crédito.

³⁸ Nesta década várias cooperativas agropecuárias entraram em crise, acarretando fechamento de muitas, incorporações e fusões. Apesar do cenário de crise supracitado, a evolução da Credicoamo apoiada ou apoiando a Coamo parece não exercer influência nestas.

³⁹ Está é uma conta pertencente a fundo de reserva, indivisível aos associados. No balancete disponibilizado pelo BACEN não está descrito especificamente o nome do Fundo. A partir de 2008, através do balanço patrimonial é possível identificar sua nomeação, qual seja, Fundo para Manutenção de Giro Próprio. Aponta-se, porém, que este poderia ser outro fundo de reserva no passado.

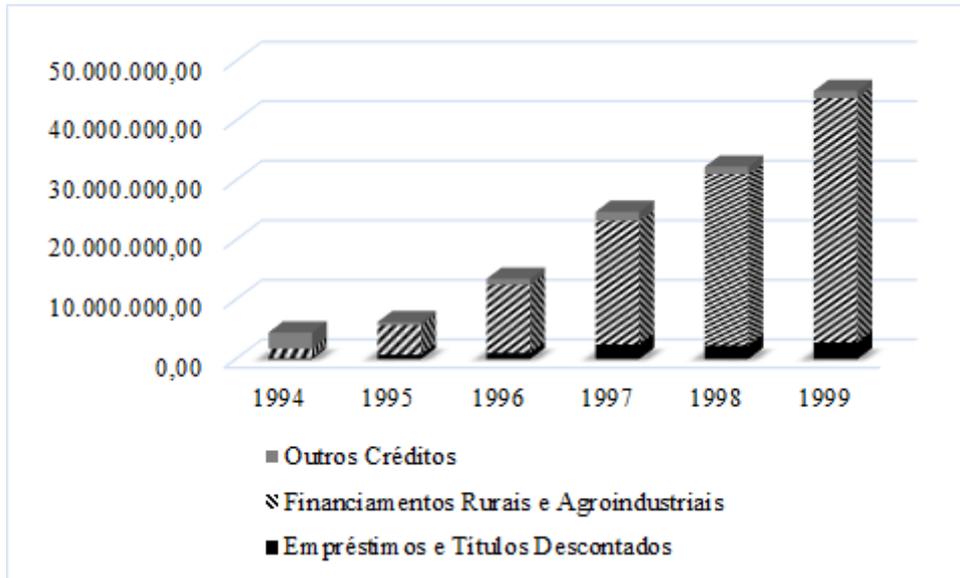
Gráfico 5 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito a vista, depósito sob aviso prévio e a prazo para o período de 1994 a 1999.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

A média de captação em depósito total por sócio passou de R\$ 390,87 em 1994 para R\$ 7.880,78 em 1997. Essa alavancagem nas captações reflete positivamente na capacidade de repasse de recursos próprios e nos indicadores que são utilizados como um parâmetro, juntamente com a evolução patrimonial, para mensurar a capacidade de obtenção de recursos subsidiados pelo Governo. A evolução apresentada foi de 2.399,29% no montante de operações de crédito. A maior destinação de crédito foi operacionalizada através da linha de financiamentos rurais e agroindustriais que evoluiu 2.573,18%, seguida pelas operações de empréstimos e títulos descontados com recursos próprios. O gráfico 6 permite visualizar esse salto evolutivo.

Gráfico 6 - Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período de 1994 a 1999.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se já neste período que, a expansão territorial da Credicoamo, apesar de mais lenta que da Coamo, também se realiza nesta primeira década de atuação. A estratégia de expansão perpassa por cuidados oriundos do conhecimento e domínio do quadro social que a compõem, dessa maneira, consegue evoluir no volume de recursos administrados, que reflete positivamente na evolução do patrimônio líquido. Na conta do patrimônio líquido, a estratégia adotada é a de fortalecimento da cooperativa, através da destinação em maior escala, para a reserva de lucros.

4.2.1.2 Desempenho na Segunda Década de Atuação – Período de 2000 a 2010

No encerramento da primeira década dos anos 2000, a Credicoamo contava com 8.224 associados, atendidos em 22 postos de atendimento cooperativos e em 8 postos correspondentes. Somando-se aos 10 pontos de atendimento instalados na primeira década de atuação, na segunda década foram inaugurados mais 12 novos postos de atendimento conforme tabela 6 (CREDICOAMO, 2010).

Tabela 6 - Expansão Credicoamo na primeira década dos anos 2000, apresentado conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.

Município	UF	Início das Atividades
Ivaiporã	PR	01/02/2002
Pitanga	PR	01/11/2002
Coronel Vivida	PR	10/12/2003
Nova Santa Rosa	PR	09/12/2003
Palmas	PR	06/04/2005
São João do Ivaí	PR	27/04/2005
Roncador	PR	08/02/2007
Candói	PR	08/02/2007
Peabiru	PR	03/09/2008
Luiziana	PR	05/09/2008
Goioerê	PR	27/04/2009
São Domingos	SC	06/07/2010

Fonte: PERES, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

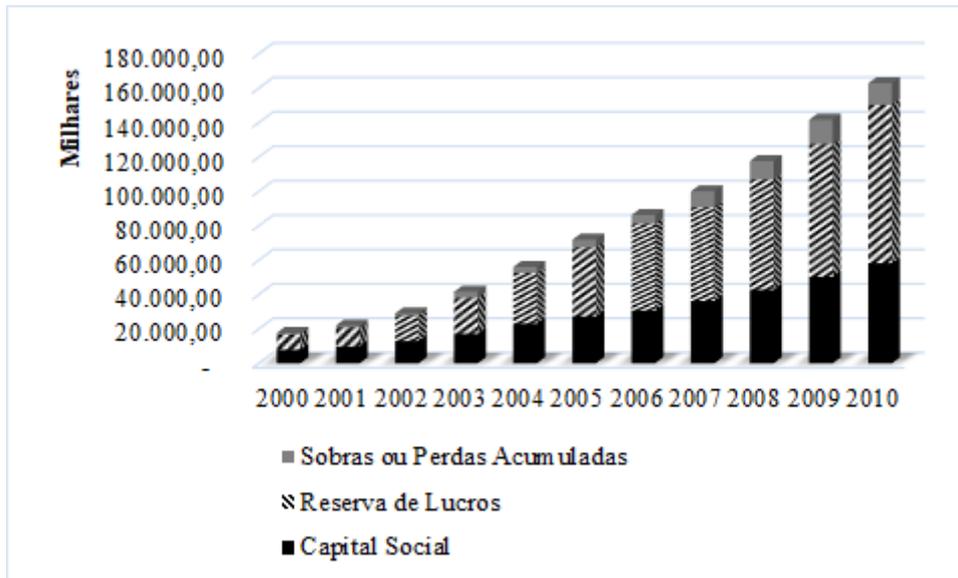
No que diz respeito ao quadro de funcionários, no ano de 2009 a Credicoamo firmou convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/PR)⁴⁰, onde naquele ano contrataram 17 estagiários, encerrando o ano com 121 colaboradores no total. No encerramento de 2010 contava com 136 colaboradores, sendo 120 funcionários e 16 estagiários (CREDICOAMO, 2009; 2010). Comparando a evolução no quadro de funcionários, onde em 1991 haviam 6⁴¹, 1997 somavam 30 funcionários, em 2010 esse número contabilizou 136, a evolução neste período (1991/2010), foi de 2.267%.

Nesta década, o Patrimônio Líquido da Credicoamo evoluiu 923,79%. Individualmente as contas contábeis pertencentes a este agrupamento apresentaram a seguinte evolução: de sobras ou perdas acumuladas 1.525,43%; a de Reserva de Lucros 1.016,33% e o Capital Social apresentou crescimento de 751,20%, conforme pode ser visualizado no gráfico 7.

⁴⁰ Firmado convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/PR), com base na Lei nº. 11.788, no qual foram abertas vagas para desenvolvimento no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior (CREDICOAMO, 2009).

⁴¹ Aqui contabilizam-se tanto os contratados quanto os conveniados. Nota-se que, não se levou em consideração 1990, porque naquele ano não houve registro de funcionários contratados, ou conveniados conforme Cadernos da Emater da época.

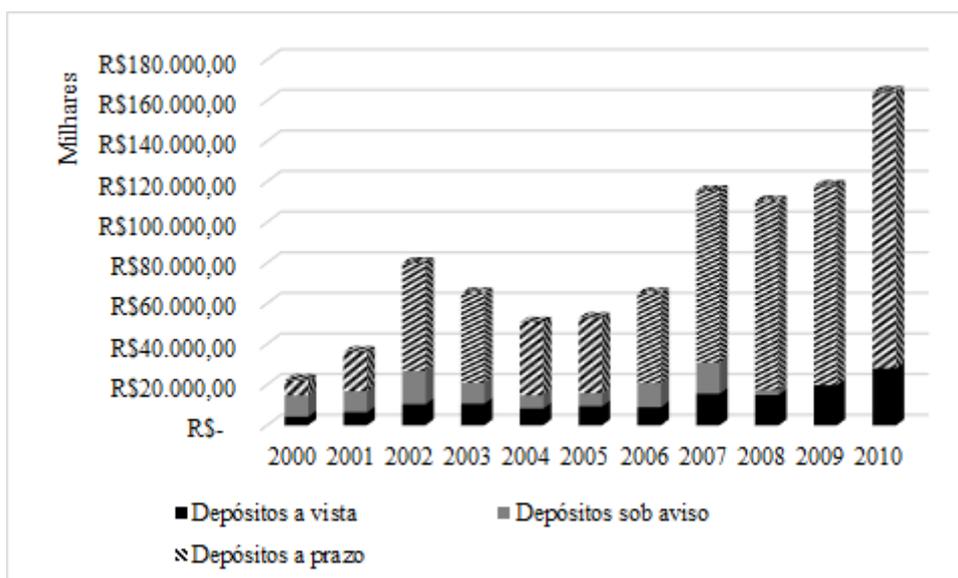
Gráfico 7 - Composição do Patrimônio Líquido e sua evolução no período de 2000 a 2010.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Os recursos administrados na rubrica contábil Depósitos evoluiu 740,04% considerando 2000/2010. O montante captado em depósitos a prazo atingiu o patamar de 1.808,92% de evolução e a conta de depósito à vista foi alavancada em 653,49%. Neste período praticava-se a captação também em depósitos sob aviso, que deixou de ser praticada em 2009. O gráfico 8 demonstra a evolução nos recursos administrados nesta modalidade.

Gráfico 8 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito à vista e a prazo para o período de 2000 a 2010.

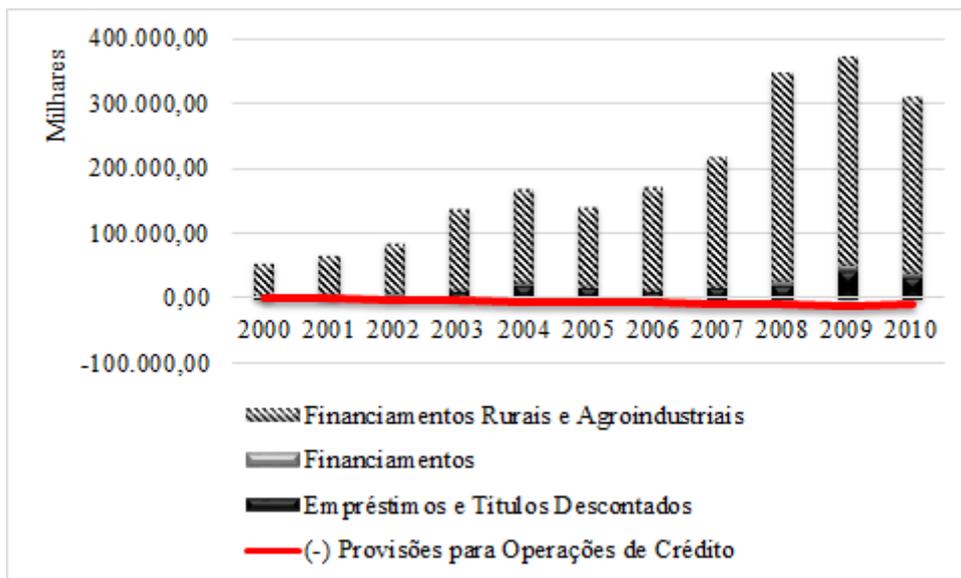


Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Acompanhando a evolução nos recursos captados, a disponibilidade e a capacidade de reemprestar recursos ao quadro social, também evoluíram. O montante das operações de crédito

evoluiu 543% nesta década. Os financiamentos rurais e agroindustriais foram os grandes impulsionadores, sendo responsáveis por 92,25% do montante das operações realizadas no período. A provisão para operações de Crédito de Liquidação Duvidosa - também conhecidos como provisão CLD, se apresentou na média de 3,33%. O gráfico 9 permite a visualização deste cenário nas operações de crédito realizadas.

Gráfico 9 - Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período de 2000 a 2010.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Na questão de expansão de volume repassado para o crédito rural, no ano de 2003, houve a formalização de convênio junto ao BRDE através do Termo nº 1, para acesso ao repasse de recursos do BNDES, para aquisição de bens e insumos fornecidos pela Coamo. A inovação desta primeira década dos anos 2000 foi o lançamento do cartão de crédito internacional VISA, operacionalizado através de parceria estabelecida com o Banco Bradesco (CREDICOAMO, 2019).

O destaque deste período fica por conta da evolução apresentada no volume de captações de depósito a prazo, que reflete diretamente o relacionamento com um público mais capitalizado da zona rural. O volume de financiamentos rurais e agroindustriais também se destacam na evolução no montante, ao passo que, as provisões para CLD, parecem não acompanhar essa evolução. Isso significa que as operações de crédito operacionalizadas são honradas (são liquidadas) quando de seu vencimento quase que em sua totalidade, refletindo num baixo índice de inadimplência.

4.2.1.3 O Desempenho no Terceiro Período Pesquisado – Período de 2011 a 2018 - A terceira década em andamento

O último período considerado neste estudo, compreende os anos pós 2010 (2011-2018). O número de associados mais do que dobrou, saindo do montante de 9.007 no encerramento de 2011, atingindo 19.381 associados no encerramento de 2018, ou seja, evoluiu 115,18%.

A pesquisa nos revela um aumento expressivo no ingresso de novos associados no ano de 2016. Conforme relatório de gestão daquele ano, do total de 5.605 sócios admitidos, 4.662 se referem a associação de cônjuges de associados (CREDICOAMO, 2018b). A participação detalhada por gênero, pode ser observada também nos dados disponibilizados pelo BACEN, que contempla o número de cooperados por cooperativa, dispostos na tabela 7.

Tabela 7 - Cooperados por Cooperativa - BACEN. Período de janeiro 2016⁴² a agosto de 2019.

Data	Associados			Associados por Sexo		
	Total	PF	PJ	Feminino	Masculino	Não informado
base						
ago/19	19.992	19.963	29	6.337	13.622	4
dez/18	19.529	19.511	18	6.220	13.287	4
ago/18	19.352	19.334	18	6.172	13.158	4
dez/17	18.720	18.704	16	5.973	12.727	4
ago/17	18.676	18.659	17	5.957	12.698	4
dez/16	18.205	18.189	16	5.847	12.339	3
ago/16	18.134	18.118	16	5.797	12.318	3
jan/16	13.098	13.082	16	1.314	11.765	3

Fonte: BACEN, 2019. Elaboração da autora, 2019.

Observa-se a título de levantamento de dados, a participação das mulheres ainda de forma pouco expressiva quando comparadas à atuação/participação de associados homens.

A expansão da Credicoamo através da instalação de novos postos de atendimento apresenta a maior evolução desde sua constituição, saindo de 22 para 46 agências de atendimento no encerramento de 2018. No ano de 2012 houve a aprovação da alteração estatutária a qual permitiu a expansão da Cooperativa de Crédito para o estado do Mato Grosso do Sul, acompanhando a Cooperativa Agropecuária. Dessa forma, passou a atuar em três estados, quais sejam, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (CREDICOAMO, 2018). A tabela 8 apresenta a dinâmica de expansão horizontal da Credicoamo neste período.

⁴² Este relatório passou a ser disponibilizado pelo BACEN a partir de janeiro de 2016.

Tabela 8 - Expansão Credicoamo no período de 2011 a 2019, apresentado conforme data de início das atividades de atendimento ao cooperado.

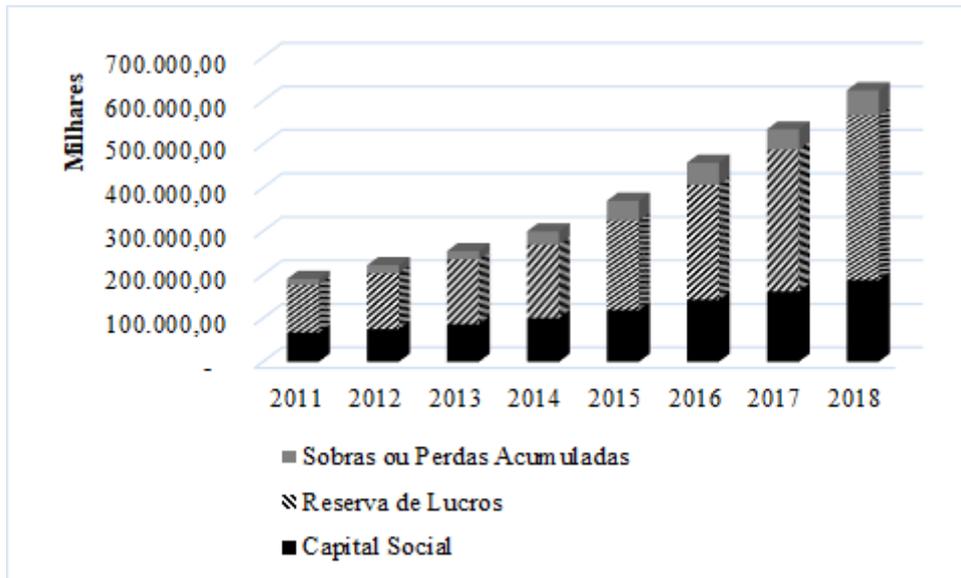
Município	UF	Início das Atividades
Fênix	PR	06/07/2011
Bragantina	PR	06/07/2011
Cantagalo	PR	09/07/2012
Pinhão	PR	09/07/2012
Faxinal	PR	09/08/2012
Marilândia do Sul	PR	10/09/2012
Guarapuava	PR	09/10/2012
Araruna	PR	24/01/2013
Vila Nova	PR	11/09/2013
Amambai	MS	19/02/2013
Aral Moreira	MS	19/02/2013
Caarapó	MS	19/02/2013
Laguna Carapã	MS	19/02/2013
São Pedro Iguaçú	PR	22/01/2014
Maracaju	MS	25/04/2014
Reserva	PR	05/01/2015
Dourados	MS	04/11/2015
Xanxerê	SC	26/01/2016
Itaporã	MS	29/01/2018
Sidrolândia	MS	29/01/2018
Indápolis	MS	29/01/2018
Cândido de Abreu	PR	20/06/2018
Brasilândia do Sul	PR	31/07/2018

Fonte: PERES, 2018; 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Acompanhando a lógica de expansão da cooperativa, o quadro de funcionários evoluiu para acompanhar a demanda laboral, passando de 147 colaboradores em 2011, onde 132 eram funcionários e 15 estagiários, para 272 funcionários no encerramento de 2018, dos quais 5% do quadro de colaboradores eram estagiários e aprendizes.

O Patrimônio Líquido da Credicoamo evoluiu 328,08% no período de 2011 a 2018, contabilizando o montante de R\$ 624.149.777,40. Neste período a evolução observada na conta de Sobras ou Perdas Acumuladas foi a maior do grupo, atingindo 437,22%, seguida pela de Reserva de Lucros com 344,63% de evolução e o Capital Social que alavancou 279,59 pontos percentuais. Essa crescente evolução pode ser visualizada no gráfico 10.

Gráfico 10 - Composição do Patrimônio Líquido e sua evolução no período de 2011 a 2018.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Na composição atual do Patrimônio Líquido da Credicoamo, conforme balanço patrimonial, observa-se além do Capital Social, das Sobras ou Perdas Acumuladas e a Reserva Legal em cumprimento a legislação, o Fundo de Manutenção do Capital de Giro. No Capítulo V, desse documento, que trata do exercício social, sobras e perdas e fundos sociais, o artigo 62 estabelece as práticas para estes fundos indisponíveis aos associados. A destinação está normatizada em 45% das sobras do exercício para o Fundo de Reserva⁴³, 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e ao Fundo de Manutenção do Capital de Giro Próprio, reporta ao Art. 33 - inciso XVIII. Este fundo destinado a proteção aos efeitos inflacionários, deixa a critério do Conselho de Administração estabelecer a sistemática e índice que servirão para a constituição deste fundo (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

Destaca-se ainda que, o Fundo de Manutenção do Capital de Giro apresentou evolução de 503,07% no período 2008/2018⁴⁴. Observa-se dessa forma que, bem mais do que a metade da riqueza gerada na forma de sobras é destinada para fundos indivisíveis, ou seja, visa ao fortalecimento da cooperativa. E não à destinação aos sócios. Estratégia semelhante a utilizada por sua cooperativa originária, o que fortalece ainda mais a Credicoamo.

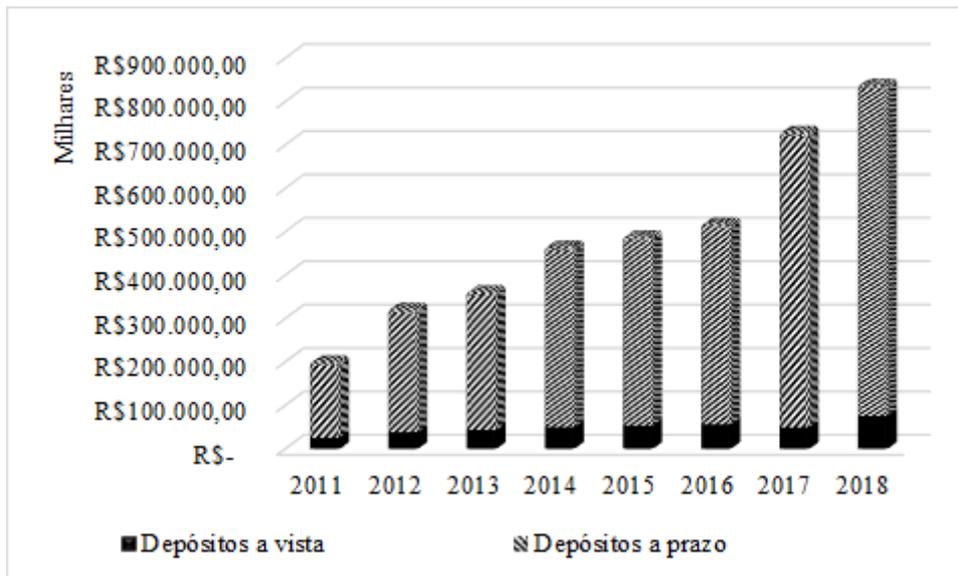
As captações em depósito à vista e depósito a prazo apresentaram evolução de 295,29% e 432,72% respectivamente, perfazendo uma evolução total neste grupo contábil de 782,15%,

⁴³ Fundo de Reserva é destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

⁴⁴ Este foi o período em que foi possível mensurar a evolução para esta conta pertencente ao Patrimônio Líquido.

o qual pode ser observado no gráfico 11. No ano de 2017 regulamentou-se uma nova modalidade de captação de recursos denominada de Depósitos Interfinanceiros que passa a ser utilizada, a qual contabilizou no encerramento deste ano R\$ 224.322.779,49 e, no ano seguinte, R\$ 742.489.315,95⁴⁵.

Gráfico 11 - Evolução nos recursos administrados em captações de depósito à vista e a prazo para o período de 2011 a 2018.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

A evolução crescente no volume de recursos captados pode ser observada realizando-se a média do período a evolução no montante total foi de 363,49%, considerando saldos apresentados no encerramento de 2018⁴⁶ (Depósitos e sócios). Ao estender essa comparação para o período de 10 anos (2008-2018) pode ser observado um crescimento na média de depósitos totais por sócio de 513,05%. Essas são características de trabalho com um público de perfil mais capitalizado.

Com a evolução no volume de recursos captados, visando uma melhor eficiência operacional e de resultados, a aplicação desses recursos em operações de empréstimos⁴⁷ torna-se praticamente uma obrigação social, ainda mais por se tratar de uma cooperativa de crédito⁴⁸.

⁴⁵ Observa-se que, a partir de 2017 a cooperativa alterou sua maneira de trabalhar com operações de repasse de crédito rural, passando a operar através de captações de Depósito Interfinanceiro normatizada pela Resolução N° 4.552, DE 26 DE JANEIRO DE 2017.

⁴⁶ Trata de uma comparação sem filtro de conta que possui tal produto, ou se está ativa ou inativa.

⁴⁷ Conforme descrição das receitas observadas em 2018, pode ser que isto não se reflita na cooperativa em questão. Pelo que indica a composição das receitas, a estratégia utilizada pode ser outra. Esse aspecto é relevante.

⁴⁸ Dentre os princípios cooperativistas, consta que o 7° - Interesse pela comunidade, isso “significa que as cooperativas devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias. A reciclagem de recursos pelas cooperativas financeiras, fazendo com

O gráfico 12 revela a evolução na carteira de operações de empréstimos realizados no período, bem como sua composição dentre as opções disponibilizadas aos cooperados.

Gráfico 12 - Operações de crédito realizadas pela Credicoamo no período de 2011 a 2018.



Fonte: BACEN, Balancetes Contábeis, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

A evolução no montante de recursos operacionalizados na carteira de empréstimos foi de 308,46% neste período, em percentuais inferiores ao período anterior analisado (543%). Contudo, pondera-se, o comportamento apresentado não se manteve constante no período. Por outro lado, no período de 2011 a 2012 apresentou-se uma evolução de 18,49% nas operações de crédito total, impulsionada pelos empréstimos e títulos descontados e pelos financiamentos rurais e agroindustriais.

No período posterior (2013 a 2015), há um crescimento na ordem de 72,08% nas operações de crédito totais, impulsionado principalmente pelos financiamentos rurais e agroindustriais. Esta carteira evoluiu 83,90%.

Percebe-se que, a carteira de empréstimos e títulos descontados, operacionalizada com recursos próprios oscilou positiva e depois negativamente no montante total entre 2013 e 2015. Do ano de 2015 para 2016, o montante operacionalizado nesta carteira evoluiu 169,84%, saindo de R\$ 109.676.381,16 para 295.952.281,21. De 2016 a 2018, observa-se novamente uma retração no montante operacionalizado via recursos próprios na ordem de 37,97%.

No período de 2016 a 2018 o total operacionalizado em operações de crédito apresentou redução de 5,45%. Ao passo que as operações de recurso próprio reduziram, as operações de

que a monetização da produção e dos serviços gere novas riquezas local e regionalmente, é um exemplo de como isso se opera na prática” (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2019).

financiamentos rurais e agroindustriais evoluíram modestos 4%, isso ainda em valores nominais.

No fechamento do exercício de 2018, a provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (CLD), apresentava o índice de 3,30%. O mais alto índice de CLD apresentado no período foi em 2017, quando contabilizou 5,65%⁴⁹. Infere-se ser reflexo do montante operacionalizado em recursos próprios no período de 2016 e 2017.

No ano de 2011 a Credicoamo firmou junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), um novo convênio para repasse de recursos subsidiados. O Termo nº 2, contém na descrição seu objetivo de aquisição de tratores e colheitadeiras, ampliando sua gama de financiamentos a longo prazo. Na reforma estatutária realizada em 2012, além da inclusão do Estado do Mato Grosso do Sul como área de atuação, foi aprovado a sistemática de retirada parcial para os cooperados com idade superior a 65 anos regulamentada no Capítulo IV - Do capital social, Art. 18 - parágrafos do 1 ao 7 (CREDICOAMO, 2019).

No ano de 2013 as mudanças ficaram por conta do início das operações através da conta de liquidação cadastrada junto ao BACEN a qual permitiu num primeiro momento o envio e recebimento de DOC⁵⁰ e TED⁵¹. No decorrer do ano, os cheques passaram a transitar por esta conta e a compensação de cheques passa a ser digital (CREDICOAMO, 2019).

Visando alavancar sua expansão ao Mato Grosso do Sul, a Credicoamo firmou convênio junto ao BRDE através do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), formalizado através de um novo Termo de Cooperação Técnica no ano de 2014. Neste ano iniciou relacionamento com o Banco Safra para disponibilizar linhas de financiamentos com recursos do BNDES. O lançamento do Programa Credicoamo Integração Lavoura Pecuária também fez parte das inovações incorporadas ao portfólio de produtos e serviços no ano em que a cooperativa comemora seus 25 anos (CREDICOAMO, 2019).

Objetivando ofertar mais uma possibilidade de serviço ao cooperado e estrategicamente visando ser uma opção financeira mais completa em termos de opções de financiamentos, realiza, no ano de 2015, termo de cooperação técnica com o BRDE com vistas a ofertar a linha de PRONAF Investimento, com recursos do BNDES. Neste ano também foi enquadrada,

⁴⁹ Da carteira total de operações de crédito R\$ 1.141.043.247,60, o valor de R\$ 64.479.687,71 estavam em CLD.

⁵⁰ DOC trata-se de um Documento de Crédito que apresenta compensação semelhante do cheque, ficando disponível para utilização do recurso somente no dia posterior ao da realização da transação. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/O_Novo_SPB.pdf>.

⁵¹ Trata-se de uma opção para transferência de recursos de um banco para outro denominada Transferência Eletrônica Disponível - TED. Utilizando a TED o valor será creditado na conta do favorecido e estará disponível para uso assim que o banco destinatário receber a mensagem de transferência. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/O_Novo_SPB.pdf>.

enquanto Cooperativa Plena pelo BACEN, conforme comunicado nº 28.684/2015⁵² de 4 de novembro de 2015, tendo em vista o enquadramento conforme art. 15 da Resolução no 4.434, de 5 de agosto de 2015⁵³.

Em 2017, a Credicoamo lançou no mercado seu cartão múltiplo (débito e crédito) Mastercard Internacional. Conforme Resolução do BACEN, nº 4.553/2017⁵⁴, recebeu seu enquadramento cooperativo conforme segmentação do conjunto das instituições financeiras autorizadas a funcionar no Segmento S4. Em 2018, passou a dispor do Internet Banking/Mobile, ampliando o leque de opções às transações financeiras disponíveis aos cooperados (CREDICOAMO, 2019).

As novas opções para empréstimos com recursos próprios fizeram parte do *rol* de inovações nesta década. Destacando-se em 2012, o lançamento do Programa Moradia Feliz; em 2014 Programa Credicoamo Integração Lavoura Pecuária; os quais foram incrementados em 2017 com as modalidades Crédito Fundiários; Credi-Energia Solar e Credi-Insumos Coamo. Atualmente as opções de empréstimos e financiamentos são divididas em: 1) Custeio Agrícola; 2) Investimento Agrícola e Pecuário; 3) Moradia Feliz; 4) Financiamento de veículos; 5) Empréstimo pessoal; 6) Empréstimo Rural⁵⁵. Em cada modalidade tem-se as opções conforme tabela 9.

⁵² Para consulta do comunicado na íntegra, *vide*: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=28684>.

⁵³ Para consulta da Resolução na íntegra, *vide*: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4434>.

⁵⁴ Para consulta na íntegra, *vide*: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4553>.

⁵⁵ As modalidades de Custeio Agrícola e Investimento Agrícola e Pecuário são operacionalizadas através de recursos destinados ao crédito rural, através de convênio BNDES e BRDE e outras instituições financeiras (DIR). As demais modalidades são operacionalizadas com recursos próprios da cooperativa.

Tabela 9 - Carteira de empréstimos e financiamentos e suas modalidades disponibilizada pela Credicoamo.

Modalidade	Destinações	Itens financiáveis/Detalhes
Custeio Agrícola	Custeio de lavouras	Lavouras de soja, milho, trigo e milho 2ª safra
Investimento Agrícola e Pecuário	Aquisição de bens, modernização e diversificação	Colheitadeiras, tratores e pulverizador auto propelido; Máquinas e equipamentos agrícolas novos, inclusive, para pecuária leiteira, fabricados no Brasil e cadastrados no BNDES/FINAME; Barracões para guarda de máquinas/insumos agrícolas e para pecuária leiteira; Insumos para correção de solos.
Moradia Feliz	Aquisição, construção ou reforma	Recursos para compra de materiais de construção, móveis e utensílios de uso doméstico. Moradias em zona urbana ou rural.
Financiamento de veículos	Aquisição de veículo	Para passeio ou serviço. Veículos novos, usados e usados arrematados em leilão da Coamo.
Empréstimo pessoal	Realização de projetos ou equilíbrio orçamentário	Sem a necessidade de comprovar a finalidade do empréstimo, com crédito do valor na conta do cooperado.

Fonte: Credicoamo, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Conforme estudos realizados, a Credicoamo apresenta alta liquidez. Analisando as fontes de receitas, conforme resultado apurado em 2018, a maior fatia considerando a receita global é proveniente de aplicações no mercado financeiro. A tabela 10 demonstra o resumo das receitas.

Tabela 10 - Resumo da receita global da Credicoamo para o ano de 2018.

Descrição	Valor	Composição %
Operações com recursos obrigatórios do crédito rural	51.170.000,00	24,61
Operações de crédito com recursos próprios	51.090.000,00	24,57
Aplicações mercado financeiro	78.800.000,00	37,90
Tarifas e serviços	17.910.000,00	8,61
Outras receitas não descritas	8.940.000,00	4,30
Receita global	207.910.000,00	100,00
Sobras líquidas	98.680.000,00	

Fonte: Credicoamo, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Questionados quanto a estes aspectos estratégicos e de política de investimentos, considerando os riscos do mercado financeiro, obteve-se como resposta o seguinte:

A relevância do resultado das aplicações financeiras frente aos demais produtos e serviços é resultado das operações e demanda do quadro social. A política geral é dar liquidez nos investimentos dos cooperados bem como disponibilizar aos mesmos recursos financeiros no tempo adequado às suas necessidades. Recursos não demandados pelo quadro social são direcionados ao mercado financeiro (DIRETOR 1, 2019).

A distribuição geográfica dos cooperados da Credicoamo, com base no encerramento contábil de março de 2019, do quadro social total da Credicoamo de 19.553 cooperados, 87,74% são cooperados paranaenses, sendo que o município de Toledo representa 8,96% dos cooperados do Estado. Campo Mourão representa 6,09% e Mamborê 6,04%. Cândido de Abreu possui o menor número de cooperados por entreposto, possuindo 89 associados.

O mais novo estado de sua área de atuação já é responsável pelo segundo maior percentual de cooperados, Mato Grosso do Sul participa com 7,74% dos cooperados totais. Laguna Carapã, Maracaju, Amambai, possuem em torno de 240 cooperados (247, 244 e 242 respectivamente), seguidos por Caarapó e Dourados. O menor número de cooperados é no município de Sidrolândia, com 70 sócios.

O estado catarinense representa 4,52% da base social da Credicoamo, sendo que São Domingos é responsável por 45,81% do quadro social, seguido por Abelardo Luz com 36,09% e finalizando, Xanxerê com 18,10% (PERES, 2019).

Apesar da fala em entrevista à Plant Project (2019), do presidente da Credicoamo, relatando que “há regiões novas que querem, mas nós tínhamos a ideia de não expandir demais”, indicar haver certo freio à expansão da Credicoamo, observa-se que a evolução apresentada, tanto em número de associados, quanto de operações e montante administrado, é significativa.

Como destaques de evolução neste período está o aumento expressivo no número de cooperadas mulheres⁵⁶, o salto quantitativo no número de novas unidades abertas, as quais em duas décadas de atuação somavam 22, e, de 2011 e 2018 atingiram 46 agências. Outro destaque

⁵⁶ Nesta pesquisa, apesar do objetivo geral não contemplar os aspectos de gênero, referente a participação das mulheres nos sistemas cooperativos estudados, este apareceu voluntariamente em pelo menos 3 entrevistas. Essa discussão parece relevante, pois, além de incluir a mulher no protagonismo do meio rural, acaba por ampliar o perfil dos cooperados e novos serviços poderão ser ofertados de acordo com as necessidades desse público. O esclarecimento acerca do aumento expressivo na participação do público feminino foi realizado pelo Diretor 1 (2019), o qual, expôs que, a execução de tal procedimento se deu após notificação do Bacen, e para ficar em *compliance* executou-se tais procedimentos. Sem pormenorizar detalhes.

é a evolução apresentada no volume depositado no Fundo de Manutenção do Capital de Giro com evolução de 503,07% no período de 2008 a 2018⁵⁷.

⁵⁷ Este foi o período em que foi possível mensurar a evolução para esta conta pertencente ao Patrimônio Líquido.

4.3 A CREDICOAMO ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REPASSADORA DE CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO

Antes mesmo da constituição da Cooperativa de Crédito da Coamo, a própria cooperativa de produção “implantou, na safra de trigo de 1976, o crédito de repasse, sendo os recursos tomados no Banco do Brasil”. Tal medida foi adotada devido à percepção das dificuldades de aprovação de financiamentos devido “a falta de familiaridade do agricultor com o crédito rural e as exigências”. Convênio foi ajustado de tal forma que “todo trâmite seria feito dentro da cooperativa, sendo que dos tomadores dos recursos se exigiria a atualização cadastral, tanto na cooperativa como no Banco do Brasil” (SETTI, 2010, p.67).

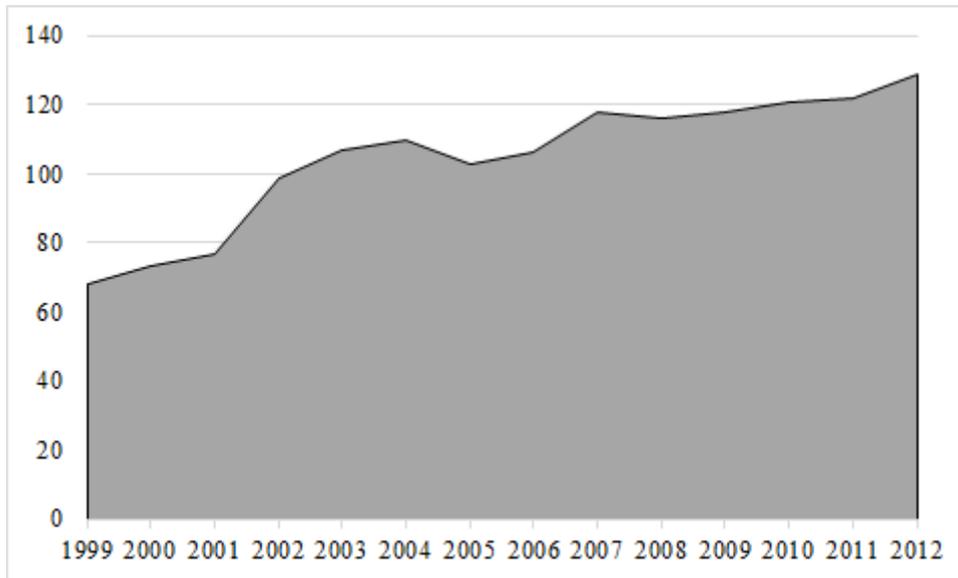
A política de crédito através da cooperativa de produção foi reafirmada em entrevista com o Diretor 1 (2019), quando afirma que, antes da constituição da Credicoamo, a Coamo⁵⁸ realizava repasse de recursos subsidiados pelo Governo através de políticas públicas de crédito rural de forma direta aos cooperados. Esta prática foi realizada e incentivada principalmente no período da Ditadura Militar, quando as cooperativas de crédito foram enfraquecidas por medidas restritivas e as cooperativas agropecuárias foram incentivadas, conforme abordado anteriormente neste trabalho.

No período de 2000 a 2012, o montante direcionado para as operações de crédito rural via recursos subsidiados pelo Estado, evoluiu 974,42%. A participação das cooperativas de crédito apresentou uma evolução significativa, impulsionada pelo enraizamento do movimento cooperativista notadamente na Região Sul e Centro Oeste do país, mas também por medidas governamentais. O Banco Central passou a fomentar o Cooperativismo focando em ações e metas visando o desenvolvimento deste setor econômico. Neste período, a evolução do setor na participação do crédito rural foi de 1.974,34%. A Credicoamo também evoluiu no montante de crédito rural acessado via BACEN, na ordem de 915,16%.

A evolução da Credicoamo no número de municípios assistidos pelo crédito rural, no período disponibilizado pelo relatório do BACEN, pode ser visualizada no gráfico 13.

⁵⁸ Em consulta às instituições participantes do crédito rural, através do relatório disponibilizado pelo Bacen para o ano de 2012, existe o registro de repasse através da Coamo - Agroindustrial Cooperativa, contabilizando 06 municípios assistidos por ela no crédito rural.

Gráfico 13 - Número de municípios atendidos pela Credicoamo no período de 1999 a 2012.



Fonte: BACEN, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

A expansão no volume de municípios atendidos pela Credicoamo para este período foi na ordem de 189,71%. Essa evolução deve-se a abertura de novas unidades de atendimento, somando-se a área de atuação por mesorregião, aliado ao atendimento realizado nas unidades da Coamo pelos seus funcionários na recepção e elaboração das operações de custeio agrícola onde não há estrutura física da Credicoamo.

Com o constante crescimento no incentivo governamental através da ampliação no volume de recursos subsidiados para o crédito rural, a evolução observada no período de 2012 a 2018 foi de 129,29%. Em valores constantes, atualizados no site do BACEN⁵⁹, o montante total destinado ao crédito rural a nível nacional em 2013, foi de R\$ 190.647.873.674,00. Este montante é superior ao operacionalizado no ano de 2018, que contabilizou R\$ 182.939.691.523,00.

Saindo do montante de R\$ 589 milhões operacionalizados em 2013 para R\$ 1,08 bilhões em 2018, a cooperativa evoluiu 84,59% neste período, os quais permitiram sua expansão territorial, apoiando indiretamente a Coamo. Indiretamente porque o sócio da Credicoamo raramente adquire produtos que não tenham como origem a comercialização via Coamo⁶⁰.

⁵⁹ Conforme nota de rodapé da tabela disponibilizada pelo Bacen, atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mensalmente, até dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em nov. 2019.

⁶⁰ Admite-se o financiamento para a aquisição de itens financiáveis via crédito rural na modalidade de investimento para orçamentos alheios a Coamo, nos casos em que a mesma não comercializa tais itens, ou ainda não comercializa o item naquelas especificações. Este quesito será aprofundado posteriormente nas relações de integração entre as cooperativas.

Na questão de repasse de crédito rural a Credicoamo atua mais fortemente no custeio agrícola e sua atuação tem foco nas culturas de soja, milho, trigo e milho 2ª safra. Em consulta aos registros junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), observa-se um volume pouco expressivo de operações de custeio pecuário. A título de ilustração, no ano de 2017, das 9.240 operações de crédito totais cadastradas, no montante de R\$ 1,08 bilhões, 7.746 operações no valor de R\$ 929,4 milhões eram de custeio, sendo que, somente 44 operações, com montante de R\$ 3,4 milhões, foram contratadas com finalidade de custeio pecuário. Analisando o ano de 2013 o cenário é ainda mais discrepante, do total de 12.559 operações repassadas, com montante de R\$ 589,08 milhões, foram contratadas na finalidade pecuária 56 operações com montante R\$ 487 mil, destinadas a investimentos pecuários (BACEN, 2018).

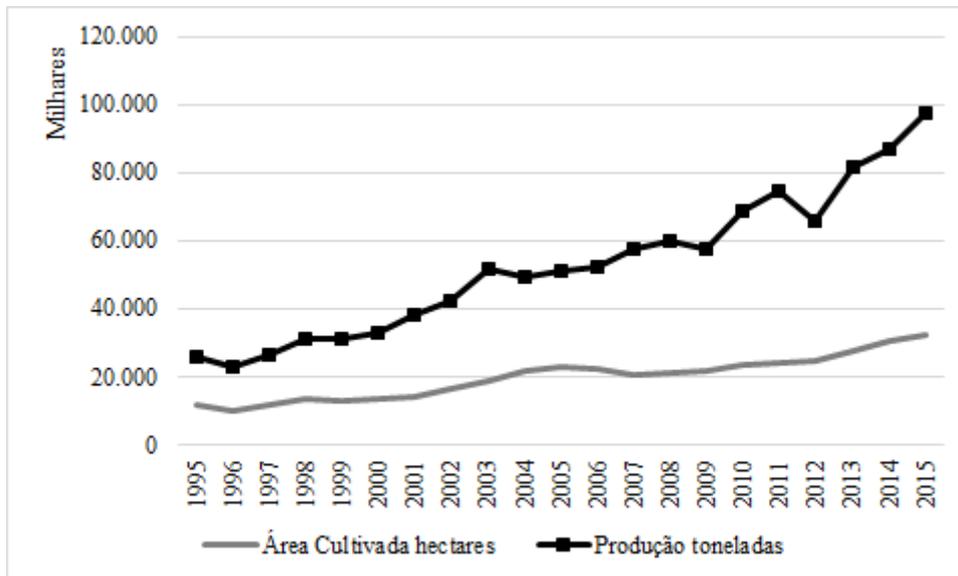
Quanto a atividade financiada no custeio agrícola o cultivo da soja é o principal produto fomentado através do acesso a recursos financeiros subsidiados pelo Estado, repassados pela Credicoamo. Do montante acessado no período de 2013 a 2018, o percentual de 68,51% foi destinado ao incentivo da produção desta *commodity*, enquanto que a nível nacional, a destinação para o mesmo período, foi de 14,11% (BACEN, 2019).

Dentre as cooperativas de crédito, a nível nacional, a Credicoamo foi a que mais repassou crédito rural para o cultivo de soja neste período. O padrão se repete ao se considerar o ano de 2018. Do valor total acessado pela cooperativa neste ano, R\$ 1.087.375.833,65, o montante de R\$ 709.107.719,42, correspondendo a 65,21%, foi destinado a esta cultura. Levando em consideração o montante repassado pelas cooperativas de crédito, a Credicoamo repassou para esta cultura 9,81%, e do montante geral a nível nacional, 2,47%. O valor médio operacionalizado por contrato foi de R\$ 158.672,57 (BACEN, 2019).

No Brasil, no período de 2013 a 2018, a área total financiada para a cultura da soja foi de 52.852.764,96 hectares. As cooperativas de crédito financiaram o segundo maior volume de áreas agrícolas cultivadas, sendo de 10.931.693,57 hectares, representando 20,68%. Deste percentual operacionalizado via cooperativas de crédito, a Credicoamo foi responsável por 9,85% da área financiada.

Observando a evolução histórica a nível nacional percebe-se um direcionamento geral para o cultivo e produção desta *commodity*. No período 1995 a 2015, tanto a área quanto a produção, tiveram grande evolução, conforme pode ser observado no gráfico 14.

Gráfico 14 - Evolução da área cultivada e da produção histórica nacional da lavoura de soja. Em 1.000 toneladas e 1.000 Hectares. Período de 1995 a 2015.



Fonte: BACEN, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

A nível nacional a evolução na quantidade de terras destinadas ao cultivo da soja foi de 275,64%, as quais devido a adoção de tecnologias e insumos e agroquímicos, bem como pela expansão em terras mais produtivas nas regiões do Centro Oeste e do MATOPIBA⁶¹, incrementaram em 379,50% a produção total em toneladas. A média nacional subiu de 36 para 50 sacas por hectare. Conforme apontado pelo presidente da Credicoamo e Coamo, e após algumas tentativas sem êxito no direcionamento das atividades da Coamo, o carro chefe passou a ser a soja, permanecendo até os dias atuais (RIC RURAL, 2019). A Coamo acompanha a tendência produtiva do mercado exportador e, sendo assim, a sua cooperativa de crédito anda emparelhada estrategicamente.

No ano de 2018, a cultura do milho recebeu incentivo na ordem de R\$ 213.182.267,00, representando 19,61% do montante acessado pela Credicoamo junto ao BACEN. Dentre as cooperativas de crédito, participou com 7,97% do valor de subsídios ao milho. A nível nacional o incentivo da cooperativa à produção do milho foi de 2,11%. O valor médio contratado por operação contabilizou R\$ 100.605,13 (BACEN, 2019).

Da área total nacional utilizada pela lavoura de milho financiada com recursos subsidiados, que no período totalizou 19.746.525,51 hectares, 23,27% foram operacionalizados através de cooperativas de crédito. A contribuição da Credicoamo dentro do setor cooperativo

⁶¹ A região conhecida por MATOPIBA compreende terras de Cerrado localizadas nos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Tem se tornado em uma das regiões recentes de maior expansão do cultivo da soja, dentre outros produtos agrícolas.

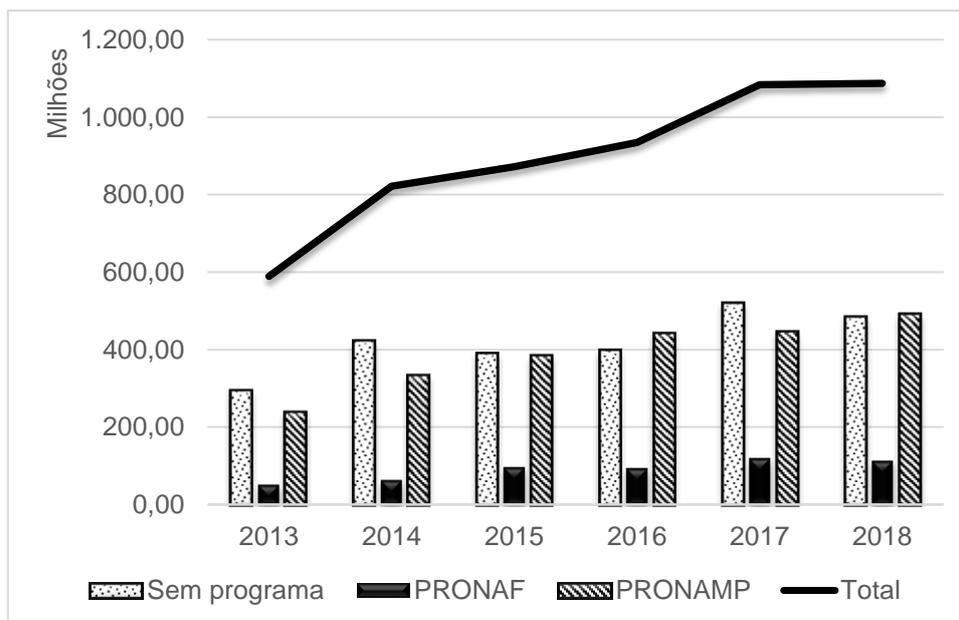
foi de 9,75%, disponibilizando recursos para o financiamento de 448.003,06 hectares de milho neste período.

As modalidades de crédito rural disponíveis junto ao SNC classificam os beneficiários conforme Resolução 3.137/2003, que podem ser produtores rurais, pessoa física ou jurídica, e cooperativa de produtores rurais. O MCR regulamenta no capítulo das disposições preliminares - 1, na seção: beneficiários -1, as características a serem observadas quando do enquadramento do beneficiário, quais sejam:

4-A - Na concessão de crédito rural, deve ser observada a seguinte classificação do produtor rural, pessoa física ou jurídica, de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou, na falta dessa ou em caso de expansão da atividade, com a receita estimada: (Res 4.174 art 1º; Res 4.665 art 1º; Res 4.666 art 2º). a) pequeno produtor: até R\$415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais); (Res 4.665 art 1º) (*). b) médio produtor: acima de R\$415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) até R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); e (Res 4.666 art 2º) (*). c) grande produtor: acima de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (Res 4.666 art 2º) (BACEN, 2019c).

Observando o histórico de concessão de crédito rural para a Credicoamo, o gráfico 15 revela o montante acessado no período de 2013 a 2018, bem como a distribuição dos valores por programas cadastrados.

Gráfico 15 - Operações cadastradas junto ao SNC para a Credicoamo contemplando as finalidades de custeio, investimento e comercialização, para as atividades agrícola e pecuária. Valores em reais. Período de 2013 a 2018.



Fonte: BACEN, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Apesar do programa PRONAF apresentar o maior indicador de evolução no aumento de volume acessado neste período⁶², o total acessado junto ao SNCR, tendo como beneficiário o pequeno produtor rural, representa somente 9,91% do montante total operacionalizado no período de 2013 a 2018. Conforme as informações obtidas junto ao SNCR, o maior público beneficiário de crédito rural da Credicoamo é constituído por produtores enquadrados no PRONAMP e beneficiários de operações cadastradas sem especificação de programa, identificados como “sem programa”. A evolução apresentada no volume das operações cadastradas como sem programa foi de 63,35% neste período, representando o montante de 46,7% do crédito concedido. O crescimento no montante operacionalizado no PRONAMP foi de 104,05%, representando 43,40% do total do período (BACEN, 2018; 2019).

Conforme Funcionário 4 (2019), que desempenha suas funções laborais na carteira de Empréstimos e Financiamentos da Credicoamo, os financiamentos sem vínculo a programa específico, são “aqueles financiamentos onde os produtores NÃO SE ENQUADRAM⁶³ às regras dos outros PROGRAMAS. Este tipo de financiamento é mais voltado para a AGRICULTURA EMPRESARIAL (grandes produtores) ”.

São produtores rurais que possuem faturamento bruto anual superior a R\$2.000.000,00, ou se possuem faturamento agrícola inferior a isto, mas possuem outras atividades profissionais que ultrapassem este valor, como por exemplo, médicos, Advogados, Industriais, Empresários Comerciais e etc. A fonte de recursos que este empresários rurais normalmente contratam suas operações de crédito, são de fontes de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), Poupança Rural (MCR 6-4), Recursos Livres (MCR 6-3) e LCA (MCR 6-7) porém, SEM VÍNCULO ALGUM A PROGRAMAS DE CRÉDITO ESPECÍFICOS, onde normalmente as taxas de juros são superiores as taxas vinculadas a PROGRAMAS específicos (FUNCIONÁRIO 4, 2019).

Dessas operações de crédito conclui que, em tese, “são financiamentos com recursos de fontes diversas, destinados aos produtores que não se enquadram nas modalidades específicas dos programas criados pelo Governo Federal”.

Uma prática adotada pela Credicoamo é a liberação antecipada de recursos para o custeio agrícola. Tal prática foi registrada no relatório de gestão de 2015, sendo um fato relevante, conforme descrito a seguir.

⁶² Considerando o montante acessado no programa do PRONAF no ano de 2013, a evolução positiva apresentada no montante acessado para o mesmo em 2018 foi de 115,86%. O PRONAMP evoluiu positivamente em 104,04%, e o montante acessado na categoria sem programa apresentou evolução positiva de 63,35%, no período 2013 a 2018.

⁶³ As letras em maiúsculo foram destacadas pelo próprio entrevistado, o qual concedeu as informações de forma escrita, através de e-mail.

A CREDICOAMO antecipou a liberação de recursos para o custeio agrícola da safra 2015/2016, no primeiro semestre, na ordem de R\$ 387,52 atendendo 1.919 projetos de custeio. O valor antecipado representou 78,36% do contratado na safra. Esta decisão permitiu gerar uma economia superior a R\$ 8,7 milhões, uma vez que as taxas de juros foram elevadas em 2,25% ao ano (CREDICOAMO RELATÓRIO DE GESTÃO, 2015, p. 2).

Esta estratégia, conforme o próprio relatório descreve, propiciou a contratação de 12.087 operações de custeio agrícola, no valor de R\$ 834,86 milhões, projetando um crescimento de 22,64% em relação às contratações efetivadas no ano de 2014. Dessa forma, agindo antecipadamente, há um ganho duplo para as cooperativas envolvidas e, para o cooperado, aparentemente um ganho ou economia. Ao se analisar a situação mais a fundo, o grau de integração entre as duas nesta transação mercantil acaba por submeter ao cooperado à exclusividade de contratação e depósito da produção ao agrupamento Coamo.

No ano de 2018, almejando resultado para a safra 2018/2019, foi lançado mão de outra estratégia de antecipação de safra, desta vez com redução da taxa de juros agrícolas oficiais, antes da veiculação oficial do plano agrícola pelo governo federal. As taxas que foram praticadas constam na tabela 11.

Tabela 11 - Classificação dos produtores rurais conforme enquadramento. Taxas praticadas no plano safra 2017/2018. Taxa especial Credicoamo e taxa plano safra oficial Estado para a safra 2018/2019.

Classificação	Taxa 2017/2018	Especial Credicoamo 2018/2019	Oficial 2018/2019
Agricultura Familiar	5,5% a.a	4,8% a.a	2,5 a 4,6% a.a.
Médios produtores - PRONAMP	7,5% a.a	5,5% a.a.	6,0% a.a.
Demais produtores	8,5% a.a	6,5% a.a.	7,0% a.a.

Fonte: Coamo, 2019. BACEN, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Esta estratégia de diminuição das taxas de juros foi divulgada no *site* da Coamo e aparenta possuir uma vinculação direta à cooperativa agropecuária, pelo menos da forma como foi divulgada neste.

Nessa constante busca pelo crescimento no volume de crédito rural acessado junto ao SNCR, financiando seus cooperados que adquiriram insumos, agroquímicos e demais itens para o custeio agrícola na Coamo, em 2018 obteve boa colocação a nível nacional. A Credicoamo alcançou a posição 17ª dentre as instituições aplicadoras de crédito rural, que compreende o custeio, o investimento e estocagem. Na modalidade de custeio, o montante repassado foi o 10º maior do país (CREDICOAMO RELATÓRIO DE GESTÃO, 2018).

Essa relação de integração entre a cooperativa agroindustrial, que se utiliza de sua cooperativa de crédito para financiar custeio agrícola preferencialmente para a lavoura de soja, leva a inferir a existência da subordinação das metas da Credicoamo em prol do objetivo maior da Coamo: a exportação de soja ao mercado internacional.

4.4 INTERCOOPERAÇÃO

A intercooperação, pode ser praticada tanto entre cooperativas de mesma tipologia⁶⁴, quanto com cooperativas de diferentes tipologias ou ramos. Este princípio tem como base conceitual o princípio da cooperação⁶⁵, ao qual o sistema cooperativo está ligado desde seu surgimento em 1844, através da Sociedade dos Probos Pioneiros em Rochdale na Inglaterra. Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras universais desse sistema (PINHEIRO, 2008).

A particularidade de o cooperativismo ser um sistema organizativo de pessoas que tem como principal objetivo a “ajuda mútua, em busca de interesses em comum”, deixa intrínseco a este sistema o princípio da prevalência do interesse do grupo aos interesses individuais (KONZEN e OLIVEIRA, 2015, p. 46). Estes autores se apoiam em Zamberlam e Froncheti (1992), para trazer que “a cooperação como forma de organização de trabalho pode ser encontrada em todas as formas sociais, modo de produção comunal primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista”.

Assim sendo, a Intercooperação possui a conceituação de cooperação entre as cooperativas, e após as revisões conceituais realizadas nos anos de 1937, 1966 e 1995 (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2018), passou a constituir-se num dos princípios universais do cooperativismo, com o sentido agregador ao sistema, pois, conceitua-se em “estimular as cooperativas a trabalharem em conjunto” (KONZEN e OLIVEIRA, 2015, p. 46). Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2018), “As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais”.

Considerando a forma dinâmica do trabalho em conjunto e da soma de potencialidades, a intercooperação pode se desdobrar em diversas faces que vão desde trocas de experiências e informações, relações empresariais de compra e/ou venda, até uma conjuntura maior de mobilização, com vistas a atingir objetivos e interesses comuns às cooperativas (BRAGA, 2010). Esse autor considera que existe um ganho em escala quando as forças são somadas. Acredita que: “A *Intercooperação* ou *Cooperação entre Cooperativas* potencializa a nível macro a cooperação intra-organizacional inerente às cooperativas” (BRAGA, 2010, p. 13).

⁶⁴ Utiliza-se tipologia conforme a atuação das cooperativas diferentemente, por exemplo, do Sistema OCB que caracteriza as cooperativas por ramo ou setor de atividade. Na definição por tipologia uma mesma cooperativa pode conter ações que contemplam mais do que um setor ou ramo, classificam-se por lógica de atuação.

⁶⁵ Os princípios cooperativos foram expostos anteriormente nesta pesquisa.

Nessa perspectiva, a forma colaborativa de trabalhar pode contribuir para solucionar ou encaminhar deficiências estruturais da organização, podendo vir a constituir-se numa importante estratégia de fortalecimento.

Konzen e Oliveira (2015), consideram que, de acordo com as metas e estratégias de desenvolvimento das organizações, algumas competências necessárias para a realização de tarefas e atividades visando o alcance de objetivos e/ou metas, podem não ser endógenos à organização. Essa complementação de competências pode ser adquirida através de relações colaborativas estruturais e de trabalho, em especial, nas sociedades que trabalham com o conceito de redes, na prática intercooperativa.

Na conceituação de rede, os autores anteriormente mencionados se apoiaram em Sydow e Windeler (1998), trazendo que, “o conceito de rede é bem difundido no mercado tanto em cooperativas, como também em empresas privadas que se unem em associativismo com a finalidade de ganho em comum através da união de esforços” (KONZEN E OLIVEIRA, 2015, p.47). Esse tipo de junção pode ser altamente competitivo pois, em geral, são focados no atendimento de demandas de mercado, com ganho de eficiência, através da produção e trabalho organizado e em escala. Destacam, porém, que características primordiais como, confiança, compartilhamento de informação e sintonia na condução das estratégias, suscitam um afinamento de pessoas, de sistema e comportamentais. Insere-se aí, talvez, a questão hierárquica e de poder e das dificuldades, em especial em gestão de pessoas, em detrimento à coordenação e subordinação. Talvez esses aspectos sejam os principais impasses para a efetivação do trabalho e organização da intercooperação entre as cooperativas.

Mesquita e Balestro (2002), destacam a confiança⁶⁶ como fator primordial para a efetivação da cooperação interorganizacional enquanto movimento estratégico à competitividade. Relatam que a confiança, é o fator preponderante para que se desenvolva uma forma híbrida de coordenação e organização, para posteriormente ser convertida em vantagem competitiva. Ou seja, para que a coordenação e organização de empresas possam ocorrer na forma da cooperação interorganizacional, ou intercooperação, é primeiro preciso confiar competitivamente.

⁶⁶ Os autores trazem a definição de confiança embasada “segundo o *Webster's Third New International Dictionary*, a confiança implica uma atitude segura em relação ao outro que pode se basear em uma evidência mesclada de experiência e percepções mais subjetivas tais como afeto, admiração, respeito ou reverência”. Segundo o próprio *Webster*, a confiança está relacionada à dependência e à crença. Destaca ser um fenômeno social complexo e multidimensional (Confiança nas relações interorganizacionais: aproximando conceitos, ensaiando reflexões. ANAIS - ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, Salvador - Bahia, 2002).

Conforme histórico que se teve acesso, visando ressurgimento do cooperativismo de crédito no Brasil, acredita-se que o princípio base de tal projeto, tenha emergido a partir da Intercooperação.

Pondera-se que, foram diagnosticados alguns apontamentos que podem configurar o agrupamento cooperativo, objeto deste estudo, enquanto utilizador do princípio da intercooperação. Mesmo que pontualmente. Em especial, destacam-se a composição interorganizacional cooperativa, que por princípio observa a intercooperação, e algumas estratégias empresariais observadas em sua governança⁶⁷.

4.4.1 Intercooperação ou Integração Prevista em Estatuto: A Estratégia de Alavancagem no Capital Social na Credicoamo Ligado ao Faturamento da Coamo

A redação contida no Art. 15 do Estatuto Social da Credicoamo, relaciona a necessidade de integralização de quota-capital adicional ao faturamento efetuado quando do depósito da produção nos armazéns da Coamo.

Art. 15. O associado se obriga a subscrever e integralizar, quando da comercialização da sua produção, novas quotas-partes em valor equivalente a até 0,5% (meio por cento) do valor do produto comercializado, até o limite estabelecido no parágrafo sexto do artigo anterior (CREDICOAMO ESTATUTO SOCIAL, 2017).

O limite a que se refere este artigo 15, descrito no Art. 14, parágrafo 6º, “nenhum associado poderá deter mais de $\frac{1}{3}$ (um terço) do total das quotas-partes do Capital da Cooperativa” é parte regulamentada pela legislação em vigor, e deve ser observado por todas as Cooperativas de Crédito. O que se evidencia na redação do Art.15, é a relação direta das negociações efetuadas com a Cooperativa agroindustrial COAMO, através do depósito e faturamento da produção realizada pelo cooperado, com a Cooperativa de Crédito. Ou seja, vincula diretamente o volume depositado na Coamo⁶⁸ com a integralização de quotas-partes na Credicoamo.

⁶⁷ Governança Corporativa trata do governo estratégico da empresa, da articulação e da distribuição do poder entre as partes com direitos de propriedade e os responsáveis pela gestão. Não se limita a questões de verificação de procedimentos contábeis, a auditoria ou a remuneração dos diretores, mas aborda o efetivo exercício da propriedade (VENTURA et al., 2009, p.32). Governança Cooperativa é o conjunto de mecanismo e controles, internos e externos, que permite aos cooperados definirem e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, contribuindo para sua continuidade e para fortalecimento dos princípios cooperativistas (VENTURA et al., 2009, p.69).

⁶⁸ No Estatuto Social da Coamo, Art. 17 - §4º “Para efeito de aumento permanente de Capital será retido até 3% (três por cento) do valor bruto da produção dos associados, comercializada pela Cooperativa nas operações de venda em comum”. A prática atual é de retenção de 1%, sendo que, se for associado Coamo e Credicoamo, vai 0,5% para cada cooperativa (FUNCIONÁRIO 2, 2019).

Essa prática foi confirmada pelo Funcionário 2 (2019), quando expôs que, 1% do volume total da produção depositada e faturada na Coamo vira quota-capital. Quando o produtor é cooperado nas duas cooperativas, divide-se este percentual, sendo que, 0,5% é integralizado na Coamo e, os outros 0,5% é integralizado em quota-capital na Credicoamo.

O Ex-funcionário 4 (2019) entende que esta é uma das maiores “sacadas” do grupo Coamo, “imagina você ter um negócio que o capital social cresce diariamente”. “Ela tem capital social entrando todo dia”, sem fazer esforço nenhum. Relata que durante o período que trabalhou lá, e pelo histórico que tem conhecimento, a Credicoamo nunca precisou fazer campanha de integralização de quota-parte, prática um tanto comum nas demais cooperativas de crédito. Ele acredita que este pode ter sido um dos grandes motivos para que a Credicoamo não aderisse ao sistema Sicredi nos anos de 1995-96. E acredita também, ser devido principalmente a este motivo que ela se condiciona às regras e modelo de atuação da Coamo, assegurado pelo fato de possuir a mesma diretoria executiva.

Outro motivador de crescimento da conta capital é a proporcionalidade deste com o montante de empréstimos ou financiamentos, descrita no Art. 16, cabendo ao conselho de administração fixar ou não a proporcionalidade. Esta é uma prática comum também nas demais cooperativas de crédito, até mesmo porque, conforme estatuto, o próprio capital social do cooperado constitui-se enquanto garantia aos empréstimos e financiamentos realizados.

Mesmo com essa vinculação direta da quantidade depositada e faturada nos armazéns da Coamo com um percentual de integralização em capital na Credicoamo, a participação desta rubrica contábil na composição do Patrimônio Líquido desta vem decrescendo em termos relativos, ainda que cresça em termos absolutos e valores reais. Saiu de 49,33% em 1995, indo para 38% em 2005, caindo para 35,68 em 2010, 32% em 2015 e fechou 2018 em 32%.

Outro item que resguarda a cooperativa de sócios oportunistas que, ao perceber um volume alto de quota-capital queiram solicitar demissão e depois retornar ao quadro social, é o Art. 17, quando referenda que, sócio demitido ou excluído, poderá reingressar no quadro social, desde que integralize todo o capital que detinha ao deixar de ser sócio.

5 CONFORMAÇÃO DO CONGLOMERADO EMPRESARIAL COOPERATIVO DA COAMO

5.1 ELEMENTOS INICIAIS DA CONFORMAÇÃO DO CONGLOMERADO

Desde sua constituição, enquanto cooperativa de crédito da Coamo, a Credicoamo parece realizar com eficiência seus propósitos de braço financeiro da cooperativa agropecuária mantendo vivo até os dias atuais os objetivos do projeto moldado à época pela equipe de Mário Krueel Guimarães.

Dentre outros aspectos que se mantêm inalterados neste modelo integrado entre as cooperativas, a composição da diretoria executiva é um deles, e talvez, o mais forte. Podendo ser também, o maior responsável pela manutenção do modelo original que projetou o ressurgimento do cooperativismo de crédito no Brasil, idealizado na década de 1980.

A composição padronizada da diretoria executiva⁶⁹ e os demais membros do conselho de administração, mandato no período de 2016 a 2020, apresentado pelas cooperativas pode ser visualizado, conforme exposição do quadro 1.

⁶⁹ Um aspecto observado refere-se à formação profissional dos três membros da diretoria executiva. Todos possuem a formação de engenheiro agrônomo, sendo que destes, dois foram extensionistas da antiga Acarpa - atual Emater/PR. Sendo assim, dois dos membros da diretoria executiva receberam a filosofia extensionista preparatória para atuação junto aos agricultores, descritas anteriormente.

Quadro 1 - Composição do Conselho Administrativo das Cooperativas Coamo e Credicoamo para o mandato referente ao período de 2016 a 2020.

Nome/Cooperativa	Credicoamo	Coamo
Presidente	José Aroldo Gallassini	José Aroldo Gallassini
Diretor Administrativo (vice-presidente)	Cláudio Francisco Bianchi Rizzato	Cláudio Francisco Bianchi Rizzato
Diretor Operacional (Tesoureiro)	Ricardo Accioly Calderari	Ricardo Accioly Calderari
Membro Vogal	Jorge Luiz Tonet	Nelson Teodoro de Oliveira
Membro Vogal	Antonio Gancedo	Joaquim Peres Montans
Membro Vogal	Rogério de Mello Barth	Wilson Pereira de Godoy
Membro Vogal	-	Anselmo Coutinho Machado
Membro Vogal	-	João Marco Nicaretta
Membro Vogal	-	Alessandro Gaspar Colombo

Fonte: Coamo e Credicoamo, 2018. Elaborado pela autora, 2019.

A diretoria executiva de ambas, é composta pelo presidente, diretor administrativo ou vice-presidente, e o diretor operacional ou tesoureiro⁷⁰. Estas são as pessoas que representam as cooperativas através de expediente diário.

Para o novo mandato, com eleições previstas para 2020, será implantado um novo modelo de governança, com a contratação de um diretor executivo - normalmente conhecido

⁷⁰ Conforme diagnosticado nas entrevistas, existe um regramento interno não escrito sobre responsáveis, ou pessoas de referência, que devem ser consultadas em primeira instância, sendo: para a Coamo, o nome de referência é de José Aroldo Gallassini e, para a Credicoamo, Ricardo Accioly Calderari.

através da sigla CEO⁷¹. Para a formalização de tal alteração organizacional fez-se necessário alterações estatutárias. Dessa forma, foram convocadas Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para Coamo⁷² e para a Credicoamo⁷³ (FUNCIONÁRIOS 2; 3, 2019).

O novo modelo de governança se efetivará através de uma direção executiva estatutária e de um diretor executivo contratado. Conforme entrevistas, a Diretoria Executiva Estatutária do novo mandato, manterá a mesma composição da atual. Acrescentar-se-á no organograma de cada cooperativa, um Diretor Executivo contratado (CEO). A informação que se tem, é que haverá um CEO para a Coamo e outro para a Credicoamo (FUNCIONÁRIOS 2; 3, 2019).

Esse modelo de governança em cooperativas é apontado por Bialoskorski Neto, Barroso, Rezende (2012) como aquele que possui um diretor presidente, eleito em assembleia, e um executivo profissional contratado, que receberá poderes específicos de decisão e de gestão, subordinado diretamente ao Conselho de Administração. O CEO desempenhará o papel de elo entre o Conselho Administrativo e os demais gerentes ou cargos de chefia da cooperativa. Segundo os autores, para que haja efetividade neste modelo de governança existe a necessidade do conhecimento da realidade e do contexto na totalidade da cooperativa: tanto conselho administrativo deve conhecer a realidade administrativa quanto CEO ter acesso aos aspectos e decisões diretivas.

Além desses aspectos apontados na integração diretiva e organizacional, do ambiente de trabalho compartilhado entre ambas, existe também uma espécie de submissão hierárquica informal entre os funcionários da Credicoamo aos da Coamo. Até 2017 essa submissão era materializada na figura do gerente. O gerente da unidade Coamo respondia pela unidade Credicoamo internamente instalada em seu entreposto. O maior cargo funcional existente na Credicoamo era o de “encarregado de unidade” (FUNCIONÁRIO 1; EX-FUNCIONÁRIO 1, 2, 4; SÓCIO 7, 2019).

O reconhecimento de integração nas relações organizacionais e na execução de atividades entre as duas cooperativas foram diagnosticadas em todas as entrevistas, independentemente da relação do entrevistado com as cooperativas. O que se diferenciou entre estas, é que algumas apontam características de subordinação, desvirtuando do princípio de

⁷¹ CEO proveniente do inglês *Chief Executive Officer*, em português significa Diretor Executivo. CEO é a pessoa com maior autoridade na hierarquia operacional de uma organização.

⁷² Fatores que foram supridos em Reforma Estatutária através da 57ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada pela Coamo no dia 02 de outubro de 2019 (COAMO, 2019).

⁷³ AGE ocorreu no dia 28 de outubro de 2019, apresentando no edital como pauta única do dia “Reforma integral do Estatuto Social com inclusão, exclusão e remanejamento de artigos e disposições, com ênfase na adequação da estrutura de Governança Corporativa em atendimento à Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional” (CREDICOAMO, 2019).

intercooperação. A seguir destacamos alguns apontamentos coletados nas falas emanadas nas entrevistas, e que corroboram essa situação.

Esse entrelace nas ações gera grande vínculo e em muitos casos dependência, a qual foi reconhecida e expressa quando da descrição da razão de existência da Credicoamo ser a Coamo. Além de sua razão existencial ligar-se a sua cooperativa de origem, sua finalidade é atender aos cooperados da Coamo, financiando-os em suas atividades. O custeio agrícola é a materialização deste vínculo, pois na Credicoamo só são financiáveis orçamentos da Coamo. Isso caracteriza a Coamo como a maior e principal cliente (ou beneficiada) da Credicoamo, mesmo que de maneira indireta (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

Atuando enquanto braço financeiro da Coamo, a Credicoamo proporciona por intermédio de seus cooperados, o acesso a grande parte dos recursos financeiros necessários para a Coamo executar suas atividades operacionais, administrativas, e de expansão.

Pondera-se, porém, que a Coamo, enquanto pessoa jurídica, não financia diretamente suas atividades na Credicoamo. Sendo assim, não há relação de dependência financeira direta oriunda de empréstimos entre as duas cooperativas (DIRETOR 1, 2019; FUNCIONÁRIO 1, 2019)

Na busca pela expansão e eficiência a Coamo realiza medidas administrativas e de gestão rígidas, incorporando ações empresariais em busca de melhores desempenhos financeiros e econômicos. Essa postura distancia a mesma dos princípios cooperativistas (SÓCIO 2; 7; EX-FUNCIONÁRIO 3; 4, 2019). O enquadramento cooperativo apresenta algumas benesses, deixando-a em situação de vantagem em comparação às demais empresas do setor agropecuário.

Seguindo a mesma filosofia de atuação a Credicoamo apresenta a mesma lógica organizacional e de trabalho incorporando ações empresariais nessa atuação compartilhada. Essa ação conjunta e direcionada possibilita uma atuação mais sólida, em busca do cumprimento da eficiência econômica.

Para o quadro social as cooperativas da Coamo oferecem algumas vantagens e benefícios. A estrutura física compartilhada possibilita que, num mesmo lugar, o cooperado tenha acesso a produtos e insumos agrícola, peças e implementos, orientação técnica e acesso a financiamentos e empréstimos. Este é um ponto relevante e positivo deste emaranhado cooperativo (SÓCIOS 1; 3; 4; 5; 6; 7, 2019).

Aliado a isso, o compartilhamento de informações também oferece uma comodidade a mais ao cooperado. O diálogo diário e o bom relacionamentos entre gerentes e demais funcionários Coamo e Credicoamo, numa dinâmica de proatividade, garante agilidade na

contratação de empréstimos, minimizando erros e reduzindo o tempo de espera. Neste trâmite proativo integrado, destaca-se que, na maioria das vezes, o peso maior nas decisões de empréstimo obedece ao viés Coamo – Credicoamo (SÓCIOS 1; 3; 4; 5; 6; 7, 2019).

5.2 SELETIVIDADE DO QUADRO SOCIAL: A COAMO ENQUANTO DIRECIONADORA DO PROCESSO ASSOCIATIVO PARA AS DUAS COOPERATIVAS

Estatutariamente, pode se associar a Coamo toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que pratique atividade agropecuária ou extrativa, com interesses que não prejudiquem nem colidam com os da Cooperativa. Outras cooperativas também podem integrar ao quadro social desta. Contudo, existem outros apontamentos a serem considerados, conforme descrito abaixo⁷⁴.

- Ser indicado/recomendado por um associado Coamo ou ser identificado como produtor com potencial pelos agrônomos ou gerente Coamo;
- Possuir vínculo com matrícula de imóvel rural, na condição de proprietário, parceria ou arrendatário. Conforme regulamentado no Estatuto Social, para os agricultores com contrato de parceria ou arrendamento, a vigência mínima é de dois anos da data de admissão ou quatro períodos agrícolas (Capítulo III, Art. 4º do Estatuto Social);
- Fazer proposta de inscrição levando, no ato da inscrição, a matrícula ou escritura do imóvel, CPF, documento de identificação pessoal, registro no INCRA, certidões dos cartórios distribuidores de ações cíveis, criminais e de protesto de títulos, das Comarcas onde tenha residido nos últimos cinco anos e, se for o caso, contrato de parceria ou arrendamento Art. 4 - §1º). Conforme relato do sócio 4 (2019), “eles estudam uns 6 meses tua vida”, só depois que vão aceitar ou não como sócio.
- Participar de curso básico de cooperativismo, ministrado pela Cooperativa, ocasião em que será aferida sua identificação com os objetivos da sociedade (Art. 4 - §2º). Após essas etapas leva-se o nome para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração;
- Dando continuidade ao processo associativo, o sócio fornecerá todas as informações necessárias ao preenchimento de sua ficha cadastral, subscrevendo as quotas-partes do Capital, com posterior assinatura da ficha de matrícula ou livro.

No procedimento de abertura da matrícula na Coamo, por ocasião da realização do cadastro do novo cooperado faz-se um diagnóstico completo, com levantamento e coleta de informações no comércio em geral e em outras instituições financeiras e bancárias (EX-FUNCIONÁRIO 3, 2019).

⁷⁴ Aspectos identificados nas entrevistas realizadas e também em consulta ao Estatuto Social da Coamo, protocolado junto à JUCEPAR em 02/09/2013, acessado para o levantamento de dados do presente trabalho.

A partir de cumprida as etapas acima, o cooperado passa a pertencer ao quadro social da Coamo, passando a realizar suas atividades de compra e faturamento com a cooperativa agroindustrial. Sendo assim, passa a construir um histórico de relacionamento junto à cooperativa, e é justamente essa uma das bases que o promoverá enquanto indicado ao quadro social da Credicoamo.

A grande meta do grupo Coamo é trabalhar para disponibilizar todos os insumos e produtos que o cooperado precisa, oferecendo ao sócio tudo o que ele precisa, para que ele não precise ir buscar nada fora do grupo. Existe um entrelace nas ações, amarrando as coisas entre Coamo e Credicoamo, com a intencionalidade de gerar dependência ao cooperado (FUNCIONÁRIO 3, 2019; EX-FUNCIONÁRIO 3, 2019).

A confirmação da lógica de expansão e territorialização de atuação, na qual a Coamo vai na frente, prepara o caminho, conquista associados, conhece eles, e seleciona os melhores para que se integrem ao quadro social da Credicoamo, são obtidas nas entrevistas, conforme transcritas a seguir. - “A Credi segue o caminho conforme a Coamo evolui e a conforme a Coamo quer”. - “Os novos sócios da Credicoamo precisam passar pelo crivo Coamo”. Os depoimentos relatam que o agrônomo da Coamo tem importante papel na expansão da Coamo, mas não só para esta. Ele também é fundamental para a Credicoamo na identificação, seleção e acompanhamento do quadro social (SÓCIO 2 e 3; EX-FUNCIONÁRIO 2, 3 e 4; 2019).

Em tese, todo sócio Coamo pode ser sócio da Credicoamo, mas isso depende do enquadramento/cumprimento à algumas exigências (FUNCIONÁRIO 2, 2019). Não pormenoriza quais exigências, mas nesta pesquisa levantaram-se alguns aspectos necessários para ser associado Credicoamo a serem descritos na sequência.

Com relação as indicações de sócios para a Credicoamo, realiza-se um mapeamento de todos os sócios da Coamo, utilizando-se de alguns critérios, por exemplo, sócios conceito A. Sócio conceito A na Coamo, é aquele que movimentava praticamente 100% com a Cooperativa, tanto na compra de agroquímicos e insumos, quanto no depósito da produção. O cumprimento de seus compromissos financeiros em dia, compõe um dos itens.

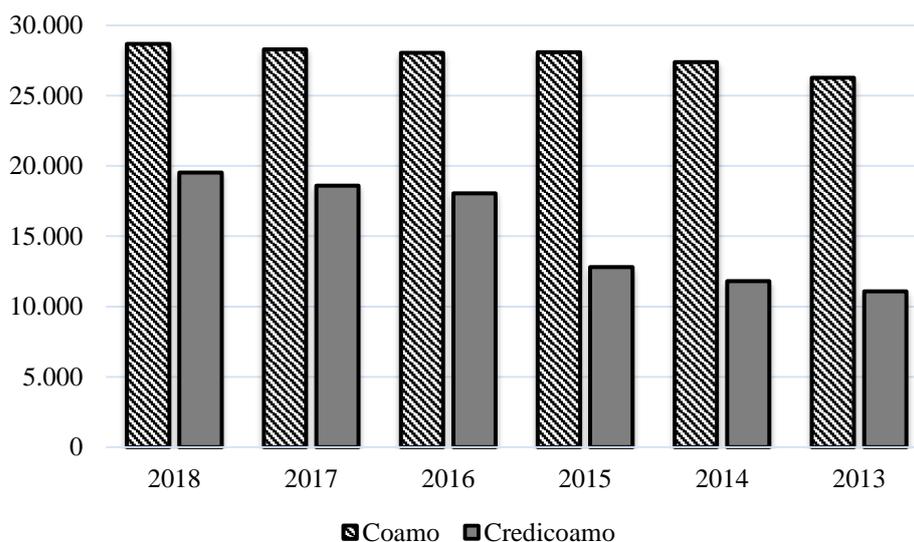
Ainda com relação ao conceito aferido ao sócio da Coamo, em seu Estatuto Social, a cooperativa traz no Art. 13 - §4º quando regulamenta que a cooperativa “emitirá anualmente relatório conceituando os associados”, remetendo aos incisos III e IV que tratam sobre a entrega da produção e a realização das demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais. Convergindo com o apontado pelos funcionários 1 e 3, na questão de fidelidade e reciprocidade à cooperativa, tanto na compra quanto na venda, observando sempre a pontualidade. A seletividade leva em conta o histórico junto à Coamo considerando itens como

relacionamento e idoneidade. Na idoneidade considera-se a pontualidade em honrar os compromissos assumidos junto a Coamo.

Trabalhando nessa lógica organizacional de entrelace nas ações entre as cooperativas é que os agrônomos e o gerentes da Coamo executam um filtro dentre os sócios desta para indicação de associados para a cooperativa de crédito.

Conforme descrito anteriormente acerca do estudo/acompanhamento seletivo realizado aos sócios da Coamo antes dos mesmos serem convidados/indicados a integrar ao quadro social da Credicoamo, percebe-se que, nos últimos 3 anos, do público potencial de associados à Coamo, mais de 60%, já estão sob controle estrito do agrupamento Cooperativo Coamo - Credicoamo. O gráfico 15 nos traz essas informações.

Gráfico 15 - Associados totais no encerramento contábil anual Coamo e Credicoamo. Percentual de associação a Credicoamo do potencial total Coamo.



Fonte: Coamo - Relatório anuais de Gestão, 2019; Credicoamo - Portal do Cooperativismo - Ranking SFN, 2018 e 2019. Elaborado pela autora, 2019.

A pesquisa revela um aumento expressivo no número de associados na Credicoamo em 2016. Este fato deve-se a uma mudança de procedimentos que levou à filiação de cônjuges ligados a membros já associados, já abordado anteriormente neste trabalho.

Com relação à Credicoamo, o conceito do sócio é conforme a classificação das operações de crédito, estabelecidas pelo Banco Central através da Resolução 2.682/1999⁷⁵ (FUNCIONÁRIO 1; 3; 2019).

⁷⁵ Para consulta do texto na íntegra vide: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/44961/Res_2682_v2_P.pdf>.

5.3 UMA INTEGRAÇÃO QUE SE UTILIZA DE RECURSOS PÚBLICOS SUBSIDIADOS: O CUSTEIO AGRÍCOLA

As relações de integração entre Coamo e Credicoamo, que garantem a eficiência técnica e econômica, ou eficiência tecnocrática conforme Azerêdo (2016), ao grupo Coamo, ficam mais evidentes ainda na conjugação de operações administrativas e operacionais a viabilizar os financiamentos de custeio agrícola. O entrelace das ações inicia-se na manifestação de intenção de financiar a lavoura por parte do cooperado.

Diferentemente das outras instituições financeiras que operacionalizam crédito rural, o cooperado sócio da Credicoamo formaliza a intenção do crédito após ter realizado o fechamento do “pacote agrícola da safra” na Coamo. A formalização do fechamento deste pacote agrícola é realizada através da assinatura em um documento chamado “Contrato particular de fornecimento de insumos” (ANEXO 2). Assim, a Coamo, através de seus agrônomos, realiza o diagnóstico orçamentário e o fechamento do pacote agrícola para venda de insumos e agroquímicos necessários para o ciclo completo da lavoura. Este diagnóstico orçamentário é a base para o financiamento a ser realizado pela Credicoamo. Importante destacar que, a assinatura no contrato particular de fornecimento de insumos ocorre antes da submissão da proposta de financiamento ou empréstimo na Credicoamo. A venda já foi executada pela Coamo e o sócio já possui saldo devedor junto a ela (FUNCIONÁRIO 1; SÓCIO 1; 3; 5;6;7; EX-FUNCIONÁRIO 1; 2; 3; 4; 2019).

Nas cláusulas do contrato particular de fornecimento de insumos, dentre outros aspectos, há normatização sobre o prazo de retirada dos itens que constituem o pacote agrícola. A Cláusula primeira especifica que a transação tem como base o ato cooperativo, conforme a lei 5.764/1971, caracterizando os produtos fornecidos pela cooperativa enquanto insumos. No parágrafo 1º discorre sobre a possibilidade de troca de insumos, o que, segundo o Sócio 6 (2019), só é realizado se houver a manifestação de interesse de outro cooperado para que não haja perdas por parte da cooperativa em produtos que fiquem muito tempo no estoque. Os parágrafos 2º e 3º serão transcritos na íntegra abaixo:

§2º.: Os INSUMOS são desde já disponibilizados pela COOPERATIVA para retirada pelo (s) COOPERADO (S), a qual deverá ocorrer até a data mencionada no item VI acima, após prévia formalização de solicitação de retirada por este último perante a qualquer das unidades da COOPERATIVA com antecedência mínima de 05 (cinco) dias contados da pretendida data de retirada, correndo por conta do (s) COOPERADO (S) o transporte dos INSUMOS e respectivas despesas.

§3º.: Considerando que o fornecimento e a utilização de INSUMOS deve respeitar os regulamentos emanados pelo MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento e das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária: a) relativamente as sementes eventualmente descritas no item IV, estas serão disponibilizadas pela COOPERATIVA para retirada pelo(s) COOPERADO(S) não de imediato, mas sim após a data que se der a definição pelo MAPA do zoneamento de plantio da safra à qual as sementes se destinam; b) relativamente aos fungicidas, herbicidas e inseticidas eventualmente descritos no item IV acima, estes serão disponibilizados pela COOPERATIVA para retirada pelo(s) COOPERADO(S) não de imediato, mas sim quando a cultura para a qual se destinem, atingir os estágios que demandem a utilização dos mesmos.

O item IV a que se refere o §2º é descrito como data limite para retirada. No caso do contrato a que se teve acesso, esta data é oito meses após a data de emissão deste.

Concomitante ao contrato particular de fornecimento de insumos é realizado um outro documento denominado de “Planejamento de Insumos” (ANEXO 3), que por sua vez, descreve os insumos que deverão ser utilizados em cada estágio da lavoura. Este documento está organizado da seguinte forma:

- 1) Pré-plantio: dessecação;
- 2) Plantio: fertilizantes; sementes; tratamento de sementes;
- 3) Desenvolvimento vegetativo: Herbicida pré/pós; Inseticida; Micronutriente; Fungicida + óleo;
- 4) Florescimento: Inseticida; Fungicida + óleo; Micronutriente;
- 5) Enchimento de Grãos: Inseticida; Fungicida + óleo; Micronutriente;
- 6) Maturação: Inseticida; Percevejo; Dessecação pré-colheita;

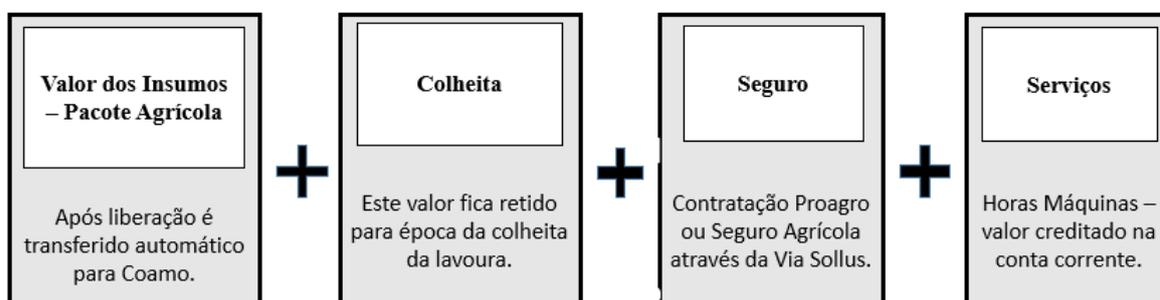
Assim sendo, com a junção dos dois documentos elaborados pelo agrônomo da Coamo têm-se uma ferramenta de gestão de estoque para a Coamo e ferramenta de auxílio da gestão produtiva na propriedade, ao sócio. Por outro lado, este documento, nas cláusulas que amarram a retirada do insumo ao estágio evolutivo dos cultivos, se constitui num controle rigoroso por parte da Coamo, da utilização ou não do insumo por parte do cooperado. Para qualquer alteração de insumos ou ainda eventual necessidade (ou não necessidade) de aplicação deste, faz-se necessário um laudo agrônômico. Toda e qualquer alteração deste planejamento de insumos deve ser pautada em opinião/indicação de agrônomo da Coamo (SÓCIO 5; 6, 2019).

Nas entrevistas realizadas que contaram com a abordagem do fluxo ou trâmite interno para a realização do financiamento de custeio agrícola na Credicoamo, todas confirmam a interdependência operacional entre Coamo e Credicoamo. Ficou evidente a realização da venda antecipada do pacote agrícola, com emissão do contrato particular de fornecimento de insumos pela Coamo, antes mesmo da análise e aprovação do custeio agrícola pela Credicoamo. Essa fixação de valor pela Coamo ao financiamento agrícola que será liberado pela Credicoamo tem uma caracterização de subordinação da Credicoamo as decisões técnicas e de valores da Coamo.

A Coamo organiza sua atuação através de campanhas. A campanha de contratação do pacote agrícola para a nova safra dura de 2 a 3 semanas, em junho/julho. A contratação deste já contempla todos os itens para a condução da lavoura em seus estágios evolutivos. Esse “cuidado” garante contratação de crédito rural e a adesão a seguro, que pode ser o governamental Proagro ou o seguro agrícola através da corretora Via Sollus. Não há contrato de custeio agrícola sem adesão ao seguro (SÓCIOS 1; 5; 6; 7, 2019).

O valor do financiamento de custeio agrícola na Credicoamo é composto pelo valor dos insumos adquiridos na Coamo por ocasião do fechamento do chamado pacote agrícola, mais valor orçado com despesas alusivas a serviços de horas máquinas, que podem conter plantio, dessecagem e outros tratamentos culturais. Contém também, o valor do seguro contratado que pode ser o governamental Proagro ou de maneira particular, o seguro agrícola contratado pela corretora Via Sollus, e o valor orçado com as despesas para a colheita da produção. A figura 1 exemplifica a composição do saldo a ser financiado.

Figura 1 - Composição do valor do financiamento agrícola de custeio na Credicoamo e sua indicação de destinação.



Fonte: Entrevistas, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Os itens mencionados na figura 1, estão descritos no projeto técnico de custeio agrícola, elaborado pelo agrônomo da Coamo, o qual é parte fundamental e embasadora da operação de financiamento, compondo obrigatoriamente o *dossiê* da operação de crédito rural.

Nas unidades da Coamo em que não há posto de atendimento da Credicoamo, o preenchimento e montagem do *dossiê* da proposta de custeio agrícola é realizada por funcionários da Coamo. Nestes casos, o gerente da Coamo recolhe as propostas de financiamentos/empréstimos e leva ao gerente da Coamo em uma cidade que possui Credicoamo, o qual faz a análise da capacidade de pagamento, viabilidade, e define pela aprovação ou não da proposta. Essa dinâmica do gerente da Coamo responder e intervir no gerenciamento e decisões da Credicoamo deixou de existir após 2017, pelo menos no papel.

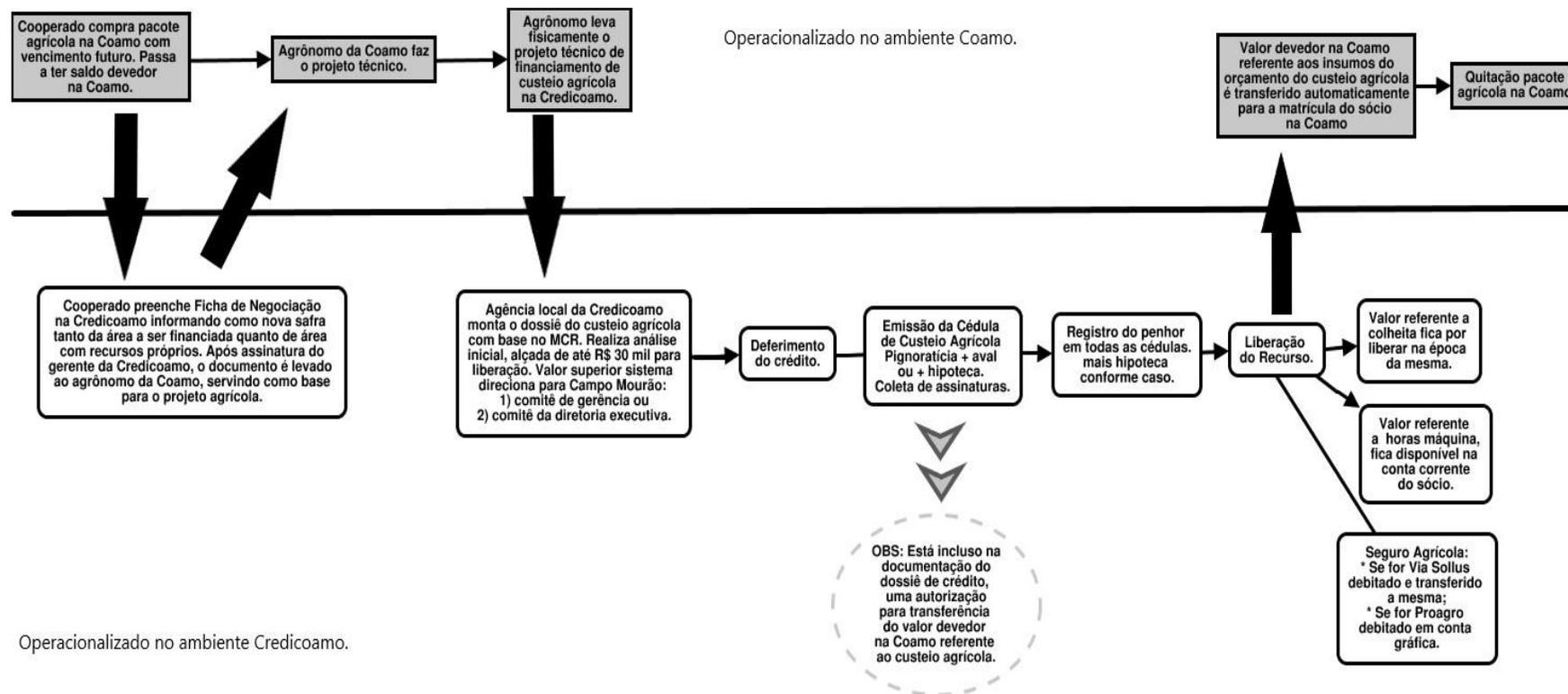
Posteriormente era repassado à Credicoamo para término da montagem do *dossiê*, emissão de cédula, posterior registro em cartório, finalizando com a liberação do recurso financeiro (EX-FUNCIONÁRIO 3, 2019).

Neste exemplo acima, fica evidente que existe integração na prestação de serviços entre Coamo e Credicoamo para cargos que vão além do Gerente. Assim, atendente, agrônomo e gerente Coamo prestam serviços para a Credicoamo. Assim como, relatou que mesmo informalmente e com a figura de um gerente na Credicoamo, o gerente da Coamo tem voz e vez ativa em muitas decisões de gerenciamento da Credicoamo, especialmente nas operações de financiamento agrícola de custeio e investimento.

Observa-se que, somados o projeto técnico que originou a operação de financiamento agrícola na Credicoamo, com o planejamento de insumos, que possui o cronograma e a retirada dos insumos estritamente controlados pela Coamo, obtém-se um controle amplo sobre a organização produtiva do cooperado.

Sobre o trâmite ou fluxo interno nas operações de custeio agrícola, o processo de análise das propostas que se seguem até a liberação do valor é realizado conforme figura 2.

Figura 2 - Fluxo Interno de procedimentos operacionais e administrativos no processo de contratação e liberação do custeio agrícola na Credicoamo. Desde a contratação do pacote agrícola até a liquidação do saldo devedor na Coamo.



Operacionalizado no ambiente Credicoamo.

Fonte: Entrevistas, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

Todo sócio Coamo possui um limite de crédito, o qual recebe a denominação de Abertura de Crédito Rotativo (ACR), que possui uma garantia real, que deve ser sempre em primeiro grau. Esta mesma matrícula pode se constituir, enquanto garantia de segundo grau, para operações formalizadas na Credicoamo (SÓCIO 7; EX-FUNCIONÁRIO 3, 2019).

Após a contratação do pacote agrícola, o trâmite pode seguir por 2 fluxos: um deles é o agrônomo da Coamo realizar o projeto agrícola com base neste contrato e posteriormente levar à Credicoamo, e o outro, é o sócio ir até a Credicoamo e fazer sua intenção de financiamento através de um documento chamado de “Ficha de Negociação” e levar ao agrônomo para fazer o projeto técnico.

Essa possibilidade de trâmite duplo, pode ser caracterizada como um direcionamento de procedimentos conforme a classificação interna (denominada de *rating*) do sócio Coamo. Infere-se que o sócio com melhor classificação, quando chega na Credicoamo já possui o projeto técnico pronto. O sócio que possui um *rating* de menor conceito precisa realizar a intenção de financiamento na Credicoamo, passando por uma primeira “análise” na Credicoamo, para posterior elaboração do projeto técnico. Contudo, pondera-se que, conforme os relatos, a decisão de financiamento do custeio agrícola na Credicoamo, está muito mais atrelada ao deferimento na Coamo do que da própria Credicoamo.

A ficha de negociação é um documento elaborado na Credicoamo, que possui informações sobre o cultivo da próxima safra do cooperado. Este documento contempla informações sobre a área a ser financiada e sua garantia, mas também traz informações sobre a área que será cultivada com recursos próprios. Neste documento há a assinatura do sócio em conjunto com a do gerente da Credicoamo (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

Na sequência do fluxo operacional, o agrônomo da Coamo elabora o projeto técnico, que fará parte do *dossiê*⁷⁶ de financiamento a ser montado na Credicoamo, conforme normatiza o MCR.

Com base no enquadramento de risco interno, e do histórico do associado, o sistema emitirá o enquadramento da proposta por comitê conforme alçada de análise. A agência local tem alçada até R\$ 30.000,00. Valores acima, o sistema direciona ao comitê externo conforme valor e alçada competente. As alçadas externas ficam em Campo Mourão, e estão organizadas nos seguintes níveis: 1) Comitê Gerência: de competência do coordenador/responsável pela área de crédito e financiamentos e, 2) Comitê Diretoria: alçada dos diretores executivos (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

⁷⁶ Compõem o *dossiê* a análise de solo, cópia da matrícula, croqui, garantias e consultas Serasa e central de risco (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

Importante salientar que, o trâmite das operações possui um fluxo muito rápido porque além da Credicoamo estar localizada na mesma estrutura física da Coamo, existe também, um compartilhamento de informações, através de relatórios gerenciais da Coamo diretamente acessíveis pela gerência da Credicoamo. Junto com o projeto técnico vai um parecer do agrônomo e outro do gerente da Coamo com considerações acerca da operação de financiamento, incluindo um relatório sobre o *rating* Coamo do sócio. O relatório da Coamo serve como base para a tomada de decisões e encaminhamentos da Credicoamo (EX-FUNCIONÁRIO 3, 2019).

Além deste compartilhamento de relatórios, os gerentes da Credicoamo têm acesso ao sistema operacional da Coamo, chamado CORVU, no qual é possível acessar a matrícula de todos os cooperados Coamo, exceto da diretoria executiva, e visualizar seu histórico e movimentações. O inverso não acontece, o gerente Coamo não tem acesso ao sistema operacional da Credicoamo por questões de sigilo bancário (FUNCIONÁRIO 1; EX-FUNCIONÁRIO 1; 2; 3; 4, 2019).

Com relação à diretoria executiva, nenhum dos membros da executiva fazem operações de financiamento ou empréstimo na Credicoamo (FUNCIONÁRIO 1; EX-FUNCIONÁRIO 3; 4, 2019).

Dando sequência ao trâmite interno da proposta de custeio agrícola, sendo esta deferida, procede-se o cadastramento da operação junto ao sistema operacional da Credicoamo, com a geração da cédula de financiamento, com inclusão das devidas garantias, com posterior coleta de assinaturas e registro em cartório competente.

Importante destacar que, todas as cédulas possuem penhor da safra, são pignoratícias⁷⁷, e são registradas⁷⁸ em cartório⁷⁹. Este penhor da safra permite que a Coamo possa reivindicar à safra no momento da colheita assegurando à mesma o direito legal de tomar medidas coativas em relação à produção eventualmente desviada.

Com relação ao *dossiê* formalizado, juntamente com a assinatura da cédula de financiamentos e demais documentos há a assinatura em termo de autorização de transferência

⁷⁷ Cédula Rural Pignoratícia apresenta a descrição da espécie e quantidade do bem em penhor, bem como descreve o local onde deve ser depositado o mesmo. As definições detalhadas podem ser consultadas no Decreto-Lei 167/1967, capítulo II, seção II. No caso do custeio agrícola financiado pelas cooperativas em questão, descreve que o montante “x” da produção calculado conforme o saldo devedor na Credicoamo, deve ser depositado em armazém da Coamo.

⁷⁸ Para garantir a eficácia da averbação do penhor da produção na época da safra, a cédula rural pignoratícia deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, conforme orienta o Decreto-Lei 167/1967, capítulo III, seção I.

⁷⁹ Conforme relato do ex-funcionário 1 (2019), em uma das unidades Credicoamo que trabalhou, algumas raras exceções de cédulas financiadas não eram registradas em cartório. Relatou que se tratavam de valores menores e para sócios tradicionalmente ótimos pagadores.

bancária em favor da Coamo, do montante referente aos insumos adquiridos. Quando o recurso financeiro referente ao custeio agrícola é liberado na Credicoamo, o valor referente aos produtos adquiridos na Coamo é transferido automaticamente para quitação do saldo devedor (FUNCIONÁRIO 1; SÓCIO 1; 3; 5; 6; 7, 2019).

Jorge Tonet, confirma este elo interno no trâmite da documentação, revelando que o valor do financiamento é definido no ambiente Coamo: “Fazemos nossos projetos na Coamo e depois só voltamos na Credicoamo para assinar a documentação, sem burocracia ou demora no atendimento” (REVISTA COAMO, 2019, p.45). As falas: “É tudo vinculado entre Coamo e Credicoamo” e que este modelo de negócio oferece “facilidades de fazer tudo num único lugar” foram repetidas nas entrevistas realizadas com os associados. Para o cooperado esse trâmite interno oferece alguns benefícios ou facilidades, tais como, comodidade e agilidade, além da segurança quanto a disponibilidade dos insumos orçados, bem como seu financiamento e, no momento da colheita, a garantia de ter onde depositar a produção. A proatividade disponibilizada aos cooperados é a contrapartida ao controle dos processos exercidos e executados pelos funcionários Coamo e Credicoamo.

Finalizada a parte da liberação do crédito, parte-se para o cumprimento das etapas descritas, tanto no projeto quanto do planejamento de insumos, para os quais o agrônomo da Coamo tem papel fundamental. Nesta fase, a integração no acompanhamento ao cooperado e os estágios da lavoura ficam por conta do lançamento das informações por ocasião da realização das visitas do agrônomo à lavoura.

O gerente da Credicoamo através de seu acesso ao sistema operacional da Coamo, acompanha o andamento da lavoura, via laudos de visita, que contemplam a projeção de produtividade a ser auferida por alqueire ou hectare. Esse monitoramento permite antever ações no caso de frustração na produtividade. Na época da colheita permite acompanhar a produção depositada. Sendo possível identificar desvios de produção (FUNCIONÁRIO 1; EX-FUNCIONÁRIOS 1; 2; 3; 4, 2019).

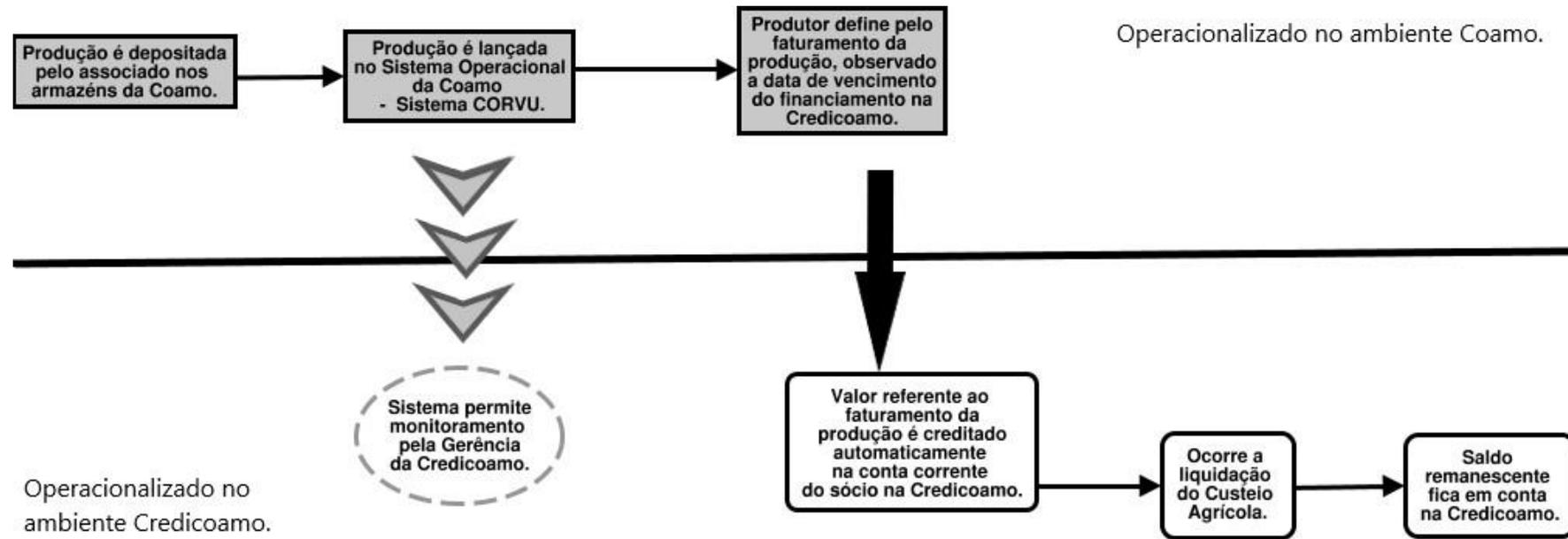
Assim como no momento da orçamentação do custeio, todas as demais etapas e ações do financiamento de custeio agrícola estão entrelaçadas e se refletem nos números e indicadores administrados por ambas as cooperativas.

Como fruto dessas ações gerenciadas e controladoras, de funcionários da Credicoamo em conjunto com a Coamo, a inadimplência apresentada pela Credicoamo é reduzida, segundo Gallassini é de 0,2% (GAZETA DO POVO, 2019). No encerramento contábil de 2018, pelos números apresentados calculou-se em 0,4%.

Ainda sobre o controle sobre o capital emprestado ao sócio, a Credicoamo envia mensagens em forma de lembretes, categoricamente, para todas as operações vincendas, com dez dias de antecedência. Este é o prazo que o sócio tem para se organizar para o pagamento ou se articular no pedido de renegociação. Após a operação de crédito vencida, não é possível fazer pedido de renegociação. E ainda, todo crédito vencido é cobrado judicialmente (SÓCIO 1; 6, 2019).

No prazo de vencimento do financiamento de custeio agrícola, quando o cooperado define pelo faturamento da produção, o valor referente ao saldo devedor da cédula de custeio agrícola é transferido automaticamente para a Credicoamo para liquidação do mesmo. O fluxo da liquidação da cédula de crédito rural na Credicoamo, desde a entrada da produção nos armazéns da Coamo, pode ser observado na figura 3.

Figura 3 - Fluxo da liquidação de custeio agrícola na Credicoamo, contemplando fluxo desde o depósito da produção nos armazéns Coamo.



Fonte: Entrevistas, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

O fluxo esquematizado acima finaliza o processo de financiamento de custeio agrícola pela Credicoamo para os “melhores associados da Coamo”. Assim como a Credicoamo está para financiar as vendas da Coamo aos associados, os agrônomos da Coamo estão para fiscalizar os financiamentos da Credicoamo. Os funcionários Coamo e Credicoamo⁸⁰ devem manter um ótimo relacionamento, com diálogo diário. Isso demonstra a orientação de manter-se o alinhamento operacional e estratégico entre ambas, além da manutenção do domínio das informações acerca da vida financeira e comportamental do associado (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

Conforme Diretor 1 (2019), a nível geral, “os custeios realizados pela Credicoamo representam em torno de 80% do valor dos insumos fornecidos ao quadro social da Coamo”. Sendo assim, essa integração da cooperativa agroindustrial com sua cooperativa de crédito, representa significativa e importante base de sobrevivência e expansão para a Coamo.

Outro aspecto diagnosticado nesta pesquisa, o qual será apenas apontado sem maior aferição e análise, trata-se da formalização de convênio junto ao BRDE, repasse de recursos destinados a financiamento em operações de investimento. O Termo nº1 é descrito na linha do tempo no *site* da Credicoamo como: “formalização de convênio junto ao BRDE através do Termo nº 1, para acesso ao repasse de recursos do BNDES, para aquisição de bens e insumos fornecidos pela Coamo”. Ou seja, específico para aquisições realizadas na cooperativa originária da Credicoamo, vinculando o financiamento desta à comercialização da Coamo. Assim sendo, evidencia-se o entrelace nas operações com recursos subsidiados para além do custeio agrícola (CREDICOAMO, 2019).

Há também linha de empréstimo com recursos próprios que leva o nome Coamo em sua denominação lançado em 2018: Credi Insumos Coamo, formalizado através de termo de cooperação técnica, com recursos destinados ao financiamento dos insumos adquiridos na Coamo (CREDICOAMO, 2019; COAMO 2019).

Dessa forma, essa integração garante a evolução da Coamo através da venda de seus insumos e demais produtos comercializados por esta, e da Credicoamo, que realiza transações financeiras com sócios que já passaram pelo crivo de seletividade da Coamo. Aliado a tudo isso, tem-se a estrutura física e de sistema, diretiva e funcional que caminham alinhadamente em suas estratégias de expansão e econômica. No alinhamento funcional, têm-se como

⁸⁰ Esta orientação faz parte das normas não escritas do grupo cooperativo Coamo, assim como o fluxo de liberação e liquidação de custeio agrícola e do acesso as informações no sistema da Coamo pelos gerentes da Credicoamo.

exemplo, a isenção⁸¹ do serviço de assistência técnica prestados pelos agrônomos da Coamo quando da elaboração do projeto técnico e posteriores laudos de fiscalização e vistoria dos estágios produtivos que são parte obrigatória no *dossiê* de crédito rural.

5.3.1 Controle e Regramento do Quadro Social: Procedimentos de eliminação e exclusão

Caso ocorram problemas financeiros com o cooperado e o mesmo não consiga honrar com seus compromissos junto a Credicoamo, ele não poderá mais fazer parte do quadro social. O sócio com histórico de inadimplência, após a execução judicial, é eliminado do quadro social (SÓCIO 1; 3 e 4, 2019).

A eliminação do quadro social está amparada na redação dada ao Art.12, na seção VI do estatuto social da Credicoamo.

Art.12. A eliminação do associado é aplicada em caso de infração legal, deste Estatuto, de deliberações/resoluções da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, por praticar atos contrários ao espírito Cooperativista e à harmonia do quadro social ou por levar a Cooperativa à prática de atos judiciais de qualquer espécie, e será procedida por decisão do Conselho de Administração e comunicada ao infrator (CREDICOAMO ESTATUTO SOCIAL, 2017).

Ainda sobre a eliminação de associado resguardando a Cooperativa ao ressarcimento de seu capital, o parágrafo 4 do Art.12 completa:

§4º. O associado que levar a Cooperativa à prática de atos judiciais para adimplemento das suas obrigações pessoais poderá ser eliminado do quadro social, e a Cooperativa poderá utilizar do capital social do mesmo para amortizar nos referidos débitos, mantendo em saldo o valor mínimo exigido para ingresso na Cooperativa, na forma do parágrafo 2º, do artigo 14, deste Estatuto (CREDICOAMO ESTATUTO SOCIAL, 2017).

Conforme Azerêdo (2016), a prática de eliminação ou ainda exclusão do quadro social, foi utilizada pela Coamo no início da década de 1990 perdurando, de maneira mais intensa, até início dos anos 2000. O autor caracteriza esta prática como “uma política de redução da base de cooperados”. Relata da existência de casos de exclusão do quadro social em que o cooperado não foi ressarcido do valor que havia integralizado de quota-capital. A exclusão deu-se, principalmente, no cooperado campesino mais pobre, mini fundiário.

⁸¹ O percentual referente à assistência técnica é descontado quando da liberação do recurso em conta corrente, para ficar registrado em conta gráfica. Posteriormente, num prazo de 30, este valor é restituído ao sócio através de um crédito em conta corrente de titularidade do sócio.

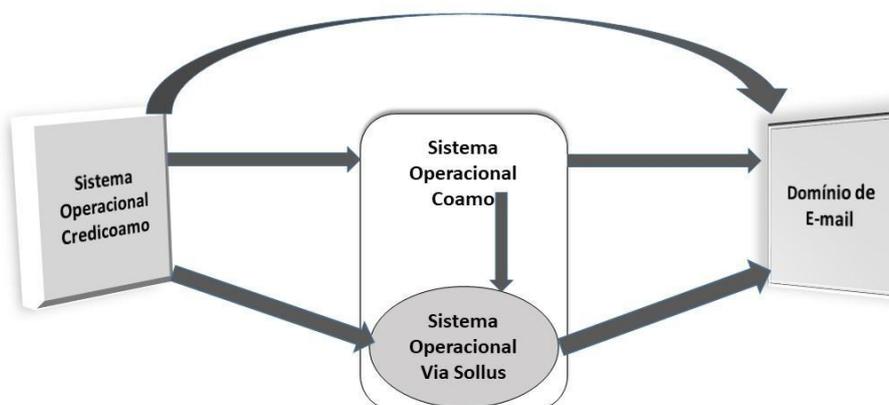
A política de controle e regramento comportamental ao sócio⁸² faz parte da política administrativa e organizacional das duas cooperativas. Em muitos pontos elas convergem de tal forma que dificulta a identificação se é ação Coamo e/ou Credicoamo.

5.3.2 Compartilhamento e Uso das Informações Dentro do Grupo Coamo

Além do compartilhamento de informações entre Coamo e Credicoamo sobre as movimentações do sócio no ambiente Coamo, há também, o compartilhamento de sistema no provedor de e-mail utilizado, tanto funcionário da Coamo quanto funcionário da Credicoamo utilizam em seu endereço o “@coamo.com.br”.

Integração semelhante ocorre com outra entidade controlada pela Coamo, a Corretora de Seguros Via Sollus. O sistema da Corretora Via Sollus possui seu ambiente de trabalho integrado ao sistema operacional da Coamo, sendo acessado tanto pela Coamo quanto pela Credicoamo (FUNCIONÁRIO 1; EX-FUNCIONÁRIO 1; 2; 3; 4, 2019).

Figura 4 - Compartilhamento sistêmico conforme diagnóstico.



Fonte: Entrevistas, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

⁸² Ao quadro de funcionários pertencentes ao grupo cooperativo Coamo existe uma rigidez grande com relação a comportamento dentro e fora do ambiente de trabalho. Isso inclui aspectos da vida profissional e pessoal, por exemplo, não possuir histórico de mau pagador e comportamental junto à sociedade. Não pode também confraternizar com colegas de trabalho em ambiente que não seja sob o domínio Coamo.

No quesito inter-relações com a Via Sollus, esta empresa do grupo Coamo é responsável pela corretagem dos seguros contratados ou comercializados no ambiente Coamo e Credicoamo. Os seguros negociados pela Via Sollus podem ser contratados também por terceiros. A parte negocial - taxas, percentuais de coberturas, regras de enquadramento, subvenções entre outros - com as seguradoras, é realizada pela gerência da Credicoamo. Em casos pontuais essas negociações são conduzidas pela gerência da Via Sollus. Isso demonstra que há uma integração nas questões gerenciais entre duas “subordinadas” da Coamo. O seguro dos bens do grupo Coamo⁸³ e de seus funcionários, tramitam pela Via Sollus (FUNCIONÁRIO 1, 2019).

Os funcionários da Via Sollus possuem acesso ao cadastro dos associados da Coamo. Dessa forma, eles têm uma excelente ferramenta de vendas, repleta de informações cadastrais que se mantém atualizada através dos serviços dos funcionários da Coamo (EX-FUNCIONÁRIO 4, 2019).

Há compartilhamento de informações para a realização da cotação e contratação de seguro agrícola. O Seguro Agrícola Credicoamo VIP⁸⁴, possui cobertura com base na produtividade histórica do agricultor, a qual considera o volume de produção depositado nos armazéns da Coamo, consultado pelos funcionários da Via Sollus no sistema Coamo. Outro exemplo, é o seguro agrícola Credicoamo Talhão⁸⁵, que possui cobertura referente à produtividade de cada item/talhão, contemplando especificidades produtivas inerentes a cada área ou matrícula, ou região.

⁸³ Aqui contempla seu ativo permanente, suas indústrias, funcionários e demais itens seguráveis que estão sob domínio do agrupamento Coamo.

⁸⁴ Produto lançado em 2017.

⁸⁵ Produto lançado em 2012.

6 DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

6.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO MOLDADO PELO GRUPO COAMO

Conforme exposto anteriormente, as operações de custeio agrícola com recursos subsidiados cadastradas pela Credicoamo junto ao SNC, revelam que a maior destinação de recursos fomenta a produção de soja. Somente no ano de 2018, do montante total acessado R\$1,08 bilhões, 65,21% foram destinados a esta *commodity*, cujo valor médio por contrato contabilizou R\$ 158.672,57. Considerando o Valor Básico Custeio (VBC)⁸⁶ na maior produtividade por hectare, em média, foram financiados 62,52 hectares por contrato. Sendo assim, numa análise direta, são financiados 3,47 módulos fiscais⁸⁷ por contrato. Poderia se dizer que a grande fatia de cooperados se enquadra como pequenos produtores rurais⁸⁸, que conforme normatização do MCR poderiam se enquadrar como beneficiários da linha PRONAF ou PRONAMP.

Ocorre, pois, que, ao se observar o cadastramento das operações de crédito, o montante operacionalizado pela Credicoamo com a finalidade “sem programa” e “sem subprograma” tem apresentado evolução positiva no período de 2013 a 2018. Essas operações destinam-se a produtores rurais que não se enquadram em programa específico, ou seja, não cumprem os requisitos regulamentados por programa. Se tratam de grandes produtores, que desenvolvem agricultura empresarial (FUNCIONÁRIO 3, 2019).

Aliado a esses dados numéricos tem-se informações coletadas neste trabalho e em outros, a exemplo de Azerêdo (2016), que identificam uma “preferência” da Coamo em se trabalhar com produtores de médio a grande porte e pelo do cultivo à soja. Não incentivam a pequena propriedade nem a diversificação, se os sócios cultivam só *commodities* fica mais fácil o controle e acompanhamento (SÓCIO 1; 5; 6; 7, 2019).

Soma-se nesse emaranhado de fomento financeiro e orientativo no cultivo preferencial desta *commodity*, a utilização de cultivares que apresentam alta produtividade incorporando as inovações tecnológicas de manejo e produção. Como garantia na condução destes processos estão os agrônomos orientando e fiscalizando a fim de garantir a eficiência tecnocrática, apontada por Azerêdo (2016).

⁸⁶ Como referência utiliza-se o VBC da região centro-oeste do Paraná, adotado por uma cooperativa de crédito, com a produtividade mínima de 3,51 e máxima 4,00 toneladas por hectare, no valor de R\$ 2.538,00/hectare.

⁸⁷ Módulo fiscal para a região é de 18 hectares, conforme Incra.

⁸⁸ Conforme classificação disponível no site do Incra: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>.

E como elo entre as duas cooperativas, tem-se a missão destas alinhadas, voltadas aos aspectos de geração e agregação de renda. A Coamo define o público a ser associado em sua missão: “Gerar renda aos cooperados com desenvolvimento sustentável do agronegócio”. A missão da Credicoamo apresenta-se com o objetivo de “Agregar renda aos cooperados por meio de soluções financeiras sustentáveis”. Dessa forma se conectam e se complementam intrinsecamente expondo através da missão sua filosofia de trabalho, que objetiva a geração e agregação de renda, pautada no modelo produtivo do agronegócio.

A Credicoamo atua enquanto braço financeiro viabilizador de acesso aos recursos financeiros subsidiados e destinando grande volume desses recursos ao financiamento de soja para o produtor rural enquadrado como médio ou grande. Dessa forma, atua disseminando a vertente capitalista de produção no campo, através do incentivo da monocultura e da produção em escala. Isso demonstra sua atuação no reforço à concentração de renda e patrimônio, além da forte atuação e controle em seu quadro social com relação aos seus recursos financeiros.

O fomento a este modelo produtivo vai ao encontro dos objetivos de sua cooperativa originária. A Coamo atua fortemente no mercado exportador de *commodities*, especialmente soja, sendo a maior exportadora de grãos do Estado em 2018. Além do mercado exportador *in natura*, através de seu complexo industrial, realiza processamento mínimo⁸⁹, transformando a soja, conforme a demanda do mercado externo.

Assim sendo, a conjugação de forças Coamo e Credicoamo trabalha, através da exploração primário produtiva por intermédio da mão de obra de seus associados em atendimento a demanda do mercado externo. Além da extração de mais valia através da exploração orientada/conduzida da mão de obra de seus cooperados e funcionários, há o fomento à exportação de riquezas produzidas através do manejo e exploração dos recursos naturais.

O modelo produtivo do agronegócio visa a produção e produtividade em escala, incorporando, num ciclo contínuo, novas tecnologias e cultivares, altamente dependentes de insumos e agroquímicos. Esse modelo acentua a dependência de insumos químico-genéticos de alto risco aos seres humanos e ao ecossistema.

Fomentar a produção de soja não transgênica, ou ainda, o cultivo orgânico, não está nos planos e diretrizes do grupo Coamo. Por não considerar este nicho de mercado relevante, este tema não faz parte das discussões de estratégias, nem do planejamento do grupo. O cultivo ao

⁸⁹ Farelo de soja e óleo de soja bruto.

solo considerando a sustentabilidade do meio rural, através da observância dos aspectos econômico, social e ambiental⁹⁰, é percebido por Gallassini, enquanto ultrapassado e possuidor de inverdades⁹¹ (FUNCIONÁRIO 2, 2019; PLANT PROJECT, 2019).

As práticas de incentivo à monocultura e a falta de opções de diversificação produtiva, demonstram a preferência de trabalho com a classe social rural que detém mais recursos e posses. Os mini e pequenos produtores rurais, por não apresentarem possibilidades de produção e produtividade em escala, não constituem a categoria rural preferida pelo grupo Coamo. O fato de não pertencerem ao público preterido, não quer dizer que em sua composição societária, tanto Coamo quanto Credicoamo, não apresentam associados enquadrados como tal. (SÓCIOS 1; 7, 2019).

Diante desses apontamentos, e com base em Delgado (1985; 2012), conclui-se que o fomento à agricultura realizado pelas cooperativas Coamo e Credicoamo aos seus associados, se fundamenta na exploração primário produtiva moldada pelo agronegócio. As cooperativas impulsionam o agronegócio, que se caracteriza enquanto modelo oriundo da concentração e centralização de terras e capitais, perseguindo o lucro na exploração da terra e na sua valorização. Esse modelo de exploração de viés capitalista no meio rural tem sua modelagem no Brasil a partir das políticas públicas subsidiadas pelo Governo a partir de 1960, disseminadas especialmente a partir dos anos 2000.

Justamente neste contexto que a constituição da Coamo é fomentada e, anos mais tarde, a Credicoamo surge como parte integrante de um projeto de interligação entre o crédito rural subsidiado e o setor agropecuário. A política estrutural e de condução de suas estratégias de territorialização pautadas no modelo produtivo do agronegócio, se constituem num elo entre agricultores, detentores/repassadores de capital financeiro e indústria, num circuito de disseminação do capital financeiro na agricultura.

⁹⁰ Classificado por Gallassini como “questão do meio ambiente”.

⁹¹ Entrevista completa vide: <<http://plantproject.com.br/novo/2019/06/agribusiness-15-quem-vai-comandar-a-coamo/>>.

6.2 GRUPO COAMO: CONGLOMERADO COOPERATIVO OU EMBRIÃO DE UM CONGLOMERADO DE CAPITAL FINANCEIRO?

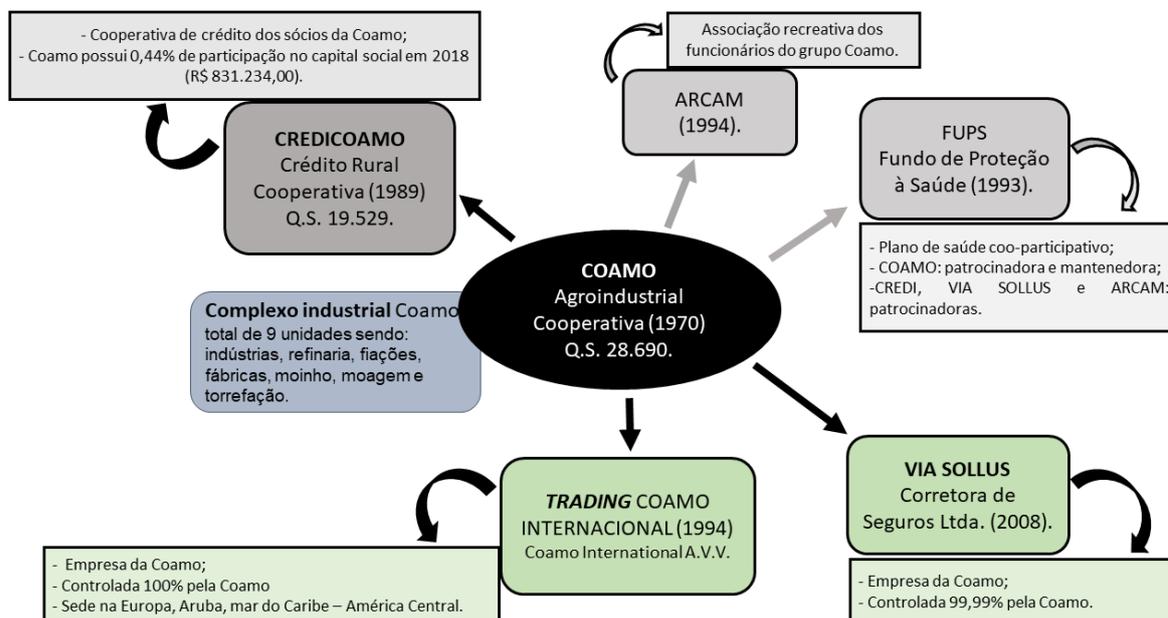
A cooperativa Coamo apresenta algumas peculiaridades quanto ao seu modo organizacional de trabalhar e de interagir no meio em que atua. Apresenta atuação não somente no setor cooperativo agropecuário e de crédito, mas em outras empresas controladas e entidades conforme já exposto anteriormente.

As características deste grupo e a forma organizacional de trabalho, não revelam fatores característicos do princípio de intercooperação. A relação mantida entre as integrantes do grupo revela subordinação à líder do conglomerado: a Coamo. Ao longo da presente pesquisa a relação de subordinação das demais integrantes do conglomerado vai se consolidando. Não há relação de igualdade nas tratativas entre as componentes do agrupamento. A ausência de formalização através de termo, ou ainda, através de uma pessoa jurídica específica⁹², fortalece esse entendimento.

A figura 5 tem a pretensão de auxiliar e dimensionar a atuação da Coamo enquanto mandatária deste conglomerado, apresentando aspectos de interligação dentre a diversidade de entidades pessoa jurídica que o compõem.

⁹² Como exemplo de formalização de intercooperação entre cooperativas, têm-se no paraná, a Unium, uma *holding*, constituída pela Castrolanda, Capal e Frsia. Disponível em: <<https://www.coloniaholandesa.com.br/quem-somos>>. Acesso em nov. 2019.

Figura 5 - Cooperativas, empresas e entidades integrantes do conglomerado cooperativo Coamo.



Fonte: Diversas, 2018 e 2019. Elaborado autora, 2018 e 2019.

Legenda: ⇒ preta: interligação que pode caracterizar agrupamento cooperativo ou conglomeração de capital financeiro.

⇒ cinza: interligação que neste momento aparenta não exercer influência na caracterização de agrupamento cooperativo ou de conglomeração de capital financeiro.

Atuando na conformação deste conglomerado, as cooperativas e as empresas controladas pela Coamo, disponibilizam produtos e serviços visando extrair individualmente sua parcela de mais-valia de seu público ou cliente, fortalecendo-se nesse processo.

O complexo agroindustrial do grupo Coamo atua no recebimento da produção fomentada pelas cooperativas, conforme exposto nas relações de integração Coamo e Credicoamo. Atua também na transformação de parte da produção em produtos que vão direto ao consumidor final e no processamento mínimo de derivados de soja que tem como principal escoamento o mercado externo. Este complexo se direciona conforme os interesses da Coamo moldando-se conforme diretrizes do mercado, ora mais exportações, ora mais industrialização.

A Credicoamo, constituída enquanto cooperativa dos sócios da Coamo, mantém-se alinhada com os objetivos e filosofia de gestão da Coamo. Desde a diretoria executiva, até a organização por departamentos são convergentes e estruturalmente iguais. Elas se integram, se complementam (FUNCIONÁRIO 2, 2019).

Esse alinhamento na maioria das vezes, se caracteriza enquanto subordinação, pois a Credicoamo, conforme diagnosticado, não apresenta autonomia em seus processos de expansão

tanto territorial quanto do quadro social. Ela mantém-se exclusiva aos cooperados da Coamo. Nem mesmo os funcionários do grupo Coamo podem ter conta corrente ou de aplicação/poupança, nesta cooperativa. Ocorre que, tal prática, faz parte de um regramento interno não escrito, pois no Estatuto Social não existe esse regramento do público a que se destina. Essa prática, sem o regramento no Estatuto Social, fere ao princípio cooperativista de “adesão livre e voluntária”. Quem não é sócio da Coamo não pode se associar na Credicoamo. Este aspecto, bastante relevante, foi levantado pelo presente trabalho de pesquisa.

Conflitante com o depoimento de todos os entrevistados, que corroboram a subordinação da Credicoamo à cooperativa Coamo, o Estatuto Social da Credicoamo não restringe o público alvo aos associados à Coamo. No capítulo III - Dos associados, o Art. 4º traz que “O ingresso como associado da Cooperativa é livre para todos que desejarem utilizar os seus serviços, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições previstas na legislação e neste Estatuto”. Mais à frente, o Art. 5º qualifica as pessoas que podem vir a integrar o quadro social:

Podem ser associados da Cooperativa: I- pessoas físicas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado; II- pessoas jurídicas nas seguintes situações: a) sem fins lucrativos; ou b) que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas dos associados pessoas físicas; ou c) as controladas ou que tenham participação societária de associados; III- aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação; IV- pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho, dependente legal e pensionista de associado vivo ou falecido, que tenham atividades afins; e V- pensionistas de falecidos que preenchiam as condições estatutárias de associação. Parágrafo Único. Não podem associar-se à Cooperativa as pessoas jurídicas, cujos objetos sociais colidam com as atividades da Cooperativa (CREDICOAMO ESTATUTO SOCIAL, 2017, p. 7-8).

Diante do exposto, percebe-se que, a regra de que somente sócios da Coamo podem integrar o quadro social da Credicoamo é uma norma interna, não regulamentada no Estatuto Social da cooperativa de crédito. Outrossim, ressalta-se que, na prática, se não houver o vínculo à Coamo, sua proposta de admissão nem será acolhida pelos funcionários, devido ao fato de que esta regra não escrita já está embutida nas práticas diárias, ainda que possa ser entendida como prática ilegal. Portanto, esses fatos não convergem com a conceituação de instituição independente realizada por Setti (2010).

Essa prática apresenta um agravante, nem todo sócio Coamo integra ao quadro social da Credicoamo. Existe uma seletividade realizada através de ranqueamento interno, denominado

de *rating* individual por sócio conjugada as observações dos funcionários⁹³ da Coamo. Somente os melhores da cooperativa agroindustrial integram o quadro social da Cooperativa de Crédito da Coamo. A fidelidade tanto na aquisição dos produtos quanto no depósito da produção, juntamente com a adimplência, perfaz o ponto alto nesta conceituação do associado. Cooperar com a cooperativa é de fundamental importância para a sobrevivência e expansão desta.

A corretora de seguros trabalha entre meio a essa integração Coamo e Credicoamo realizando suas transações comerciais, aproveitando-se das possibilidades criadas pelas cooperativas enquanto pessoa jurídica, mas também com seu quadro social e de recursos humanos. A integração se dá através da comercialização de produtos e serviços e nas informações compartilhadas sistemicamente. Há também um entrelace diretivo e gerencial, onde os interesses são compartilhados e conjuntamente compõem as estratégias negociais e metas de trabalho.

Suprindo a parte negocial e de comercialização da produção dos sócios da Coamo, fomentadas financeiramente pela Credicoamo, está a *Trading*. Esta atua no comércio exterior, garantindo a relação de exportação da produção, com vistas a atender a demanda externa pelos produtos oriundos da integração Coamo e Credicoamo.

Desta forma, a constituição organizativa deste grupo conglomerado cooperativo apresenta atuação em todo o ciclo produtivo da principal *commodity* exportada - soja. A Coamo atua no fornecimento de insumos e agroquímicos orientando e prestando assistência técnica ao cultivo. A Credicoamo atua no repasse de recursos financeiros subsidiados, oportunizando o plantio ao associado e a comercialização dos insumos à Coamo. A Via Sollus participa como intermediadora de produtos e serviços que dão segurança/garantia ao produtor rural, à Credicoamo e a Coamo. A *Trading* A.V.V. finaliza este ciclo, exportando o “fruto” dessa relação exploratória produtiva deste conglomerado.

Com base em sua política de atuação observa-se que, para sobreviver às hostilidades do mercado, a Coamo busca crescimento territorial e econômico/financeiro e, gradualmente, vai assumindo critérios e métricas de eficiência capitalistas. Aos poucos esses viram princípios (formais ou não formalizados) que induzem o modelo organizativo a perseguir uma eficiência técnica e econômica compatível com seus competidores capitalistas.

Essa eficiência pressupõe um domínio tecnocrático composto por funcionários capacitados e treinados para identificar certo perfil de produtores rurais. Assim preparados,

⁹³ Especialmente agrônomos e gerente Coamo.

realizam a busca de um quadro social composto por agricultores que possuam escala compatível com o grau de eficiência técnico-econômico mínimo almejada.

Essa identificação e seleção de perfil do quadro social realiza-se, tanto para novos sócios quanto num processo de seletividade dos já associados. Isso ocorre de maneira mais concentrada anos 1980-90 em que há um enxugamento do quadro social até então majoritariamente formado por pequenos camponeses (a base social de origem da Coamo) (AZERÊDO, 2016).

A criação da Credicoamo se dá em resposta ao escasseamento do crédito derivado da crise do Estado ditatorial e do modelo de financiamento calcado em elevados subsídios. Constitui-se inicialmente enquanto parte de um movimento de ressurgimento do cooperativismo de crédito no Brasil.

Ocorre que esse modelo é rompido com a separação das cooperativas de crédito das cooperativas agropecuárias consolidadas no modelo Sicredi. A Coamo não admite essa ruptura e assegura a continuidade de um modelo de subordinação da cooperativa de crédito à cooperativa agropecuária, coerente com o modelo original. Isso foi assegurado pelo estrito controle do poder político da Credicoamo, materializado na unificação das duas diretorias executivas das cooperativas, compostas pelas mesmas pessoas.

Utilizando-se de sua capacidade de alavancagem, a Coamo passa a impor uma lógica de capitalização crescente à Credicoamo. Da retenção total de 1% das movimentações de seus associados computadas pelo volume da produção depositada, no momento do faturamento, 0,5% é repassado ao capital social do cooperado na Credicoamo.

Busca a partir disso, criar um sistema integrado/interligado que assegure sinergias de logística e de aproveitamento de pessoal, espaços físicos e serviços com a Credicoamo. Essa sinergia é obtida e gera um reforçamento mútuo da capacidade de resiliência tanto da Coamo como da Credicoamo, via os sistemas de interligação de suas atuações, conforme demonstrado nesse estudo.

Isso reforça a visão de que foi acertada a manutenção da Credicoamo sob controle da Coamo. Diversas outras cooperativas agropecuárias sofreram quebras terminais ou baques significativos que as abalaram profundamente (sendo muitas delas socorridas por fundos públicos subsidiados como o RECOOP).

Atualmente o que se tem é a atuação de uma cooperativa se utilizando de uma série de subsidiárias para exercer sua capacidade de dominação territorial e econômica, para sua expansão, reforçando sua resiliência.

Diante desses apontamentos, seria pertinente refletir sobre a figura 5 anteriormente exposta, onde a Coamo está disposta ao centro, aglutinando todas as demais entidades, ou seria mais adequado a demonstração visual da Coamo se posicionando acima das demais entidades, conforme sugere a figura 6?

Figura 6 - Cooperativas, empresas e entidades integrantes do conglomerado Cooperativo Coamo.



Fonte: Diversas, 2018 e 2019. Elaborado autora, 2019.

Este é um processo de reflexão que emerge frente ao formato organizativo e de atuação empregado pela Coamo. A posição que a cooperativa Coamo assume frente a Credicoamo e as demais entidades pertencentes ao grupo, é de mandatária, com uma forte integração organizativa. Não é possível compreender a Credicoamo descolada da Coamo.

A experiência advinda com a crise dos anos 1990 e a assunção da lógica capitalista de gestão pela Coamo faz com que a mesma busque crescentemente a constituição de fundos de reserva. Estes recursos que, a rigor, deixam de estar sob controle dos associados, para serem gerenciados como massa de capital que busca sua auto reprodução, gerenciado como tal por uma elite tecnocrática altamente voltada à sua profissionalização e eficiência.

Estrategicamente, a adoção de políticas organizacionais e de gestão administrativa e organizacional, nos moldes capitalistas de produção, permite a sobrevivência e expansão deste grupo. Conforme Funcionário 2 (2019), para expandir, necessita “de uma gestão eficiente e sem paternalismo”.

O resultado é que dos 5,1 bilhões de seu patrimônio líquido, a esmagadora maioria, 94,06%, está alocada em fundos indivisíveis (ou seja, não distribuíveis aos associados), ao passo que o capital pertencente aos associados é efetivamente uma ínfima parcela de 5,94% do total. Os Fundos de Reserva contabilizaram R\$ 4,8 bilhões em 2018, enquanto que o capital social integralizado, pertencente ao sócio é de R\$ 3,03 milhões. Dessa forma têm-se uma cooperativa forte fundamentada em reservas indivisíveis aos sócios, mas que em termos econômicos, não é mais pertencente aos sócios. Esse fortalecimento dos fundos de reserva, oriundo das sobras que tem por base a exploração da mão de obra tanto do sócio quanto do funcionário, direciona a cooperativa para um processo de autonomização de capital.

Com relação a composição dos fundos de reserva, o FATES, que legalmente deve ser empregado em ações de assistência técnica, educacional e social apresenta um montante 4,73 vezes maior que o capital social integralizado. Crescendo a cada ano. Em 2018, o percentual destinado foi superior ao exigido estatutariamente. Algumas questões emergem diante dessa política de destinação: Qual a estratégia em direcionar sobras, além do exigido em lei, se o montante já é expressivo? Os serviços de assistência técnica realizado pelo quadro funcional da Coamo é pago com recursos deste fundo ou são lançados nas despesas de recursos humanos? Pondera-se aqui, que, com base nesses apontamentos, ao invés de investir em ações prol associados e funcionários⁹⁴, a cooperativa tem preterido engordar seu fundo de reserva indivisível. Dessa forma, transfere parte das sobras que poderiam ser divididas dentre “os donos do negócio”, para seu exclusivo controle e administração, numa lógica que à aproxima da estrutura organizativa capitalista de trabalhar distanciando-a do cooperativismo.

Ainda que se entenda que haja uma necessidade de acumulação, concentração e centralização de capitais pelas cooperativas para fazer frente aos seus concorrentes capitalistas, é importante lembrar que estas se beneficiaram e seguem se beneficiando de fartos recursos públicos subsidiados. Estes recursos poderiam ser melhor distribuídos se direcionados com vistas a fomentar segmentos mais necessitados do meio rural brasileiro, bem como a modelos produtivos mais sustentáveis do que o modelo propellido pela Coamo.

Quanto ao modelo cooperativo praticado no Brasil, Schneider (p. 23, 1981), expõe que “na ausência de uma transformação mais profunda da estrutura econômica e social vigente no meio rural, o cooperativismo tende a representar uma intervenção claramente seletiva”. Disponibiliza a possibilidade de melhorias e mudanças, àqueles que já se apresentam melhor estruturados. Realiza uma intervenção específica, numa espécie de estratificação econômica do

⁹⁴ As Cooperativas deste conglomerado, não apresentam uma política de participação nos resultados, conhecida popularmente como 14º salário, praticada amplamente no mercado.

meio rural, constituída no modo de produção capitalista, não emergido a partir da base social. Neste contexto individualista, o cooperativismo continua a reproduzir a marginalização de classes sociais tal qual o modelo capitalista de produção.

A atuação da Coamo através de seu grupo/conglomerado, inegavelmente, apresenta aspectos positivos e relevantes, tanto para o desenvolvimento econômico e financeiro do setor cooperativo, quanto na organização desses sistemas. Além da geração de empregos (diretos e indiretos), exerce importante papel na ampliação de renda e melhoria da qualidade de vida. Com isso, contribui para o desenvolvimento econômico da região em que atua, consequentemente para o estado e país. Destaca-se que, esta melhoria possui um público específico a ser trabalhado/destinado, não sendo de maneira igualitária à todas as classes sociais.

Um aspecto relevante dessa pesquisa está relacionado ao fato de que este diagnóstico possibilita uma visão ampla, tanto do modelo praticado quanto das consequências frente ao acesso diferenciado, de forma desigual, a recursos públicos fomentadores do modelo exploratório produtivo primário. Isso suscita um estudo futuro que considere a elaboração e implementação de inovações nos modelos produtivos primários de forma a mitigar e/ou solucionar tais exclusões, visando um desenvolvimento no meio rural de maneira mais equitativa e sustentável, prezando pelo desenvolvimento amplo, considerando os aspectos econômico, social e ambiental.

6.3 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA

Durante a condução dos estudos desta pesquisa, apresentaram-se alguns aspectos que podem vir a caracterizar este conglomerado cooperativo enquanto conglomerado de capital financeiro. Ocorre, pois, que não houve acesso a informações suficientes que poderiam conduzir e conjecturar melhor tal estudo, impossibilitando assim, reflexões mais aprofundadas visando o alcance de tais conclusões.

Neste contexto, como recomendação de estudos futuros, segue a sugestão de um aprofundamento nas relações que fundamentam a constituição e manutenção deste conglomerado conduzido pela Coamo. Objetivando identificar se este realiza, através de sua conglomeração, estratégias de dominância e atuação pautadas na conformação exploratória de capital financeiro.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DO COOPERATIVISMO. **Anuário Brasileiro do Cooperativismo 2018 2019**. Produção e edição HLMAISCOOP. @ Revista MundoCoop. Disponível em: <<http://www.mundocoop.com.br/anuario-brasileiro-do-cooperativismo>>. Acesso em out. 2019.

AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Agronegócio cooperativo da COAMO: territorialização, poder e controle**. 2016. 137 f. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais na América Latina e Caribe (TerritoriAL). - São Paulo SP, 2016.

BACEN. **Anuário Estatístico do Crédito Rural. Anos 1970; 1980; 1990**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <faleconosco@bcb.gov.br> em 17 set de 2018.

BACEN. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Diversos acessos, 2018; 2019.

_____. **Balancetes e Balanços patrimoniais**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww4.bcb.gov.br%2Ffis%2Fcosif%2Fbalancetes.asp>>. Acesso em 2019.

_____. **Relação de participantes do STR - Ambiente de Produção**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pom/spb/estatistica/port/ASTR003.pdf>>. Acesso em nov. 2019(b).

_____. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em nov. 2019c.

BANCO CENTRAL. **Participação das cooperativas no mercado de crédito**. Estudos especiais do Banco Central. Estudo especial nº 14/2018 - Divulgado originalmente como boxe do Relatório de Economia Bancária (2017) - volume 1 - nº 1. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Participacao_cooperativas_mercado_credito.pdf>. Acesso em out. 2019.

_____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Data base: dezembro/2018. Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/9_panorama_sncc_2018.pdf>. Acesso em ago. 2019.

_____. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. O sistema financeiro nacional e o plano real. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fdeorf%2Fr199812%2Ftexto.asp%3Fidpai%3Drevsfn199812>>. Acesso em out. 2019.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; BARROSO, Marcelo Francini Girão; REZENDE, Amaury José. **Governança cooperativa e sistema de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência**. BBR - Brazilian Business Review, vol. 9, núm. 2, 2012, pp 72-92. FUCAPE Business School Vitória, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1230/123023052004.pdf>>. Acesso em 21 out. 2019.

BNDES. **Consulta a operações BNDES**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>>. Acesso ago. 2019.

BRAGA, Marcelo José. **Redes, alianças estratégicas e intercooperação: o caso da cadeia produtiva de carne bovina**. *R. Bras. Zootec.* [online]. 2010, vol.39, suppl., pp.11-16. ISSN 1806-9290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-35982010001300002>>. Acesso em jun.2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 5.764/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.HTM>. Acesso dez. 2019.

CADERNOS EMATER. **Banco de dados Cooperativistas**. Curitiba, Emater/PR, Ocepar, Ano-base 1990. v. 15. 142 p. 1991.

_____. **Banco de Dados Cooperativista**. Ramos Agropecuário, crédito, eletrificação. Curitiba, Emater/PR, Ocepar, Ano-base 1997. v. 22. 81 p. 1998.

COAMO. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/site/institucional/>>. Diversos acessos, 2018 e 2019.

_____. **Coamo lança Plano Safra 18/19. Credicoamo reduz taxa de juros**. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/jornal/conteudo.php?ed=52&id=904>>. Acesso em out. 2019a.

_____. **Melhores e Maiores: Coamo é a 35ª empresa do Brasil e a maior do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/site/noticia/1979/>>. Acesso em nov. 2019b.

CREDICOAMO. **Institucional: Quem somos**. Disponível em: <<http://www.credicoamo.com.br/site/credicoamo/quem-somos#quem-somos>>. Diversos acessos, 2018 e 2019.

_____. **Edital de Convocação de Assembleia Geral - 11ª Assembleia Geral Extraordinária**. Divulgado em 16 out 2019. Disponível em: <http://www.credicoamo.com.br/site/GW/upload/pdf/modulos/wbs_itens/00005.pdf>. Acesso em 22 out. 2019.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2000.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, v.1, n. 16, 2003, p. 39-75. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/16chesnais.pdf>. Acesso em nov. 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1985.

_____. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento.** Desenvolvimento em debate. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf>. Acesso em jul. 2018.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAEP. **A Dow AgroSciences conclui aquisição da Coodetec.** Disponível em: <<https://sistemafaep.org.br/dow-agrosciences-conclui-aquisicao-da-coodetec>>. Acesso em 23 nov. 2019.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial.** 2006. 220f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. - São Paulo: 2006.

FOSTER, John Bellamy . **A ecologia da economia política marxista.** Lutas Sociais, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.28/john-bellamy-foster.pdf>>. Acesso em jan. 2020.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** Tradução Artur Renzo. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro.** Série Os economistas. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FUNDAÇÃO SICREDI. **A Trajetória do Sicredi: uma história de cooperação – Sicredi's journey: a history of cooperativism / Fundação Sicredi; [tradução de Susan Abraham].** – Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2014.

FUPS. **Sobre nós.** Disponível em: <<http://www.fups.com.br/institucional#historia>>. Acesso em ago. 2019.

GAZETA DO POVO. **Com clientela fiel, cresce participação de cooperativas no sistema bancário.** Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/com-clientela-fiel-cresce-participacao-de-cooperativas-no-sistema-bancario/>>. Copyright © 2020, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados. Acesso set. 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, vol. 13: 179-189, dez. 1999. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643143>>. Acesso em 2018.

GUIMARÃES, Mário Krue. O atual modelo de cooperativismo de crédito brasileiro – A utopia e a realidade. In: PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (Org.). **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI.** Brasília: Gráfica Coronário, 2010. p. 121- 157.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONZEN, Robson Rodrigo Pereira; OLIVEIRA, Carlos Alberto. **Intercooperação entre Cooperativas: barreiras e desafios a serem superados**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v.2, n.4, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2359043220410>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/rgc/article/view/20410>>. Acesso em jun. 2018.

LUNKES, Celso Luis. **Resposta questionamento sobre financiamento sem vínculo a programa específico**. Credicoamo. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <clunkes@credicoamo.com.br> em 07 out 2019.

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Artigo publicado em Socialist Register, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro. Crítica Marxista, n.28, p.35-50, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf>. Acesso em nov. 2019

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Editempo Editorial, 1980.

MARTINS, Sergio Roberto. **Desenvolvimento Sustentável: desenvolvendo a sustentabilidade**. Texto base para os Núcleos de Educação Ambiental da Agenda 21 de Pelotas: “Formação de coordenadores e multiplicadores socioambientais”. 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo**. Brasília: Ed. NEAD, 2009.

McNEILL, John R. **Algo Nuevo Bajo el Sol: historia medioambiental del mundo em el siglo XX**. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confabras, 2014.

MEDEIROS, Marcelo Correa. BC define estratégia para cooperativismo de crédito. Revista: **Easycoop: Cooperativismo em revista**. Artigos. Disponível em: <<http://www.cooperativismo.org.br/Artigos/736/BC-define-estrategia-para-cooperativismo-de-credito>>. Acesso em 16 out. 2019.

MESQUITA, Zilá; BALESTRO, Moisés Villamil. **Confiança nas relações interorganizacionais: aproximando conceitos, ensaiando reflexões**. ANAIS - Encontro Nacional da ANPAD, Salvador - Bahia, 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-teo-870.pdf>>. Acesso em jul. 2018.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica – ABCAR (1948-1974)**. 2013. 163 f. Dissertação de Mestrado – Curso em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, 2013.

PARANÁ COOPERATIVO. **100 Anos de Cooperativismo de Crédito**. Informe Paraná Cooperativo, 24 outubro de 2002. Disponível em:
<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/62025-62025>>. Acesso em abr. 2019.

_____. **COAMO: Campeã nas Melhores do Agronegócio da Globo Rural**. Segunda, 02 de dezembro de 2019. Disponível em:
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com_content&view=article&id=125618:coamo-campea-nas-melhores-do-agronegocio-da-globo-rural&catid=15:informe&Itemid=870&acm=5701_4114>. Acesso em 02 dez. 2019.

_____. **Coamo II: Via Sollus, 10 anos de proteção do patrimônio com tranquilidade**. Informe Paraná Cooperativo, 07 de maio de 2018. Disponível em:
<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/117586-coamo-ii-via-sollus-10-anos-de-protecao-do-patrimonio-com-tranquilidade>>. Acesso em nov. 2019b.

PEDROZO, Eugenio Avila. **Uso de Modelos de estratégias industriais em cooperativas de produção – um estudo exploratório**. Dissertação de mestrado - 406 f. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, RS, 1991.

PESAVENTO, Fábio. **Retomada do crescimento: a força da união**. Série A trajetória do Sicredi, 2. - Porto Alegre: Sicredi, 2010.

PERES, Edson de Santana. **Ampliação da rede de atendimento da Credicoamo**. **Credicoamo**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eperes@credicoamo.com.br> em 16 abr 2018.

_____. **Ata de Constituição da Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda. Credicoamo**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eperes@credicoamo.com.br> em 21 mar 2019.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. - 6 ed. - Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides. BRASIL: Microcrédito cooperativo renovado acelera mudanças socioeconômicas. In: PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (Org.). **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Brasília: Gráfica Coronário, 2010. p. 23 - 26.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste. v 40 - Nº 03 - Julho - Setembro, 2009. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em jul. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Copyright Editions de Seuil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

PLANT PROJECT. **Quem vai comandar a Coamo?** Disponível em:
<<http://plantproject.com.br/novo/2019/06/agribusiness-15-quem-vai-comandar-a-coamo/>>.
Acesso em nov. 2019.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo de Crédito no Brasil.** Disponível em:
<<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>>. Acesso em set. 2019a.

_____. **Os 7 Princípios do Cooperativismo.**
Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>>. Acesso em nov. 2019b.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REVISTA COAMO. Eficiência e agilidade. In: Revista Coamo. **Cooperação Campeã.** Campo Mourão PR: Coamo, Ago 2019 - Ano 45, Ed. 494, p. 45.

RIC Rural. **Cooperativa Coamo é a maior da América Latina.** Reportagem RICTV Record Paraná. Exibido em 11 de ago 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=igrY8uOAx9>>. Acesso em mai 2019.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Considerações sobre o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso: contradições do discurso e acirramento da implementação do neoliberalismo.** IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos. del 9 al 11 de septiembre de 2010. Disponível em:
<<http://www.madres.org/documentos/doc20100924140957.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

SABADINI, Mauricio de Souza. **Sobre o Conceito de Capital Financeiro.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul. /dez. 2015.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: Loureiro, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil.** São Paulo – Cortez: Autores Associados, 1981.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Cooperativismo de crédito: boas práticas no Brasil e no mundo.** Brasília: Farol Estratégias em Comunicação, 2016. Disponível em: <<http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2017/08/cooperativismo-credito.pdf>>. Acesso em out. 2019.

SERRA, Elpídio. **Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná.** Boletim de Geografia – UEM – Ano 13 – número 13 – outubro de 1995.

SETTI, Eloy Olindo. **COAMO 40 anos.** Campo Mourão PR: Coamo Agroindustrial Cooperativa, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1 ed. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOMBINI, Alexandre A.; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. Supervisão, Organização e desafios do cooperativismo de crédito no Brasil. In: PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (Org.). **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Brasília: Gráfica Coronário, 2010. p. 225 - 251.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; et al. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, coordenação geral; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; SOARES, Marden Marques, coordenação. - Brasília: BCB, 2009.

VIA SOLLUS. **Via Sollus Corretora de Seguros**. Disponível em:
<<http://www.viasollus.com.br/site/>>. Acesso em 2019.

ZANDONADI, Cesar Roberto. **Gestão Estratégica no Setor Cooperativista Agrícola do Paraná: Um Estudo de Caso**. 2011. 47 f. Trabalho de conclusão de curso em Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Porto Alegre RS, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

Foto 1 – Fundadores da Credicoamo. Foto divulgada por ocasião da homenagem aos 30 anos de constituição.



FONTE: COAMO, 2019.

ANEXO 2

Anexo 2 – Documento Coamo formalizado com associado. Contrato Particular de Fornecimento de Insumos.

COAMO		CONTRATO PARTICULAR DE FORNECIMENTO DE INSUMOS	Unidade Emitente	Página: 1/		
I - COOPERATIVA						
COAMO Agroindustrial Cooperativa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Campo Mourão-PR, na Rua Fioravante João Ferri nº 99, Jardim alvorada, inscrita no CNPJ Nº 75.904.383/0001-21 representada na forma abaixo;			Número	Data de Emissão		
II - COOPERADO(S)						
Nome(s)	RG	CPF/CNPJ	Matrícula			
III - INTERVENIENTE(S) GARANTE(S)						
Nome(s)	RG	CPF/CNPJ	Matrícula			
IV - DADOS DOS INSUMOS						
Código	Descrição dos Produtos	Tipo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	ZAPP (QI) 620 BD/20LTS				450,89	
	ROUNDUP ULTRA PCT/5KG				164,69	
	ZAPP (QI) 620 BD/20LTS				450,89	
V - DADOS DO PAGAMENTO						
a) Praça de Pagamento: CAMPO MOURÃO - PR.		b) Valor Total do Contrato:				
c) Vencimento(s) e Valor(es) da(s) Parcela(s): 02/12/2019=		- 18%				
VI - DATA LIMITE PARA RETIRADA						
12/10/2019						
VII - OBSERVAÇÕES						

FC-167-H (03/05/2019)

Cláusula Primeira: Através do presente contrato e com base no ato cooperativo previsto no artigo 79, parágrafo único, da Lei n. 5.764/1971, a COOPERATIVA fornece ao(s) COOPERADO(S), o(s) produto(s) ou mercadoria(s) descrito(s) e caracterizado(s) no item IV acima, doravante denominado(s) INSUMOS.

§ 1º. A presente operação de fornecimento é considerada desde já perfeita e acabada, facultando-se às partes, no entanto, de comum acordo, realizarem a troca e/ou substituição de alguns ou da totalidade dos INSUMOS descritos no item IV acima o que deverá se dar obrigatoriamente através de expreso termo aditivo.

§ 2º. Os INSUMOS são desde já disponibilizados pela COOPERATIVA para retirada pelo(s) COOPERADO(S), a qual deverá ocorrer até a data mencionada no item VI acima, após prévia formalização de solicitação de retirada por este último perante a qualquer das unidades da COOPERATIVA com antecedência mínima de 05 (cinco) dias contados da pretendida data de retirada, correndo por conta do(s) COOPERADO(S) o transporte dos INSUMOS e respectivas despesas.

ANEXO 2 – VERSO

Anexo 2 – Verso. Documento Coamo formalizado com associado. Contrato Particular de Fornecimento de Insumos.

Página: 2/2

§ 3º. Considerando que o fornecimento e a utilização de INSUMOS deve respeitar os regulamentos emanados do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária: a) relativamente as sementes eventualmente descritas no item IV, estas serão disponibilizadas pela COOPERATIVA para retirada pelo(s) COOPERADO(S) não de imediato, mas sim após a data que se der a definição pelo MAPA do zoneamento de plantio da safra à qual as sementes se destinam; b) relativamente aos fungicidas, herbicidas e inseticidas eventualmente descritos no item IV acima, estes serão disponibilizados pela COOPERATIVA para retirada pelo(s) COOPERADO(S) não de imediato, mas sim quando a cultura para à qual se destinem, atingir os estágios que demandem a utilização dos mesmos.

§ 4º. A retirada dos INSUMOS ficará vinculada a prévia outorga pelo(s) COOPERADO(S) das garantias pessoais e reais que lhe forem previamente exigidas pela COOPERATIVA, a serem formalizadas em documento próprio emitido para esta finalidade e caso o(s) COOPERADO(S) mesmo instado(s) a cumprir esta obrigação de outorga de garantias não a atenda, fica a COOPERATIVA desde já autorizada, independentemente de qualquer formalização expressa, a ter por defeito o presente contrato de fornecimento, situação que não acarretará a esta última quaisquer penalidades contratuais, bem como indenizações ao(s) COOPERADO(S) de qualquer natureza.

Cláusula Segunda: Por sua vez, o(s) COOPERADO(s) pagará(ão) à COOPERATIVA pelos INSUMOS fornecidos, em moeda corrente nacional, o valor total, na forma, data(s) e praça de pagamento todos descritos no item V acima, respeitadas eventuais condições que vierem a ser relatadas no item VII acima.

§ 1º. Considerando que o preço dos INSUMOS ora fornecidos está incluso de todos os impostos incidentes e dos benefícios fiscais em vigor concedidos à COOPERATIVA, caso até a data do faturamento dos INSUMOS ocorra a criação de novos impostos, alteração de suas alíquotas ou supressão de benefícios fiscais, que venham a majorar o preço dos INSUMOS, os mesmos serão repassados automaticamente ao referido preço, ficando o(s) COOPERADO(S) obrigado(s) pelo diferencial de preço dos INSUMOS apurado após aplicação do novo tributo, alíquota ou supressão do benefício fiscal, diferencial de preço este que será exigível de pagamento através deste contrato e nas mesmas datas de vencimento nele avençadas.

§ 2º. Havendo parcelamento do preço dos INSUMOS, fica desde já assegurado à COOPERATIVA o direito de antecipar o vencimento das parcelas vincendas do preço, independente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, cobrando o valor total, nas seguintes hipóteses: 1) se houver atraso no cumprimento de qualquer parcela de pagamento ou obrigação assumida neste contrato ou em outro(s) contrato(s) e título(s) firmado(s) pelo(s) COOPERADO(S) com a COOPERATIVA; e 2) se correr contra o(s) COOPERADO(s) ou INTERVENIENTE(S) GARANTE(S) protesto de título, distribuição de ação judicial cobrando o pagamento dos valores, ou qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333, 1425 e 1426 todos do Código Civil. Ocorrendo a antecipação do vencimento, o montante devido considerar-se-á vencido e exigível na data de vencimento da primeira parcela não paga do preço, ou se por outro motivo que não a falta de pagamento, na data em que o evento motivador da antecipação efetivamente ocorreu.

§ 3º. Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas do preço, a partir do vencimento normal ou da antecipação e até a data do efetivo pagamento, sobre o saldo devedor incidirão os seguintes encargos: 1) atualização monetária verificada pela variação do INPC/IBGE ou, no caso de sua extinção, pelo índice oficial que venha a substituí-lo; 2) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; e, 3) cláusula penal de 10% (dez por cento).

Cláusula Terceira: Comparece(m) neste contrato o(s) INTERVENIENTE(S) GARANTE(S) nominado(s) e qualificado(s) preambularmente, assumindo como principal(is) e solidário(s) pagador(es) das obrigações assumidas pelo(s) COOPERADO(S) advindas deste contrato e dos seus eventuais termos aditivos, responsabilidade esta que persistirá até que se dê a integral satisfação das ditas obrigações, respondendo, inclusive, pelos decorrentes encargos da inadimplência, com expressa renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 todos do Código Civil, comprometendo-se a honrar as obrigações pecuniárias quando solicitadas pela COOPERATIVA.

Parágrafo único: Tendo em vista que a troca e/ou substituição dos INSUMOS de que trata o § 1º, da cláusula 1ª, dar-se-á sem alteração do preço total deste contrato, o(s) INTERVENIENTE(S) GARANTE(S) anui(em) e concorda(m) de forma expressa e irrevogável com tais trocas e substituições, dispensando a coleta de sua(s) assinatura(s) nos termos aditivos respectivos.

Cláusula Quarta: O presente contrato obriga além das partes ora contratantes, também seus legais sucessores, sendo desde já reconhecido como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, podendo ser exigível judicialmente tão logo se verifique a inadimplência, independentemente de notificação ou aviso, pelo seu valor ou saldo devedor apurado em planilha de cálculo, ficando eleito o foro da Comarca de Campo Mourão-PR, para neste serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas ou questões daquele decorrentes.

E por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em duas vias, de igual teor e uma só forma, juntamente com as testemunhas abaixo arroladas.

Pela Cooperativa	
Pelo(s) Cooperado(s)	
Garante(s)	
Interviente(s)	
Testemunhas	

VC-167-H (03/05/2019)

ANEXO 3

Anexo 3 – Documento Coamo formalizado com associado. Planejamento de Insumos.

 PLANEJAMENTO DE INSUMOS		DATA:	2019		CULTURA:	Soja	
<small>AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA</small> NOME DO COOPERADO:		MATRICULA:			AREA (alq):		
		PRODUTO	Quantidade	Tipo	Qtd.	Dosagem por alqueire	
			Total (Kg/Lt)	Embalagem			
Pré-Plantio	Dessecção	Gifosatos	Roundup Ultra		kg		4/alq
			Select ()		L		2,5L/alq
		2,4D	DMA		L		2,5L/alq
			Contato - Oleo	Lanzar		L	
	Inseticida	Lagartas/Palhada					
	Nutrição	Micronutriente	Tractus Kit	Kit p			2kg/alq
	Ajuvante	Combinador de Cebos	Imantac				300ml/alq
Acquisix Full				L		150ml/alq	
Plantio	Fertilizantes	Base	02-28-20 + M Evol. ()		Ton		750 kg/alq
			06-35-06 MS ()		Ton		600 kg/alq
		Cobertura	Cloreto de Potássio		Ton		300 kg/alq
	Sementes		Zeus (55157) - ()		sc - P7.0	37 Alq	16/m (18/m Cantagalo)
			BS2606 - ()		sc - P5.5	22,5 alq	11/m
			TMG 7262 RR - ()		sc - P5.5	11,5 alq	11/m
			Lança (58160) - ()		sc - P5.5	28 alq	13/m
			TMG 7063 - ()		sc - P6.0	25 alq	11/m
	Tratamento de Semente	Inseticidas					
			Fungicidas				
Micro-Fixação		Fixação Biológica					
		Hormônio vegetal	Stimulate		L		600ml/alq
		Regulador/Evolucionar	Rizotec		kg		660g/alq
Fixação Biológica N		Inoculante	Masterfix Líquido		L		1,250L/alq
			Masterfix Gramínea		L		500 ml/alq
Desenvolvimento Vegetativo	Herbicidas PratiPos	Folha Larga	Acquisix Full		L		150ml/alq
			Zapp		L		6L/alq
		Folha Estreita					
	Inseticidas	Lagartas	Piretróide				
			Convencionais				
			Diamidos				
			Fisiológicos	Certero		L	
	Micronutriente	Nutrição / Fixação Biológica / Proteção / Enraizamento	Ultra Mn Max		L		500 ml/alq
			Hormônio Vegetal				
	Fungicida + Oleo	Rivax		L		2,5L/alq	

ANEXO 3 – VERSO

Anexo 3 – Verso. Documento Coamo formalizado com associado. Planejamento de Insumos.

Florescimento	Inseticidas	Lagartas	Convencionais					
			Diamidas					
			Fisiológicos	Nomolt			L	430m/ha/q
		Mofo-Branco	Approve	2 ^a 10 dias após 1 ^a (Fox)			kg	2,5kg/ha/q
			Ácaros					
	Fungicida + Óleo		Emultec				150 ml/ha/q	
			Fox Xpro			L	1,2 L/ha/q	
			Approve	1 ^a Flores			kg	2,5 kg/ha/q
			Aureo			L	1 L/ha/q	
	Micronutrientes	Nutrição	Função Fisiológica					
Stimulate					L	680 ml/ha/q		
Função Defesa		Hold			L	1,2L/ha/q		
		Cubo			L	650 ml/ha/q		
Enchimento de Grãos	Inseticidas	Lagartas	Convencionais					
			Diamidas					
			Fisiológicos					
		Percevejo	Engoo Pleno			L	600 ml/ha/q	
		Ácaros						
	Fungicida + Óleo		Emultec				150 ml/ha/q	
			Vessarya			L	1,5L/ha/q	
			Bravonil			L	5L/ha/q	
			Emultec				150 ml/ha/q	
			Sphere			L	500 ml/ha/q	
			Copsuper			L	1,2L/ha/q	
	Áureo			L	1 L/ha/q			
	Microhormônios		Nutrição e Defesa					
Função Fisiológica								
Enchimento de Grãos			Mover			L	7 L/ha/q	
		Folicare			kg	12,5 kg/ha/q		
Maturação	Inseticida	Percevejo						
	Dessecação Pré-Colheita							
Assinaturas	Responsável pelo Preenchimento					Cooperado		